

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PEDRO HENRIQUE BATISTELLA

“COMEMORAR O QUÊ?” UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS EM TORNO DO  
PASSADO NACIONAL NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DO  
BRASIL (1996-2000)

Porto Alegre

2019

**Pedro Henrique Batistella**

**“Comemorar o quê?” Uma análise dos conflitos em torno do passado nacional no  
contexto das Comemorações dos 500 anos do Brasil (1996-2000)**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Batistella, Pedro Henrique  
"COMEMORAR O QUÊ?" UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS EM  
TORNO DO PASSADO NACIONAL NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES  
DOS 500 ANOS DO BRASIL (1996-2000) / Pedro Henrique  
Batistella. -- 2019.  
89 f.  
Orientador: Fernando Felisardo Nicolassi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Usos políticos do passado. 2. Comemoração  
nacional. 3. Memória. 4. 500 anos do Brasil. 5.  
Movimento Indígena Brasileiro. I. Felisardo  
Nicolassi, Fernando, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Não é fácil começar esses agradecimentos. Afinal, ele nos obriga a refletir sobre uma trajetória de vida nem um pouco linear e impossível de ser demarcada com referências temporais concretas. Por isso, começo a agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que não somente foi um espaço de imersão no mundo das *humanidades*, mas também um lugar onde me senti verdadeiramente imerso em um convívio com a diversidade e a diferença de cor, classe e gênero. Essa realidade fruto de políticas de investimento na educação, ciência e tecnologia e também das políticas de ações afirmativas, permitiu com que UFRGS que ocupei a partir de 2015 deslocasse meu lugar de conforto, fazendo do respeito e reconhecimento da diversidade um valor para minha vida. Não poderia deixar de mencionar o agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pela concessão das bolsas de iniciação científica que tive durante esse período da graduação. À Associação de Universidade do Grupo Montevideo (AUGM) que, por meio do Programa Escala, concedeu a oportunidade realizar um semestre de estudos na Universidade de Buenos Aires, à qual também referencio, possibilitando novas experiências pessoais, políticas e intelectuais.

Creio ser necessário o agradecimento às pessoas que me levaram ou influenciaram a ter pela História. Sobre tais influências, de ordem totalmente subjetiva, agradeço aos meus avós maternos - Bruno Ferrera e Eufrásia da Silva Ferrera - que do alto dos seus *oitenta e poucos e setenta e poucos anos* de vida me contavam cotidianamente sobre o passado de suas vidas e da cidade de Cruz Alta, *causos* que considero determinantes para o meu interesse na história. Agradeço ao professor Carlos que me deu aula de História na 6º série, sendo que através de sua didática e erudição estimulou esse interesse pelo conhecimento histórico em suas aulas, interesse que até agora não se perdeu. Aos meus pais, Pedro e Ana, pelo estímulo ao conhecimento e à aprendizagem desde criança, possibilitando que o livro sempre fosse um objeto disponível em minha vida.

No curso de História foram muitos os professores e professoras que considero que *marcaram* a minha trajetória. Agradeço ao professor Temístocles Cezar por despertar o apreço à erudição (seus quadros preenchidos de indicações de leitura) e à Teoria da História - ainda no primeiro semestre de graduação - através de suas reivindicações do *livre pensamento* na graduação e dos questionamentos da utilidade da História para a vida. Ao professor Fernando Nicolazzi que, muito embora não tenha sido meu professor em nenhuma disciplina,

foi meu orientador não somente neste trabalho de conclusão, mas ao longo da graduação através da iniciação científica. Agradeço não somente pelas orientações, mas também pelo companheirismo e pela liberdade intelectual que sempre me oportunizou nesse processo de iniciação à pesquisa. Ao professor Benito Schmidt Bisso, por ser um exemplo de profissional e professor, ensinando-me as primeiras problemáticas em torno do tema da memória. Agradeço ao professor Arthur Lima de Avila pelas enfocadas na problematização da disciplina histórica e de sua temporalidade constitutiva, lições fundamentais para minha formação. Agradeço à professora Caroline Silveira Bauer pelo companheirismo, pela oportunidade de fazer parte do LUPPA e pelos diálogos de suas aulas, verdadeiras ensinamentos de como estabelecer relações saudáveis e afetivas na sala de aula. Aos professores Fernando Seffner, Nilton Pereira e Carmem Gil, pelos ensinamentos sobre o ofício de ser professor e as riquezas de atuar em sala de aula, meus agradecimentos e admiração.

Muitas pessoas oportunizaram-me com sua amizade durante a graduação e espero que não terminem com ela. Gostaria de agradecer profundamente pelo companheirismo: Bruna Mattos, pelas incontáveis conversas, trabalhos feitos em conjunto e o Estágio do Ensino Fundamental; João Camilo pelos diálogos e também pelo jeito espontâneo de ser-viver; Bruno Laitano, Carolina Monteiro, Henrique Bottini, Matteo Ponso de Castro, Lucas Miklasevicius, galera do Barra-Ufrgs com quem compartilhei muitas risadas, rolês e alentos gremistas; ao Salomão e a Carmem, Bruno Martins, Gabriel Favretto, pela sincera amizade e diálogos e rolês teóricos, políticos, étlicos e futeboleros; à Eduarda Soletti, Laura Lehnen e Maria Eduarda Magro, ainda bem que nos encontramos no final.

Presentes desde os tempos de Cruz Alta, algumas pessoas também foram fundamentais para a minha vida nesse período: Douglas Dummel, Ítalo Basquera, João Eduardo Fogaça, João Vitor Fogaça, João Vitor Ciprandi, Jeferson Padilha, Nicolas Basquera, Mauro De Bortoli e Vitor Freitas. Esses já são históricos.

Por fim, agradeço à base da minha formação: minha madrinha Lourdes e meu padrinho Odacir (*in memoriam*), meus tios e tias, meus primos e primas e especialmente aos meus pais e irmão pelo compartilhamento do amor, da afetividade, do carinho e dos valores humanísticos que constituem nossa relação familiar.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo estudar os conflitos pela memória nacional suscitados em torno das Comemorações dos 500 anos do Brasil no ano 2000, tendo como problemática a interrogação de como o passado foi performatizado nesse cenário de comemoração de efeméride. Para tanto, analisou-se documentos oficiais relativos à Comissão do V Centenário do governo federal, os pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso concernentes ao tema, bem como projetos temáticos construídos na região de Porto Seguro no estado da Bahia. Focando nas dimensões conflitivas da Comemoração, analisaram-se também manifestos e manifestações públicas de protesto de movimentos sociais articulados em torno do Movimento Brasil Outros 500, estabelecendo como enfoque aqueles organizados em torno do Movimento Indígena Brasileiro. O referencial teórico-metodológico utilizado consistiu em pensar as fontes como suportes de performance de passado, nos quais expressam-se distintos modos de usos do passado. A partir de uma perspectiva das relações étnico-raciais, buscamos compreender e inserir tais disputas em torno da memória nacional como parte de um contexto nacional pós-ditadura civil-militar, em que movimentos sociais, reivindicando o reconhecimento de sua identidade negra e indígena, contestaram os mitos nacionais da democracia racial e a narrativa do *descobrimento* reproduzido pelo Estado-Nação brasileiro.

Palavras-Chave: Comemoração, Usos do Passado, Descobrimento do Brasil.

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue estudiar los conflictos sobre la memoria nacional surgidos en torno a las celebraciones de los quinientos años de Brasil en el año 2000, teniendo como problema la cuestión de cómo se realizó la performance del pasado en este escenario de conmemoración de las efemérides. Con este fin, analizamos documentos oficiales relacionados con la Comisión del Quinto Centenario del Gobierno Federal, los pronunciamientos del presidente Fernando Henrique Cardoso sobre el tema, así como los proyectos temáticos construidos en la región de Porto Seguro del estado de Bahía. El marco teórico-metodológico utilizado fue pensar en las fuentes como soportes de performance de pasados, en los que se expresan diferentes modos de usos pasados. Desde una perspectiva de las relaciones étnico-raciales, buscamos comprender e insertar tales disputas alrededor de la memoria nacional como parte de un contexto de dictadura nacional post-civil-militar, en el que los movimientos sociales que reclaman el reconocimiento de su identidad negra e indígena, han criticado los mitos nacionales de la democracia racial y la narrativa del *descubrimiento* reproducida por el Estado-nación brasileño.

Palabras-Clave: Conmemoración, Usos del Pasado, Descubrimiento de Brasil

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| IMAGEM 1 - Nau Capitânia .....                                                                                                              | 53 |
| IMAGEM 2 - Gildo Terena.....                                                                                                                | 60 |
| IMAGEM 3 - Protesto indígena em frente ao Palácio do Planalto.....                                                                          | 69 |
| IMAGEM 4 - Os presidentes Jorge Sampaio, de Portugal, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, plantam juntos uma semente de pau-brasil..... | 71 |
| IMAGEM 5 - A Primeira Missa, Victor Meirelles, 1891.....                                                                                    | 78 |
| IMAGEM 6 - Missa dos 500 anos de Evangelização.....                                                                                         | 78 |

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

MADE – Museu Aberto do Descobrimento

MNU - Movimento Negro Unificado

MIB - Movimento Indígena Brasileiro

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

UNI - União das Nações Indígenas

## Sumário

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                                                          | 9  |
| <b>CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 NO BRASIL</b> .....                          | 24 |
| <b>1.1 A denúncia do mito da democracia racial: Movimento Negro Unificado e a crítica intelectual</b> .....      | 28 |
| <b>1.2 O Protagonismo indígena no Brasil</b> .....                                                               | 31 |
| <b>CAPÍTULO 2: OS 500 ANOS SOB O PONTO DE VISTA GOVERNAMENTAL</b> .....                                          | 37 |
| 2.1 O contexto e os atores envolvidos na idealização das Comemorações dos 500 anos.....                          | 37 |
| 2.2 O projeto comemorativo oficial .....                                                                         | 40 |
| 2.3. Cenário Comemorativo Oficial .....                                                                          | 50 |
| <b>CAPÍTULO 3: A MEMÓRIA COMO RECLAMO: O MOVIMENTO BRASIL OUTROS 500 E OS PATAXÓS DE COROA VERMELHA/BA</b> ..... | 60 |
| 3.1 Abril de 2000, Porto Seguro, Bahia .....                                                                     | 66 |
| 3.2 O Protesto Indígena.....                                                                                     | 72 |
| 3.3 Sobre as Comemorações dos 500 anos.....                                                                      | 80 |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                                                              | 83 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                                                                         | 87 |
| <b>ANEXO A</b> .....                                                                                             | 96 |

*“Os fatos e a história recente dos últimos quinhentos anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre”.*

*(Ailton Krenak, 1999).*

## INTRODUÇÃO

Segundo Andreas Huyssen (2000) e Stuart Hall (2006), o contexto ocidental no último terço do século XX foi marcado pelo início de uma conjuntura histórica caracterizada pela legitimidade de discursos de memória reivindicativos no espaço público, principalmente de cunho étnico-racial, os quais buscam atingir e fragmentar os discursos de comunhão nacional que sustentam a comunidade imaginada. Conforme Luciana Heymann assinala a partir das considerações de Stuart Hall:

O que se observa, então, em linhas gerais, é a busca de reconhecimento e legitimidade por parte de grupos que, destacando-se da “comunidade nacional”, passam a definir-se a partir de novas categorias, sejam elas étnicas, religiosas, de gênero etc. Nesse processo, estão em jogo novas formas de auto - identificação, a valorização de uma história particular, a demanda por inclusão sem homogeneização, a luta pelo reconhecimento público de sua existência e significado para a nação, por representação política e, finalmente, por direitos. (HEYMANN, 2006, p.3).

Tais lutas coletivas, baseadas na afirmação de identidades étnico-raciais, desdobraram-se em vários níveis e esferas sociais, implicando na crítica ao modelo de cidadania liberal construído no processo de implementação do Estado-Nação, o qual passou a ser percebido, conforme Heymann e Arruti (2012, p. 3) como “uma poderosa e violenta máquina de eliminação das diferenças e de produção de uma ideia plana, homogênea e individualizada de cidadão”. No Brasil, esse processo de reconfiguração dos Estados Nacionais e de suas narrativas constituintes foi intensificado a partir da década de 1970, com a mobilização de novos atores políticos encetados por reivindicações com base nas categorias de raça, gênero e etnia, expressos em movimentos sociais<sup>1</sup> como o movimento negro, movimento feminista e organizações indígenas (HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Esse processo de dinâmicas de redefinição de identidades e de emergência de demandas coletivas de setores historicamente invisibilizados teve nas disputas pela gestão da memória nacional um grande campo de conflito, ao se reivindicar a ideia de dívidas históricas, expressando expectativas de reparação social e cultural (HEYMANN; ARRUTI, 2012). No bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a promulgação da Constituição Federal de 1988 expressou esse momento de efervescência político, social e

---

<sup>1</sup> Compreende-se a categoria de movimento social a partir das considerações da antropóloga argentina Virginia Manzano (2004, p.45, tradução nossa), a qual afirma que “supõem formas de mobilização social que desafiam o marco de ação estabelecido pela “política convencional”; ou seja, que se desenvolvem fora dos espaços de ação política e social institucionalizados nas democracias liberais, como pode ser a participação em partidos políticos ou no processo eleitoral”.

cultural, bem como garantiu direitos culturais inéditos a tais grupos historicamente marginalizados, destacando-se o direito à memória histórica (HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Nesse sentido, cabe sublinhar que, pelo menos desde o final da década de 1970, percebe-se um contexto histórico, potencializado com a abertura democrática, de debates em torno da memória nacional. Heymann e Arruti (2012) afirmam haver duas ordens de reivindicação memorial que emergiram nas últimas quatro décadas no Brasil: memórias da violência de Estado perpetrada contra populações indígenas e negras no contexto da colonização e de formação do Estado Nacional e memórias da repressão da ditadura civil-militar. Com relação à primeira ordem, identificaram momentos de inflexão na abordagem da sociedade e do Estado brasileiros com relação às questões indígena e negra, refletindo os novos princípios de valorização da diversidade promulgados pela Constituição de 1988 (HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Entre tais momentos de inflexão mencionados, as Comemoração do V Centenário do Brasil ocorrida na Bahia no ano 2000 representou um cenário que o Estado brasileiro retomou a leitura do passado nacional tradicional através da “fábula das três raças”<sup>2</sup> e do mito da democracia racial, constituindo-se no cenário em que fortemente se expressou as lutas sociais pelo reconhecimento da história e da memória dos setores invisibilizados e marginalizados. Desse modo, o enfoque desta pesquisa se constitui em pensar em torno dos conflitos deflagrados em torno da narrativa oficial sobre a chegada dos portugueses no cenário das Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Nosso interesse está concentrado em pensar tal tensão como a expressão de uma cultura histórica marcada pelos discursos de memória enquanto *reclamo* que transformam as experiências de passado e a relação com o tempo histórico enunciadas nos modelos narrativos do Estado-Nação.

À vista disso, nesta pesquisa proponho analisar as comemorações dos 500 anos do “Descobrimento”<sup>3</sup> do Brasil ocorridas durante o segundo mandato do governo FHC (1999-

---

<sup>2</sup> Expressão do antropólogo Roberto DaMatta (1987, p. 69-70), a qual expressaria “um sistema totalizado de ideais que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura” (1987, p.69), sendo base do projeto político e social do Estado-Nação brasileiro. Segundo DaMatta, a “fábula das três raças” “possibilita visualizar nossa sociedade como algo singular, especificidade que nos é apresentada pelo encontro harmonioso das três raças”.

<sup>3</sup> Cabe destacar que o termo “Descobrimento” foi utilizado pela Comissão do V Centenário, sendo, portanto uma escolha oficial do governo federal. Considera-se que o uso do termo *descobrimento* oblitera os sentidos de violência e conquista que a chegada dos portugueses, no que hoje é o território brasileiro, representou naquele contexto histórico. Nesse sentido, utilizou-se das aspas para se referir ao que o governo federal denominou “Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil”.

2002), tendo o objetivo de verificar as instrumentalizações do passado nesse contexto de comemoração da efeméride, de modo a analisar, conforme Durval de Albuquerque Júnior (2019, p. 185), “quais sentidos que se digladiam em torno de uma dada comemoração”. Longe de atingir um dos objetivos de toda comemoração de efeméride nacional - a evocação de uma memória coletiva comum e a celebração da identidade nacional - entendemos que as comemorações dos 500 anos constituíram-se em um palco de explicitação de conflitos étnico-raciais e contradições da sociedade brasileira (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

Seguindo a tradição dos governos do século XX - democráticos e ditatoriais - a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, articulado com a mídia hegemônica, promoveu uma programação de celebração triunfalista do dia 22 de abril, sustentando os topos da harmonização, da conciliação, do encontro das três raças enquanto paradigmas de interpretação da história nacional, traços que teriam tido sua origem no evento fundador da nacionalidade no século XVI. Além disso, a Igreja Católica realizou uma missa na praia de Coroa Vermelha - às margens da costa atlântica - reencenando a Primeira Missa descrita na carta de Pero Vaz de Caminha, acontecimento central no mito fundacional da nação.

Reagindo a tais narrativas e representações, o Movimento Brasil Outros 500, fundado em 1999 por entidades do Movimento Indígena Brasileiro (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil), do Movimento Negro (Confederação Nacional das Entidades Negras) e dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-terra e Sem-teto (Central de Movimentos Populares), pode ser considerada a mais importante expressão social de contestação à versão oficial, propondo uma releitura da chegada dos portugueses e da história nacional. A partir do lugar de enunciação dos oprimidos, no seu manifesto-fundador, apresentam “uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial<sup>4</sup>”.

Partindo do entendimento de que havia distintos modos de mobilização do passado e da temporalidade nesse contexto, os quais entraram em conflito, a problemática que orientou a pesquisa se constituiu em verificar *como o passado foi performatizado nesse contexto*

---

<sup>4</sup> BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. *Jornal Porantim*, Brasília – DF, Mar/Abr.1999, n. 213. p.6. Disponível em:<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

*comemorativo caracterizado pela tensão sobre a regulação do passado entre o Estado brasileiro e setores historicamente subalternizados*<sup>5</sup>.

À vista disso, em um contexto de fortalecimento da luta dos movimentos sociais no retorno da democracia ao país, visualiza-se, através da leitura de seus manifestos e ações do Movimento Brasil Outros 500, o questionamento da interpretação oficial<sup>6</sup> de eventos centrais na história nacional – como o “Descobrimento” do Brasil. Desse modo, a seleção deste cenário de comemoração de efeméride se justifica na possibilidade de pensá-lo enquanto ocasião de mobilização e disputa pela memória de passados históricos centrais para a luta política de tais movimentos enquanto grupos historicamente subalternos em um contexto político democrático. Para além de uma atitude iconoclasta dos heróis nacionais – como Pedro Álvares Cabral – buscamos *averiguar a hipótese de que o cenário de comemorações foi utilizado não somente como uma ocasião para a crítica aos modelos de interpretação do Estado ao passado, como também parte da luta política no tempo presente*.

Buscaremos defender tal hipótese a partir da análise específica de iniciativas protagonizadas por organizações do Movimento Indígena em meio ao contexto comemorativo ocorrido na Bahia entre os anos 1999 e 2000. Desse modo, esclarece-se, desde já, que optamos por privilegiar as ações dos povos indígenas em meio ao cenário de reivindicações conformadas por manifestantes do movimento negro e do MST, embora tenham ocorrido momentos de articulação e integração em torno do Movimento Brasil Outros 500. Tal escolha se justifica pela magnitude das iniciativas e ações de organizações indígenas contra as comemorações oficiais, bem como por se tratar da comemoração do acontecimento histórico diretamente relacionado à inserção da temática indígena na narrativa da nacionalidade brasileira.

A partir da elaboração de tal problemática, buscou-se contribuir para os estudos da historiografia sobre os usos políticos e públicos do passado e suas articulações com demandas e conflitos pela memória, uma vez que compreendo que a realização dessa pesquisa permite estabelecer reflexões historiográficas em torno do posicionamento epistemológico, ético-político do historiadores/as frente às narrativas indisciplinadas sobre o passado. Nesse sentido,

---

<sup>5</sup> Luciana Ballestrin (2013, p. 93) afirma, a partir das considerações de Gayatri Spivak, que a categoria “subalterno” pode ser definida “como classe ou grupo desagregado que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes”.

<sup>6</sup> Entendemos por interpretação oficial e história oficial a narrativa histórica que grosso modo serve para legitimar posições de poder, condições de classe e hierarquias sociais. Entretanto, concorda-se com Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2012, p. 48), no sentido de reconhecer que essas expressões implicam em certa esterilidade, uma vez que não consideram “as imbricações entre a historiografia e narrativas históricas às quais diferentes grupos sociais e o Estado lançam mão em contextos políticos específicos”.

dialoga-se com as considerações de Fernando Nicolazzi (2019), no sentido pensar os compromissos epistemológicos e éticos do historiador perante a elaboração de narrativas sobre o passado em que se mobilizam distintas noções de verdade históricas e temporalidade.

Considerando o cenário de comemoração de efeméride como palco de disputas e batalhas pela memória, cabe às reflexões sobre a legitimidade do discurso historiográfico contemporâneo, uma vez que, conforme afirma Nicolazzi (2019), essas batalhas se tornam igualmente embates em torno da história. Desse modo, dialogamos com Caroline Silveira Bauer (2017, p. 173) ao compreender que a disciplina histórica pode também atuar “como uma função mediadora e qualificadora entre as diversas memórias e representações do passado presentes nas batalhas para conferir sentido ao passado”, o que não implica na desconsideração de alguns cânones científicos da crítica histórica.

O estudo deste tema, conforme proponho analisar, implica também no interesse em verificar como saberes e experiências históricas das coletividades indígenas e da população negra brasileira foram historicamente silenciados e invisibilizados pelos discursos e representações do Estado-Nação brasileiro, a partir de uma formação histórica social baseada em uma rígida hierarquia social demarcada por critérios e relações étnico-raciais excludentes e discriminatórios. Desse modo, dado as condições e possibilidades históricas do final do século XX no Brasil, em que tais coletividades desestabilizaram os sistemas de representação da nacionalidade baseados no mito da democracia racial e da posição tutelar do Estado brasileiro perante os povos indígenas, esta pesquisa é motivada em contribuir com estudos que privilegiam o protagonismo político e histórico de tais coletividades na luta pela afirmação de suas identidades. Assim, busco dialogar com autores fundamentais, no âmbito intelectual, político e epistemológico, para o desvelamento das bases racistas e eurocêntricas que sustentam os mitos da democracia racial e a narrativa do descobrimento, como Lélia González, Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami.

À vista disso, considero que meu lugar de branquitude deve ser expresso por, pelo menos, duas razões: a primeira pelo fato de que, como afirma Lourenço Cardoso (2010, p. 611), uma das características da branquitude é a não explicitação da sua identidade racial branca no meio acadêmico, buscando “se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade”. Nesse sentido, penso ser necessário reconhecer que minha identidade racial branca é compartilhada com a elite intelectual e política nacional que escreveu o “cânone interpretativo” que embasou as comemorações nacionais. Compreende-se tal cânone como

mecanismos que ocultam historicamente os conflitos étnico-raciais da sociedade brasileira, favorecendo a reprodução de uma cultura baseada nos valores da branquitude e do eurocentrismo, ocultando alteridades culturais que expressam outros modos de conceber a temporalidade e a experiência histórica. Assim, contribuem para o fortalecimento do imaginário histórico-social que tolera e legitima a discriminação e políticas genocidas contra homens e mulheres negras da periferia brasileira, bem como a contra os mais de 305 povos indígenas que sofrem com a cotidiana invasão de suas terras pelos interesses da expansão da fronteira do agronegócio brasileiro.

## **FONTES**

A partir de tal problemática delimitada e das justificativas apresentadas, foi selecionado uma multiplicidade de suportes narrativos e imagéticos como fontes para realizar os objetivos propostos. Desse modo, optou-se por sistematizar tais fontes sob a delimitação de duas dimensões do cenário comemorativo, a saber: a esfera oficial e a esfera contra hegemônica. Nesse sentido, por esfera oficial compreendo as atividades, eventos e documentos produzidos e patrocinados somente pelo governo federal ou com parcerias com iniciativas privadas e midiáticas. Já a esfera contra hegemônica corresponde aos manifestos, ações, protestos e declarações produzidas, de distintas formas, para criticar a narrativa histórica oficial. Nesse sentido, além do manifesto do Movimento Brasil Outros 500, optamos pela análise de intervenções, atividades, marchas e protestos realizados no mês de abril de 2000 no estado da Bahia pelo Movimento Indígena Brasileiro e pelo povo indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Abaixo segue o quadro de fontes sistematizado:

| Acesso x Fonte                                                                     | Governo Federal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Acesso                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pronunciamentos                                                                    | <p>Pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso na:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instalação da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil ocorrida em Brasília (1996)</li> <li>2. Inauguração do Museu Aberto do Descobrimento em 1997;</li> <li>3. No dia 31 de dezembro de 1999 em ocasião da virada de ano;</li> <li>4. No dia 22 de abril de 2000, data central das comemorações governamentais;</li> </ol> | Site da Biblioteca da Presidência da República                                              |
| Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. | Diretrizes e Regulamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Acesso via artigo de Eneida Cunha (2003), devido a impossibilidade de acessar os originais. |
| Museu Aberto do Descobrimento                                                      | Artigo do Presidente da Fundação Quadrilátero do Descobrimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Publicado na Revista Eco 21, edição 32, jan-fev, 1998.                                      |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                             |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Jornais | Reportagens jornalísticas sobre os eventos oficiais de comemoração dos 500 anos do Brasil, destacadamente aquelas que se referem ao projeto do “Relógio dos 500 anos” da Rede Globo de Televisão e aos projetos da Nau Capitânia e do Museu Aberto do Descobrimento. | Acervo online do jornal do O Globo e da Folha de São Paulo. |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|

| Tipo x Fonte | Movimento Brasil Outros 500                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Acesso                                                                                                                                                                     |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Manifestos   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta aberta de repúdio ao Museu Aberto do Descobrimento do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil divulgado em 1996.</li> <li>- “Brasil 500 anos: resistência indígena, negra e popular”. Divulgado em 1998 no ato de criação do Movimento Brasil Outros 500.</li> <li>- “O Brasil que a gente quer são Outros 500” divulgado no encerramento da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.</li> <li>- Carta de Abril dos povos indígenas Pataxós e Pataxós Hã Hãe</li> </ul> | <p>Edição online do jornal Porantim, n.213, pertencente ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI).</p> <p>Acervo online do jornal do O Globo e da Folha de São Paulo.</p> |
|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                            |

|                |                                                                                                                           |                                                                                                  |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pronunciamento | - Pronunciamento do indígena Matalawê Pataxó na Missa dos 500 Anos de Evangelização realizada no dia 26 de abril de 2000. | Publicado no jornal Folha de São Paulo, disponível online.                                       |
| Jornais        | Reportagens jornalísticas sobre Marcha Indígena 2000 e os protestos no dia 22 de abril de 2000 em Porto Seguro.           | Edição online do jornal Porantim, n.213, pertencente ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). |

Para a análise de tais fontes, definiu-se uma abordagem teórico-metodológica de modo a compreendê-las enquanto suportes em que ocorre determinada performance de passado. Segundo Karin Tilmans, Frank van Vree e Jay Winter (2010), considerar os usos do passado enquanto performance permite uma abordagem que sublinha a intersecção entre história, memória e identidade na produção de discursos sobre o passado. Desse modo, propõe-se abordar as instrumentalizações do passado como leituras performáticas em que se expressam determinados sentidos e configurações da experiência histórica e da temporalidade.

Desse modo, as fontes são entendidas enquanto tentativas de *performatizar* o passado através de diferentes suportes como pronunciamentos, rituais, cerimônias, textos, imagens e manifestações públicas coletivas, que, por sua vez, inseridas no cenário de comemoração podem ser entendidas como “elementos que constituem um texto, que servem para inscrever e escrever dadas leituras dos eventos e personagens” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 188). Tais performances de passado tanto expressas nos suportes oficiais quanto nos contra-hegêmonicos são entendidos como modalidades de relação com o passado que estão inseridas em uma determinada dinâmica entre cultura histórica e política<sup>7</sup>, já que ambas “se articulam,

<sup>7</sup> Compreendo tais categorias a partir da definição de Rachel Sohiet, Maria Regina Celestino de Almeida, Cecília Azevedo e Rebecas Gontijo (2009, p.13) organizadoras do livro *Mitos, Projetos e Práticas Políticas: Memória e Historiografia*: “A noção de cultura” histórica tem se revelado útil para a compreensão das operações sociais que constroem sentidos de tempo e de história, por meio de dispositivos variados, entre os quais se destacam, nas sociedades contemporâneas, o ensino, a historiografia e a memória. Por sua vez, a noção de cultura política

na medida em que as representações do passado são essenciais na construção de imaginários e de projetos que orientam ações coletivas” (SOHIET et all, 2009, p. 13-14).

Uma vez delimitadas as fontes e a abordagem teórico-metodológica, cabe esclarecer que optamos por organizá-las em dois grupos para facilitar a análise. O primeiro bloco composto pelos pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso e os manifestos dos movimentos sociais os considero na sua dimensão de performance narrativa escrita e oral, nos quais a intenção é verificar os sentidos ao passado nacional que são delimitados e como se estabelecem as fronteiras entre passado, presente e futuro. No que tange os pronunciamentos cabe esclarecer que o método de análise dos pronunciamentos foi realizado com o intuito de pensar como a narrativa sobre o passado nacional é construída e significada, não interessando questões relacionadas à filosofia da linguagem e à análise do discurso. Entretanto, é importante destacar o fato de que os textos lidos ou usados como apoio pelos presidentes são escritos pelos redatores do governo, ou seja, devem ser consideradas peças institucionais. Conforme, o sociólogo Victor Armony (2005, p. 3), “quando o Presidente pronuncia sua mensagem, este último adquire o poder simbólico e a legitimidade da instituição estatal, independentemente da identidade concreta do redator. O Presidente e sua palavra são indivisíveis como entidade política”<sup>8</sup>. A consideração dos pronunciamentos presidenciais é fundamental para a análise que propusemos, desse modo se justifica o recorte temporal da pesquisa, a partir de 1996, ano do primeiro discurso de Fernando Henrique Cardoso sobre as Comemorações dos 500 anos.

Já no segundo grupo composto por suportes não narrativos escritos, procuro questionar qual imagem do passado é projetada na iniciativa de concepção do Museu Aberto do Descobrimento na região turística denominada Costa do Descobrimento, entendo essa iniciativa como parte do processo de produção de uma *paisagem de história*. Com relação à réplica da Nau Capitânia e à realização da Missa dos 500 anos de Evangelização, compreendendo-as como encenações históricas que lançam formas de produção discursiva acerca do passado. Em relação à denominada Marcha Indígena 2000 realizada no mês de abril de 2000, a intenção é verificar como tal intervenção pública se relaciona com a narrativa

---

engloba as linguagens, os ritos, os mitos, os ideais, os projetos, as identidades, as práticas políticas de indivíduos, “família”, grupos de dimensão variável que compõem uma sociedade.

<sup>8</sup> Idioma original do trecho: “cuando el Presidente pronuncia su mensaje, este último adquiere el poder simbólico y la legitimidad de la institución estatal, independientemente de la identidad concreta del redactor. El Presidente y su palabra son indivisibles como entidad política”.

histórica contra-hegemônica enunciada nos manifestos, considerando-as igualmente como um encenação histórica que produz um discurso público sobre o passado inserido no contexto comemorativo dos 500 anos. Como já sinalizado acima, as fontes que utilizei para realizar tais análises são fontes da cobertura jornalística de tais eventos dos jornais *O Globo*, *a Folha de São Paulo* e *o Jornal Porantim*, à vista disso, cabe ressaltar que a mídia se constitui também como uma produtora de representações do passado e, portanto, um ator político nos dois cenários comemorativos. A seguir, apresento os principais conceitos teóricos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO**

O estudo das comemorações - nas suas dimensões nacionais - são um objeto privilegiado para reflexões acerca das relações entre história, memória, temporalidade e usos do passado. Essa pertinência resulta do fato de que este objeto de estudo permite uma abordagem analítica sobre as práticas sociais e culturais que podem servir tanto para a evocação da coesão da comunidade imaginada nacional quanto se constituem em uma oportunidade para a explicitação de conflitos sociais. Nesse sentido, conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 185), cabe aos historiadores/as dar “atenção para os ruídos de sentido, para as divergências enunciativas e políticas, para as disputas pela hegemonia simbólicas, política, econômica que ocorrem quando das comemorações”.

À vista disso, cabe de modo introdutório, elucidar que compreendemos as comemorações em um duplo sentido: na sua dimensão de coesão nacional, dialoga-se com a clássica concepção de *lugares de memória* de Pierre Nora (1993), na medida em que são responsáveis pela manutenção dos laços sociais em um contexto que já não se existe memória espontânea. Assim, conforme Ricardo Oriá (2019), as comemorações nacionais são encarregadas, através da construção da memória social, de refletir sobre a experiência histórica e projetar uma visão de futuro para a nação. Por outro lado, já que nosso interesse é pensar nas batalhas pela memória, ou seja, na dimensão conflitiva das comemorações, compreendemos as comemorações como um *acontecimento*, perspectiva trabalhada por Nora Pagano e Martha Rodriguez a partir da concepção de Arlette Farge.

Segundo as historiadoras argentinas:

O acontecimento assume seu significado da forma em que os indivíduos o percebem, o interiorizam; a partir disso que certos acontecimentos exteriormente importantes podem estruturar comportamentos sociais. Não há acontecimento sem que um significado lhe seja oferecido para sua recepção; não há um significado *a priori* de um acontecimento já que este carece em si mesmo de neutralidade. Socialmente fabricado, é apropriado de maneiras muito diferentes pelo conjunto de setores sociais; estas apropriações podem entrar em conflito entre si ou dando lugar a diferentes significados e representações. (2014, p. 8).

Assim, entende-se que a comemoração enquanto um acontecimento é constituído por distintos modos de instrumentalização do passado conforme os interesses dos atores sociais que o mobilizam e as relações de poder em que estão inseridos. Desse modo, Elizabeth Jelin (2004, p. 150) afirma que a comemoração de datas históricas “são conjunturas em que as memórias são produzidas e ativadas. São ocasiões públicas, espaços abertos, para expressar e atuar os diversos sentidos que se outorga ao passado - reforçando alguns, ampliando e mudando outros”.

Entendemos que tais disputas pelo passado expressas nas batalhas pela memória que envolve essa pesquisa devem ser compreendidas dentro da perspectiva das relações étnico-raciais da sociedade brasileira. Compreendo tais relações a partir das considerações de Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva que afirmam ser:

(...) aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais, e entre indivíduos destes grupos, informadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e dos grupos a que pertencem. Relacionam-se ao fato de que, para cada um e para os outros, se pertence a uma determinada raça, e todas as consequências desse pertencimento. Em outras palavras, quando estamos face a face com outra pessoa, é inegável que seu fenótipo, cor da pele, penteado e forma de vestir-se desencadeiam, de nossa parte, julgamentos sobre quem é, o que faz e até o que pensa tal pessoa. Dessa forma, informados por estereótipos, se não estivermos atentos, podemos manifestar, por palavras e gestos, discriminação, desrespeito, desqualificação. Pessoas negras têm sido vítimas deles. Não poucas vezes se ouve que pessoas “desta raça”, os negros, são feios, sujos, violentos ou preguiçosos. Cabe mencionar aqui que a palavra raça não se refere ao conceito biológico de raças humanas, amplamente rechaçado pelos conhecimentos científicos aceitos nos dias de hoje. Tal conceito se refere à construção social que envolve características físicas e culturais (Guimarães, 2003). No Brasil, tensas relações étnico-raciais são vividas, principalmente, entre negros e brancos. (VERRANGIA; SILVA, 2010, p. 709-710).

A partir disso, cabe destacar ainda, conforme fizeram os autores, que no Brasil são tensas as relações étnico-raciais entre brancos e indígenas marcados igualmente por uma história de marginalização, preconceito e exclusão através de visões homogeneizantes, estereotipadas e excludentes, os quais lutam para serem reconhecidos como parte integrante da formação e da nacionalidade brasileiro a partir das suas diferenças culturais.

No que diz respeito aos usos do passado, as considerações do historiador Hayden White (2010) sobre a distinção entre “passado histórico” e “passado prático” são pertinentes nesse sentido. O primeiro seria o passado estudado pelos historiadores a partir dos fundamentos científicos da historiografia; o segundo corresponderia aos passados políticos, jurídicos, religiosos, os quais mantêm uma relação prática com o presente, sendo utilizado por grupos no intento de “fornecer razões, se não justificação, para as ações nele tomadas em nome de um futuro melhor do que a atual dispensação” (WHITE, 2010, p. 17). Nesse sentido, em meio a conflitos pelo significado do “Descobrimento” do Brasil no cenário de comemoração, cabe sublinhar que, conforme White, “nas investigações sobre esses tipos de passado, o que está em questão não é tanto “o que são os fatos?” , como, pelo contrário, o que pode se contar como fato” (WHITE, 2010, p. 16)”. Em vista disso, não se propõe a analisar o passado em si, mas sim estudar como, na tensão entre o Estado e movimentos sociais, ele é significado e *instrumentalizado* na sua *dimensão prática* através de discursos de memória.

A tomada dessa perspectiva permite, conforme Caroline Silveira Bauer (2017), estabelecer relações entre os usos do passado, a memória, o espaço público e as estratégias políticas para justificar determinadas lutas políticas no presente. Desse modo, parte-se do pressuposto que os objetos de análise deste projeto de pesquisa inserem-se no contexto ocidental marcado pela cultura da memória (HUYSSSEN, 2000), sendo uma conjuntura sensível à realização de comemorações. Conforme Ana Ramos (2011, p. 14, tradução nossa), um dos modos de abordagem dos estudos sociais em relação à memória constitui-se em considerá-la como *prática política* enquanto “um fator de transformação e de luta nas arenas onde se disputam sentidos de pertencimento, projetos políticos e valorações das diferenças”<sup>9</sup>. A consideração de tal dimensão política da memória nos leva a examinar os fatores sociais do tempo presente que interferem no processo de *trazer o passado para o presente*. Dessa forma, considerar “o presentismo na construção do passado”, como afirmou Ramos, significa pensar o tempo presente como “aquele que sustenta as imagens sobre o sucedido, enquanto recursos políticos mudam em função de como os grupos sociais usam o passado para seus fins presentes”<sup>10</sup> (RAMOS, 2011, p. 142, tradução nossa).

---

<sup>9</sup> Idioma original do trecho: “un factor de transformación y de lucha en las arenas donde se disputan sentidos de pertinencia, proyectos políticos y valoraciones de las diferencias”.

<sup>10</sup> Idioma original do trecho: “aquele que sostiene que las imágenes sobre lo sucedido, en cuanto recursos políticos, cambian en función de cómo los grupos sociales usan el pasado para sus fines presentes”.

Para pensar de modo articulado o uso político do passado em cenários comemorativos, utilizamos o conceito de *memória cultural* desenvolvido por Jan Assmann (2008) no marco dos estudos da memória. Esta categoria é considerada útil uma vez que apresenta uma abordagem para as relações estabelecidas por grupos e comunidades para com o seu “passado remoto” através de práticas culturais e institucionais (ASSMANN, 2008). Segundo Assmann (2008, p. 119), a memória cultural é baseada em pontos fixos no passado, sendo “exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas”, que são desencadeados em festas, ritos, textos, histórias, bem como dependente de instituições de preservação e re-corporificação (monumentos, museus, bibliotecas, arquivos).

Ademais, cabe salientar que, para o egiptólogo, a memória cultural está intimamente relacionada com a noção de identidade. Essa articulação entre os conceitos permite considerar como os valores, interesses e as disputas de uma comunidade ou nação interferem na seleção do que será recordado, esquecido e encenado de determinado passado (ASSMANN, 2008). Tal conceito é referente para essa pesquisa, pois entendemos que pode ser utilizado para pensar a memória heroica difundidas nos mitos fundacionais do Estado-Nação, uma vez que segundo Assmann (2008), a categoria se refere à história mítica, corporificada em comunicações cerimoniais e mediada em rituais, performances e textos.

Cabe uma última reflexão em torno das relações entre memória e suas utilizações com o tempo, a cultura e a história. Nesse sentido, em diálogo com Juçara da Silva Mello (2016, p. 239), entendemos que “as variações da configuração e do peso da memória na construção da história e na formação das identidades encontram-se diretamente relacionadas aos modos de se conceber e sentir o tempo. Assim, interessa pensar o tempo histórico como uma elaboração cultural, a partir das considerações de Reinhart Koselleck (2006, p. 16), o qual afirma que é no “processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se um “tempo histórico””. Compreender as relações entre os usos do passado, memória e temporalidade, a partir dessa perspectiva, implica pensar sobre quais sentidos de experiência temporal as narrativas dos mitos fundacionais do Estado-Nação e suas representações da nacionalidade foram forjadas, bem como considerar sobre qual *performance de tempo* os discursos de memória crítica do Movimento Brasil Outros 500 expressam no contexto do final do século XX. Segundo Berber Bevernage e Chris Lorenz (2015, p. 255, tradução nossa), o tempo histórico deve ser

analisado no seu caráter performativo, de maneira que “a distinção dos três modos temporais pode analisar-se como uma forma de ação social conectada a atores específicos”<sup>11</sup>.

À vista disso, no primeiro capítulo desta monografia realiza-se uma breve revisão, a partir da bibliografia especializada, sobre o contexto das décadas de 1980 e 1990 focando nas relações entre a emergência do Movimento Negro Unificado e de organizações políticas indígenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, de modo a ressaltar as discussões sobre a memória nacional e as demandas coletivas em torno de suas memórias, direitos e reconhecimento identitário. No segundo capítulo, realiza-se a descrição do contexto histórico e político em que a Comissão do V Centenário do Descobrimento do Brasil foi criada, abordando alguns aspectos da agenda comemorativa oficial - como o projeto de construção do Museu Aberto do Descobrimento - os pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso referentes ao tema da comemoração, e as encenações históricas que compuseram o cenário comemorativo no litoral do estado da Bahia.

No terceiro capítulo, a ênfase recai no Movimento Brasil Outro 500, apresentando a conjuntura política da sua fundação. Além disso, realizamos algumas considerações sobre o povo indígena Pataxó, os quais resistiram e defenderam sua autonomia frente o processo de preparação das Comemorações dos 500 anos nos seus territórios. Nesse sentido, analisa-se como as primeiras manifestações de repúdio às celebrações oficiais ocorreram através da publicação de manifestos até adentrarmos na conjuntura do mês de abril de 2000, quando tais repúdios transformaram-se em ações concretas de protesto do Movimento Indígena Brasileiro na chamada Costa do Descobrimento.

---

<sup>11</sup> Idioma original do trecho: “aún menos estudiosos han puesto atención en las manferas en la distinción de tres modos temporales puede analizarse como una forma de acción social conectada a actores específicos”.

## **1 MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 NO BRASIL**

Na primeira década do século XXI foram promulgadas as leis 10.639/03 e 11.645/08 que estabelecem, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino das temáticas da História e Cultura da África e Afro-Brasileira e História e Cultura Indígena no currículo oficial da Rede de Ensino. Conforme Carla Beatriz Meinerz e Júnia Sales Pereira (2017 p. 59), ambas as legislações resultam de uma histórica trajetória de luta coletiva do movimento negro, de organizações de mulheres negras e da união de organizações de povos indígenas que reivindicam a “equidade na relação com suas histórias e memórias” historicamente invisibilizadas nas representações oficiais do Estado-Nação e nos currículos escolares. Nesse sentido, as promulgações dessas leis estão inseridas no contexto inaugurado pela Constituição Federal de 1988 que estabeleceu uma série de direitos específicos com base nos critérios étnico-raciais, o que possibilitou a inserção das Leis em um conjunto de ações afirmativas que buscam a promoção da igualdade racial e o embate público, por meio da educação escolar, de práticas de racismo, preconceito e discriminação (MEINERZ; PEREIRA, 2017).

Gostaríamos de posicionar tais Leis como parte de um contexto de disputas e debates em torno da memória nacional potencializada desde o final da década de 1970. Conforme o historiador Luis Fernando Cerri (2006, p. 6) destaca, as décadas finais do século XX foram marcadas por “elementos de pressão por mudanças na abordagem pública da História por parte do Estado Nacional” principalmente nos conteúdos dos currículos escolares e no contexto de festas cívicas. Nesse sentido, por um lado, o Movimento Negro Unificado teve como uma de suas pautas centrais ao longo da década de 1980 a denúncia e a consequente deslegitimação do mito da democracia racial, expondo os diferentes níveis de racismo, discriminação e exclusão que a população negra sofre no Brasil. Por outro lado, pode-se destacar também, durante a década de 1980, as iniciativas de organizações políticas unificadas de povos indígenas, através de várias lideranças, em busca da conquista de sua autonomia política e do reconhecimento de seus valores e modos de vida, superando a visão assimilacionista e tutelar historicamente mantida pelo Estado brasileiro. Desse modo, lutavam contra determinadas visões estereotipadas que os negavam a agência histórica, bem com a visibilidade de resistência histórica.

Conforme Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018, p. 450), a Constituição Federal de 1988 foi resultado desse contexto político e social imediatamente antecedente à sua promulgação, marcado por debates e disputas em torno da conjuntura de redemocratização do

país, de modo que “reflete em grande medida as tensões e contradições de uma sociedade que deixava para trás mais de vinte anos de ditadura”. Tendo como centralidade a agenda da cidadania, a “Constituição Cidadã” ampliou os direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros e expandiu a cobertura dos direitos sociais. Além desses, a Constituição Federal de 1988 inovou ao contemplar a proteção dos “direitos coletivos e difusos” associados a setores específicos da população como os povos indígenas e à população negra no marco de direitos étnico-raciais, de modo a orientar políticas de combate ao preconceito racial (VISCARDI, PERLATTO; 2018).

Em relação às populações indígenas, a Constituição foi um marco juridicamente inédito na história das relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, uma vez que foi destinado um capítulo inteiro aos direitos dos índios. Conforme o Instituto Socioambiental (ISA),

Trata-se de direitos marcados por pelo menos duas inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao chamado Estatuto do Índio. A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento. A segunda é que os direitos dos índios sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado. Isto decorre do reconhecimento do fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil. A nova Constituição estabelece, desta forma, novos marcos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas<sup>12</sup>.

À vista disso, cabe enfatizar o abandono da perspectiva paternalista e tutelar na dimensão constitucional do Estado brasileiro sobre os povos indígenas, reconhecendo-os nas suas especificidades culturais, bem como no seu papel de agentes políticos. No que tange aos direitos destinados à população negra, cabe indicar o reconhecimento ao direito de posse aos remanescentes de territórios quilombolas, bem como a definição do crime de racismo como “inafiançável e imprescritível” (VISCARDI; PERLATTO, 2018).

Nesse sentido, a Carta Constitucional se concentrou em afirmar o compromisso com a *igualdade* e com a *diversidade*, pontos centrais nas reivindicações dos movimentos sociais organizados como o Movimento Negro Unificado e da União das Nações Indígenas na década de 1980 (VISCARDI; PERLATTO, 2018). Paula Montero (2012) entende o enfoque da Constituição de 1988 à diversidade étnico-racial e ao pluralismo cultural como uma reação a esse processo de auto constituição de identidades dentro da comunidade imaginada do Estado-

---

<sup>12</sup> Instituto Socioambiental. Direitos Constitucionais dos Índios: Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>>. Último acesso em: 11 dez. 2019.

Nação, o qual afetou o modelo de coesão nacional brasileiro baseado no imaginário da mestiçagem e da assimilação. Segundo a antropóloga, o Estado brasileiro desde a fundação da República em 1889, administrou a diferença étnica-racial da população brasileira a partir da perspectiva assimilacionistas, de modo a constituir a nacionalidade comum frente a “uma matéria-prima bastante heterogênea”: negros africanos recém-saídos da escravidão, mestiços livres, imigrantes europeus pobres, quadros da burocracia estatal de ascendência portuguesa (MONTERO, 2012). Nesse sentido, afirma que:

O modelo jurídico de incorporação das populações indígenas e seus territórios ao processo de construção da nação foi o da tutela, que perdurou pelo menos até a Constituição de 1988. No caso dos negros, a “raça” foi transformada em herança cultural africana a partir da obra inaugural de Gilberto Freyre, que fez da miscigenação a grande virtude da nação brasileira. Desse modo, o modelo de constituição da soberania foi, no caso do Brasil, calcado em uma política de integração e assimilação das diferenças de cor na forma de uma cidadania miscigenada abstrata, indiferente às particularidades (MONTERO, 2012, p.89).

Para Montero (2012), com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado brasileiro teria abandonado, no âmbito constitucional, a perspectiva do “mulatismo”. A ideia de miscigenação harmônica entre brancos, negros e indígenas, a qual estrutura os mitos das três raças e da democracia racial, teria sido substituída pela perspectiva do pluralismo, assumindo-se como formado por heranças paralelas e pluriétnicas e reconhecendo o direito à diferença cultural e, às coletividades ameríndias, o território tradicional, a sociobiodiversidade, ao meio ambiente e à biodiversidade (MONTERO, 2012).

Nesse novo ordenamento constitucional, cabe enfatizar, conforme destaca o historiador Ricardo Oriá (2011), que foi instituído o direito à memória histórica no marco do Princípio da Cidadania Cultural que estabeleceu, de forma inédita, direitos culturais à população como dimensão do exercício da cidadania. Segundo o historiador, tais direitos são aqueles “que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à *produção cultural*, passando pelo *direito de acesso à cultura* até o *direito à memória histórica*” (ORÍÁ, 2011, p. 4, grifo nosso). Os dois primeiros direitos denotam o entendimento constitucional que todos os brasileiros são produtores de cultura e, por isso, detêm o direito de ter acesso ao conjunto de bens culturais produzidos na sociedade. Já o direito à memória histórica corresponde à compreensão de que todos os brasileiros têm “acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição e a sua História” (ORÍÁ, 2011, p.5). Ademais cabe destacar o direito à participação nas decisões públicas sobre políticas culturais que implica na possibilidade do cidadão interferir nos rumos

das políticas culturais, via conselhos e fóruns deliberativos, de tal modo a superar os padrões históricos de clientelismo e tutela assistencialista na elaboração de projetos culturais (ORÍÁ, 2011).

Consagrada pela marca da diversidade cultural, Oriá (2011) localiza alguns artigos constitucionais que indicam o compromisso com a construção da memória plural na elaboração de políticas de preservação do patrimônio cultural. Delimita-os a partir das seguintes temáticas: 1) A proteção do poder público em relação às diferentes etnias; 2) A incorporação de datas no calendário cívico-nacional; 3) O ensino de História do Brasil; 4) O segmento afro-brasileiro; 5) As comunidades indígenas.

Inicialmente interessa ressaltar o segundo ponto, no qual: “A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.” (art. 215 § 2º). Conforme o historiador, o reconhecimento e a instituição de datas cívicas e efemérides históricas com base nas diferentes matrizes étnicas são fundamentais para a construção de uma identidade nacional que se pretende plural, democrática e cidadã (ORÍÁ, 2011). No que tange ao item das comunidades indígenas e afro-descendentes e reforçada no item sobre a história do Brasil, destaca-se a preocupação constitucional em que os povos indígenas e a população negra tenham sua história, cultura e memória reconhecidas como parte da reafirmação identitária e valorização de seus costumes. A partir da análise constitucional, Oriá conclui que:

(...) há uma tentativa de construção de uma memória plural, que venha subsidiar uma nova política cultural para o País. A atual Constituição tenta, pois, corrigir uma omissão, ao estabelecer em vários dispositivos a importância de outros elementos formadores do processo civilizatório nacional e que devem ter suas manifestações culturais preservadas para as atuais e futuras gerações de brasileiros. (ORÍÁ, 2011, p. 9).

Interessa para nossa proposta, ressaltar que tais premissas multiculturalistas e pluralistas e a promulgação de um direito à memória da Constituição de 1988, somente foram possíveis pela mobilização e pressão social do Movimento Negro Unificado e também das organizações indígenas. Pierre Nora entende a centralidade das críticas às versões oficiais do passado como parte da emergência da memória enquanto luta política identitária:

Em todo o mundo, estamos experimentando a emergência da memória [...] Durante os últimos vinte e cinco anos, todos os países, todos os grupos sociais e étnicos, passaram por uma profunda mudança, mesmo uma revolução, no relacionamento tradicional que tem mantido com seu passado. Essa mudança tem adotado múltiplas e diferentes formas, dependendo de cada caso individual: uma

crítica das versões oficiais da História; a recuperação dos traços de um passado que foi obliterado ou confiscado; o culto às raízes, ondas comemorativas de sentimento; conflitos envolvendo lugares ou monumentos simbólicos; uma proliferação de museus; aumento da sensibilidade relativa à restrição de acesso ou à exploração de arquivos; uma renovação do apego aquilo que em inglês é chamado de heritage e em francês patrimoine; a regulamentação judicial do passado. Qualquer que seja a combinação desses elementos, é como uma onda de recordação que se espalhou através do mundo e que, em toda a parte, liga firmemente a lealdade ao passado- real ou imaginário – e a sensação de pertencimento, consciência coletiva e autoconsciência. Memória e identidade. (NORA, 2009, p. 6).

Nesse sentido, no caso brasileiro, segundo Oriá (2011, p. 2), os movimentos sociais protagonizados pelos novos atores políticos (mulheres, índios, negros, sem-terra, homossexuais) desde o final da ditadura civil-militar “veem no “resgate” de sua memória um instrumento poderoso de afirmação de sua identidade e de luta pelos direitos de cidadania”. Desse modo, entende-se que, com a redemocratização do Brasil, iniciou um momento político em que se reivindicou a re-disposição do modelo interpretativo da história nacional brasileira e de suas representações pelos movimentos sociais (HEYMANN, ARRUTI, 2012; MONTERO, 2012). À vista desse cenário social e político em que foi central a articulação entre memória, identidade e política, passaremos doravante a destacar alguns eventos na trajetória do Movimento Negro Unificado e das organizações indígenas, no que diz respeito à crítica aos mitos e paradigmas interpretativos nacionais e também às relações interétnicas entre Estado e as comunidades indígenas, entendo-os como um ponto de emergência de desestabilização das narrativas oficiais que foram expressas nas comemorações dos 500 anos do Brasil em 2000.

### **1.1 A denúncia do mito da democracia racial: Movimento Negro Unificado e a crítica intelectual**

Conforme Lourenço Cardoso e Jessica Conceição (2011), o mito da democracia racial passou a ser contestado pelos movimentos sociais na década de 1950 e na academia a partir da influência de Florestan Fernandes, com a escrita da tese a *Integração do Negro na Sociedade de Classes* defendida em 1965. Cardoso e Conceição entendem a obra de Fernandes como o ponto de inflexão na academia brasileira em relação ao questionamento do mito da democracia racial, uma vez que o sociólogo da Escola Paulista de Sociologia defendeu que “o preconceito de raça realmente existe no Brasil, portanto, a ideia de harmonia racial não passa de uma ficção que teve como consequências, a falta de políticas de igualdade racial e uma invisibilidade das injustiças cometidas contra os negros” (CARDOSO; CONCEIÇÃO, 2011, p. 96). O sociólogo e a socióloga consideram que o avanço realizado por Florestan Fernandes

teve o mérito de aproximar a reflexão acadêmica das pautas dos movimentos sociais que desde a década de 1950, influenciados pelos movimentos de descolonização na África e da luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, mobilizaram-se em torno da noção de negritude.

Estudando a trajetória do movimento negro organizado durante a república (1889-2000), o historiador Petrônio Domingues (2007) identifica com a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) em 1978 na cidade de São Paulo um ponto de inflexão em tal trajetória no que diz respeito à relação como o mito da democracia racial. Se na primeira fase (1889-1937) e na segunda fase (1945-1964) tal relação teria ocorrido a partir de uma “denúncia assistemática”, a partir da década de 1970, o movimento social organizado teria passado a realizar uma denúncia sistemática do mito da democracia racial (DOMINGUES, 2007).

Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2001), simbolizando a retomada organizada em dimensão nacional, o Movimento Negro Unificado, como seria chamado posteriormente a sua fundação, reivindicou a trajetória histórica de luta de organizações de combate ao racismo e de afirmação da negritude como o Teatro Experimental do Negro. Conforme Domingues (2007, p. 114), “o nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional”. Desse modo a agenda política do MNU até a década de 1990 desenvolveu em três eixos: a luta contra o preconceito racial, a luta pelos direitos culturais (reivindicação da herança africana) e a denúncia do mito da democracia racial como ideologia que impedia a ação anti-racista (GUIMARÃES, 2001).

Domingues (2007) mostra que tais reivindicações eram consideradas “mínimas” no Programa de Ação do movimento em 1982, no quais se destacava como reivindicação, além da desmistificação da democracia racial brasileira, a luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares. Desse modo, é importante destacar a centralidade da crítica ao modo como tradicionalmente os negros foram definidos e incluídos na narrativa da nacionalidade brasileira na luta do Movimento Negro Unificado a partir da década de 1980. Pode-se afirmar que tal contestação ao mito da democracia racial não somente teve o objetivo de desvelar os conflitos raciais que tal narrativa ocultava como também era central para a afirmação do protagonismo do negro na história e na cultura

nacional, bem como para a reafirmação da identidade étnica específica de negro, a qual combatia o paradigma da mestiçagem (DOMINGUES, 2007). Nesse período, cabe destacar a centralidade de intelectuais negros e negras que estabeleceram a crítica ao mito da democracia racial como Abdias do Nascimento, na obra *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado* publicado em 1978, Hamilton Cardoso, Joel Rufino e as diversas produções das historiadoras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento.

Nesse quesito sobre as disputas em torno da narrativa histórica, cabe destacar que o MNU mobilizou uma série de símbolos para demarcar o protagonismo do negro na história nacional. Entre eles, podemos destacar, conforme Domingues (2007), a transformação do dia 13 de maio, efeméride festiva da abolição da escravatura, em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, a eleição do dia 20 de novembro (presumível data da morte de Zumbi dos Palmares) no Dia Nacional da Consciência Negra.

Heymann e Arruti (2012) e Guimarães (2001) destacam o tombamento da Serra da Barriga em 1985, local do Quilombo dos Palmares no século XVII, como um marco simbólico que expressou mudanças no reconhecimento do Estado brasileiro perante as demandas coletivas pela valorização da história dos negros no país. Na esteira desse processo, a Comemoração do Centenário da Abolição em 1988, promovida no governo de José Sarney no dia 13 de maio e ocorrida no ano dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foi um momento explorado pelo MNU para a expressão de suas pautas. Conforme Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), o MNU, através de diferentes ações e protestos nas capitais brasileiras, buscou refutar a visão oficial que exaltava mais a bondade e a caridade da Princesa Isabel do que a luta dos escravizados pela liberdade. Além disso, questionou o sentido da comemoração, denunciando as baixas condições de vida da população negra naquele momento como decorrência do descaso do Estado pós-Abolição.

Conforme Guimarães (2001), a partir da promulgação da Constituição, o caráter e a pauta do movimento negro sofreu alterações como, por exemplo, a proliferação entidades independentes da sociedade civil como a fundação do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Além disso, afirma que boa parte da militância organizada em torno do MNU até então, passou a militar via partidos, sindicatos e órgãos estatais, de modo que a pauta do movimento negro na década de 1990 avançou no sentido de pressionar para aplicação de ações afirmativas (GUIMARÃES, 2001). Nesse sentido, percebe que as lutas nas décadas de 1970 e 1980 em torno da deslegitimação do mito da democracia racial rendeu “frutos e reações, seja

através de políticas públicas e legislação, seja através de novas teorias acadêmicas sobre a democracia racial” (GUIMARÃES, 2001, p. 16).

## **1.2 O protagonismo indígena no Brasil**

Conforme João Mítia Antunha Barbosa e Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes (2018), o protagonismo político dos indígenas na década de 1980 teve como um dos fatores históricos antecedentes os movimentos de luta pelos Direitos Humanos no âmbito internacional. A Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho ocorrida em 1957 em que se debatia a favor da autonomia e autodeterminação indígena, bem como a Declaração de Barbados ocorrida em 1971 a favor do reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos políticos atuantes favoreceram a formação de um cenário nacional “próprio ao surgimento de movimentos de apoio e a ocorrência de assembleias que colocaram na pauta o tema da representatividade política dos povos indígenas” (BARBOSA; FAGUNDES, 2018, p. 194).

Outro fator de influência indicado diz respeito à nova linha pastoral da Igreja Católica no Brasil influenciada pela Teologia da Libertação, aproximando a Igreja das populações indígenas na década de 1970, contexto em que ocorreu a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão que estimulou a realização de assembleias indígenas com representantes de diversos povos e tribos do Brasil (BARBOSA; FAGUNDES, 2018). Cabe aqui destacar, conforme Heymann e Arruti (2012), a realização da Missa da Terra sem Males em 1979 como um dos eventos marcadores de uma mudança de postura da sociedade civil com relação à memória nacional. Nessa ocasião, o CIMI organizou tal missa como resposta às celebrações do ano anterior, no qual havia sido declarado o Ano dos Mártires da Causa Indígena pela Igreja Católica, dedicado à memória de jesuítas que atuaram nas missões guaraníticas do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a Missa da Terra sem Males foi dedicada à “memória, remorso, denúncia e compromisso” da Igreja católica aos povos indígenas (HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Em vista desse cenário da década de 1970, Barbosa e Fagundes (2018, p. 194), afirmam que “a soma desses fatores possibilitou a ascensão de um movimento indígena nacional, exemplificado pela atuação da UNI”. A União das Nações Indígenas (UNI) foi criada no início da década de 1980 composta por “lideranças” de projeção nacional da causa indígena como: Álvaro Tukano, Mário Juruna, Marçal de Souza, Marcos Terena, Ailton

Krenak (BARBOSA;FAGUNDES, 2018). À vista disso, conforme Lino João de Oliveira Neves,

Os anos 80 representaram para o movimento indígena no Brasil uma fase de afirmação de alianças com segmentos da sociedade civil e com setores populares que procuravam se re-organizar. Além de estreitar relações, estas alianças desencadearam ações conjuntas e cooperações com igrejas progressistas, organizações não governamentais, entidades de apoio à causa indígena (OLIVEIRA NEVES, 2004, p. 89).

Essa unidade dos vários povos em torno de uma organização e suas alianças com a sociedade civil foram fundamentais para a aprovação das medidas básicas exigidas no contexto da Constituinte em 1987 (BARBOSA; FAGUNDES, 2018). Com a promulgação da Carta Constitucional nos moldes pluriétnicos e com um capítulo específico para os povos indígenas como descrito acima, “as organizações indígenas adquirem o “status” de organizações sociais, legalmente aceitas. E, pela primeira vez no Brasil, os índios podem exercer sua voz ativa e defender eles mesmos os seus interesses” (OLIVEIRA NEVES, 2004, p. 90).

À vista disso, cabe enfatizar que não há um consenso em torno da definição do movimento indígena enquanto um todo unitário. A unidade conformada em torno da Constituinte, para Ailton Krenak, “foi uma revoada de pássaros que se encontram e depois vai embora” (In: Sávio, 2015, p. 220). Essa afirmação de uma das principais lideranças no contexto revela a difícil missão de representar mais de 230 etnias e 188 línguas indígenas naquela ocasião. Assim, Poliene Bicalho afirma que:

Em princípio, não é conveniente pensar o MIB como um todo homogêneo, pois se trata de uma realidade na qual convivem mais de duzentos povos com especificidades linguísticas, culturais, religiosas e organizacionais. Trata-se de um Movimento fragmentado no sentido de que estes povos estão espalhados pelos quatro cantos do território nacional - embora a maioria esteja concentrada na região amazônica, onde “vivem aproximadamente 60% da população indígena do país” -, com especificidades socioculturais próprias e sob condições de sobrevivência diversas. Nem no sentido sociocultural, nem no sentido de demandas desse Movimento, é cabível qualquer ideia de homogeneidade. (BICALHO, 2010, p. 252).

Entretanto, tal fragmentação não deve ser entendida como uma diluição política, mas sim como sugere Oliveira Neves (2004, p. 90) “o mais apropriado é tomar essa “multiplicação” como uma “atomização”, diretamente relacionada ao processo histórico de dispersão a que estão submetidos os povos indígenas pela colonização de seus territórios tradicionais”. Dessa forma, pode-se afirmar que há certa unidade que se desdobra em um movimento organizado, pois existem “determinadas demandas que são peculiares a cada uma

delas [povos indígenas], transformando-as em bandeiras de luta que permitam pensar a existência de um Movimento Indígena atuante em todo o território nacional” (BICALHO, 2010, p. 254). A compreensão dessa característica do Movimento Indígena é de fundamental importância para as ações de protesto nas Comemorações dos 500 anos como será abordado no terceiro capítulo.

À vista disso, cabe um breve balanço sobre a política indigenista que marcou os anos 1990, bem como as transformações ocorridas no Movimento Indígena nessa década, de modo a contextualizar as principais pautas e disputas nas relações interétnicas no contexto das Comemorações dos 500 anos. Conforme Bicalho (2010), após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a UNI desestruturou-se no início da década de 1990 pelo fato de não ter conseguido unificar as reivindicações devido, principalmente, a sua dinâmica de funcionamento “de cima para baixo”, não atingindo as pequenas comunidades indígenas dispersas.

Para a historiadora, tal dificuldade foi enfrentada também pelo Conselho de Articulações dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) fundada na III Assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) em 1992, com o objetivo de representar os vários povos indígenas do Brasil (BICALHO, 2010). Com o propósito de “discutir e avaliar a trajetória do movimento indígena nacional e a conjuntura da política indigenista atual”, a CAPOIB foi a principal organização de representatividade nacional indígena na década de 1990 no intuito de consolidar os projetos étnicos dos povos indígenas e demandar o respeito e aplicação dos direitos indígenas garantidos na Constituição (BICALHO, 2010). Atuando diretamente nos protestos na Bahia durante as Comemorações dos 500 anos, tal evento selaria sua desintegração (BICALHO, 2010).

Segundo Oliveira Neves,

Os anos 90 trazem consigo mudanças significativas nas relações interétnicas. Veiculada a uma política de redução da máquina estatal e de terceirização de serviços, a ação indigenista do Estado fragmenta-se em políticas setoriais indígenas transferidas para as responsabilidades de diferentes órgãos dos governos federal, estaduais e municipais. A partir desta mudança fundamental na relação entre Estado e povos indígenas não é mais possível falar de um indigenismo como política do Estado, mas em indigenismos no plural (OLIVEIRA NEVES, 2004, p. 90).

Nesse sentido, pode-se perceber que já na década de 1990 as relações entre governo e povos indígenas mantiveram-se tensas, de modo desfavorável às demandas indígenas.

Paralelamente a esse processo de descentralização do modelo de gestão da política indigenista desde o regime militar centrada na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ricardo Verdum (2008, p. 319) aponta a “relativa abertura do governo federal à participação indígena”, fortalecendo “a autoestima e a crescente autoafirmação étnica dos movimentos indígenas em diferentes regiões do país”.

Dois acontecimentos durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foram centrais para o tensionamento das relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, as quais se refletiram diretamente no contexto comemorativo. A primeira diz respeito à paralisação<sup>13</sup> da tramitação do Estatuto do Índio ainda no final do governo Itamar Franco. Tal paralisação da tramitação travou na prática as demarcações dos territórios tradicionalmente ocupados, processo que sofreu ainda mais obstáculos com a aprovação do Decreto nº1775 em 1996, o qual alterou procedimentos adotados pela FUNAI para a demarcação das terras indígenas e introduziu a possibilidade dos estados, municípios e demais interessados contrariados se manifestarem-se em relação à identificação e delimitação das terras indígenas ainda não regularizadas (VERDUM, 2008). Além disso, através da Portaria nº14, do ministro da Justiça Nelson Jobim, foram estabelecidas novas regras para a elaboração do relatório de identificação e delimitação das terras indígenas (VERDUM, 2008).

Frente a esse cenário totalmente adverso, modificando as regras propostas na Carta Constitucional, beneficiando os invasores das terras, a CAPOIB organização uma semana de Mobilização Nacional Contra o Decreto nº1.755/96, realizando protestos em frente ao Palácio do Planalto (BICALHO, 2010). Segundo Bicalho (2010, p. 273), a mobilização do Movimento Indígena organizado “justificava diante da possibilidade de o novo Decreto ampliar ainda mais as invasões de terras, já que com o princípio do contraditório os direitos originários dos indígenas às suas terras - conforme prevê a Constituição de 1988 - ficavam ameaçados”. Cabe ainda apontar que a década de 1990 foi marcada pela desestruturação dos serviços de saúde direcionada às populações indígenas, acarretando no agravamento do quadro de saúde da população, estrutura que somente foi retomada a partir de 1999 (VERDUM, 2008).

---

<sup>13</sup> Solicitado por deputados do partido do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi alegado que o governo não tinha juízo sobre o tema. O texto do Estatuto das Sociedades Indígenas sintetizava as três propostas encaminhadas à comissão especial do Congresso em 1991, sendo uma delas elaborado pela COIAB e outras organizações e lideranças indígenas (VERDUM, 2008).

Em um balanço geral sobre as políticas indigenistas da década de 1990, Verdum afirma que

Se aceitarmos a premissa de que uma cidadania multicultural implica no reconhecimento jurídico dos direitos políticos e sociais dos povos indígenas - e assim, no direito à autonomia de decisões, ao autogoverno de seus territórios e recursos naturais ali existentes, no direito à representação política em instâncias de Poder Legislativo, e no de ter um papel protagonista na formulação e no controle das políticas públicas relacionadas a seus interesses, preocupações e necessidades - verificamos nesse rápido e seletivo passar de olhos pela política indigenista brasileira que, todavia, nos encontramos muito distante do ideal de democracia e cidadania que tal noção comporta (VERDUM, 2008, p. 326).

Desse modo, pode-se afirmar que o poder Executivo, não obstante os recentes direitos conquistados na época manteve uma postura autoritária, de descaso e com as marcas do assistencialismo frente os povos indígenas ao longo da década de 1990.



A partir do exposto acima, buscamos demarcar que o período histórico compreendido desde o final da década de 1970 durante a ditadura civil-militar estendendo-se no que se convencionou chamar de Nova República, novos atores sociais, organizados em torno da reivindicação de uma identidade étnica e racial, mobilizaram-se em importantes movimentos sociais, garantindo seus direitos na Constituição de 1988. Nesse contexto, como parte de suas demandas coletivas, o Movimento Negro Unificado e a intelectualidade negra foram fundamentais para o questionamento de um das narrativas mais estruturantes do imaginário nacional - o mito da democracia racial -, a qual oculta os conflitos raciais na sociedade e o racismo institucional brasileiro. Nesse sentido, as demandas coletivas de negros e indígenas correspondem a uma forte crítica aos mitos nacional, uma vez que nesse processo de afirmação de suas identidades frente à identidade nacional, exige-se a redistribuição dos mitos da democracia racial e da “fábula das três raças”.

Na década de 1990, principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, houve avanços no debate em torno da memória nacional. A respeito das demandas relacionadas à memória da repressão, Heymann e Arruti (2012) citam a sanção da lei 9.140, que prevê o reconhecimento da responsabilidade estatal por mortes e desaparecidos por motivação política entre setembro de 1961 e agosto de 1979, a instalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça.

No tocante às demandas do movimento negro, Heymann e Arruti (2012) também destacam políticas públicas voltadas para a valorização da população negra com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, em resposta à Marcha do Tricentenário de Zumbi em 1995, e a promulgação do Decreto 4.228, de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal. Pode-se destacar também a criação da Fundação Palmares ligada ao Ministério da Cultura, ainda no governo de José Sarney em 1988, que, segundo Flávia Rios (2012), “canalizava certas demandas do movimento ligadas ao campo cultural, mas sem capacidade institucional para intervir na redução das desigualdades” (p.62).

É em meio a esse cenário que buscaremos doravante pensar o projeto de comemoração dos 500 anos do Brasil do governo federal. A partir de uma perspectiva das relações étnico-raciais, busca-se explorar quais os sentidos foram estabelecidos à comemoração, considerando sua inserção num contexto institucional de reconhecimento a pluralidade étnico-racial e direitos à memória histórica, bem como num contexto social de fortes demandas pelo redirecionamento das representações da história nacional.

## 2 OS 500 ANOS DO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA GOVERNAMENTAL

### 2.1 O contexto e os atores envolvidos na idealização das Comemorações dos 500 anos

O estudo do tema das comemorações do V Centenário do “descobrimento” do Brasil requer, inicialmente, a delimitação de um recorte temático, uma vez que foram diversos os atores sociais envolvidos nesse contexto comemorativo. Como afirmou Kelly Cristiane da Silva (2003), as comemorações dos 500 anos do Brasil podem ser pensadas como um único ritual conformado por diferentes fases e faces, as quais foram constituídas por eventos e atividades da mídia, das universidades, do mercado editorial, da sociedade civil organizada e da comunidade internacional a partir do chamamento oficial do governo federal. Nosso foco neste capítulo será no principal ator das comemorações - o Estado e suas narrativas oficiais - considerando-o como protagonista na construção de narrativas sobre o passado e de representações da identidade nacional. Segundo Silva, o Estado nesse contexto de comemoração:

É, ao mesmo tempo, *ator histórico*, desempenhando um *script* próprio na *performance* dos eventos que fizeram parte das “comemorações dos 500 anos de descobrimento”, e *narrador* dos processos que tornaram possível “celebrar” o aniversário da chegada dos portugueses ao país. Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses. É ele, por exemplo, que define quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação com o seus sinais diacríticos - definidos, entre outras coisas, pela institucionalização de feriados -, além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos”. (SILVA, 2003, p. 142, grifos nosso).

Tendo em vista essa dupla função protagonista, consideramos que o Estado brasileiro, ao promover um projeto comemorativo do evento histórico que se constitui enquanto mito de fundação da nacionalidade, funciona como uma instância coletiva de produção de sentido sobre o passado, de modo a construir uma memória coletiva, isto é, uma memória compartilhada por coletividades, sustentando o imaginário social homogêneo do Estado-Nação (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2019). O sociólogo Stuart Hall, na obra *Identidade Cultural na pós-modernidade*, define que “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural” (2006, p.49). Tal sistema cultural - a cultura nacional - que sustenta a conformação da identidade nacional através de distintas estratégias representacionais é analisado por Hall em relação às questões da identidade e diversidade étnica-racial. Nesse sentido, se a unidade da nação se baseia no compartilhamento de memórias do passado, do desejo de viver em conjunto e na perpetuação

da herança comum (HALL, 2006), interessa para este trabalho a reflexão em torno de como tais representações, principalmente aquelas referidas à história nacional e as memórias que dela se constroem, são performatizadas enquanto unitárias a partir de uma realidade social conformada pela diversidade étnica-racial. Desse modo, concorda-se com Hall (2006, p. 62) na perspectiva de “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo de um dispositivo que representa a diferença como unidade ou identidade”.

A partir dessa perspectiva, o teórico pós-colonial indiano Homi K. Bhabha na obra *Nación y Narración*, entende a nação como uma elaboração cultural da modernidade, sendo “uma representação cuja compulsão cultural reside na unidade impossível da nação como força simbólica” (2010, p.11). Além disso, o debate de Bhabha é marcado pela consideração da marca da ambivalência, a qual diz respeito a como as narrativas sobre a nação estabelecem as fronteiras culturais de quem está “dentro” e “fora” do corpo político da nação a partir de “teorias sociais” racistas que definem a diferença, o marginalizado e subalterno na nacionalidade.

Conforme o historiador argentino Mario Rufer, o processo de criação de uma homogeneidade cidadã:

tem funcionado geralmente como um enunciado hegemônico que ocultou uma série de mecanismos que tentaram implementar formas específicas de racialização excludente, modalidades de heteronormatividade de gênero, tramas performativas do patriarco no Direito e formações peculiares do discurso liberal (2016, p. 278).

Nesse sentido, a comemoração deve ser entendida como um mecanismo de produção de memória coletiva que busca ser hegemônica e universalizante através de suportes materiais, simbólicos e narrativos (pronunciamentos, cerimônias, encenações) que conformam o projeto e o cenário comemorativo planejado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019). No site oficial da Comissão do V Centenário, fica explícita tal intenção, expressando-se que “o objetivo de reunir as comemorações, projetos e histórias que constroem essa página comemorativa dos 500 anos do Brasil não é outra senão *ajudar a memória da Nação*”<sup>14</sup>. A partir de uma perspectiva das relações étnico-raciais, deve-se entender que nessas práticas oficiais de construção de uma memória hegemônica há o intento de “administrar a diferença”

---

<sup>14</sup> Trecho da home page oficial da Comissão do V Centenário retirado do artigo “A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil” de Kelly Cristiane da Silva (2003). O acesso ao original não foi possível devido ao fato de que a home page oficial está desativada.

étnico-racial, atentando, conforme Ella Shoat (2000 *apud* RUFER 2010, p. 123, grifo nosso), para “*quem está mobilizando o que na articulação do passado, implementando quais identidades, identificações e representações, e em nome de quais visões e fins políticos*”.

Embora não seja o foco desta pesquisa, deve-se enfatizar que ao longo desse processo de construção da memória no contexto comemorativo, o papel da mídia foi fundamental tanto como ator de produção de sentidos sobre o “descobrimento” e a identidade nacional como narradora das comemorações. Dessa forma, é importante esclarecer, conforme Silva (2003), que a própria data do dia 22 de abril teve que ser produzida enquanto efeméride dos 500 anos do “descobrimento”, uma vez que não conformava no calendário oficial de feriados nacionais. Frente a uma ausência de tradição comemorativa, foram várias as estratégias para que tal data fosse transformada em um evento a ser celebrado pela população. É nesse sentido que entra em cena o papel fundamental da mídia, especialmente da Rede Globo de Televisão (SILVA, 2003).

Pesquisas na área da comunicação social apontam (COGO; SILVEIRA, 2000; RODRIGUES, 2007) que até o início do ano 1998, os eventos comemorativos se restringiram aos pronunciamentos oficiais, exposições culturais e projetos de restauração de documentos. Conforme Laécio Rodrigues (2007, p. 18) somente com “a inserção da pauta no campo das comunicações e a consequente circulação de notícias conferiram visibilidade à data, contribuindo para atualizar a memória pública ante sua dimensão simbólica”. Nesse sentido, conforme o sociólogo, a Rede Globo de Televisão assumiu a função de “mestre de cerimônias”, “conclamando a audiência a participar da reencenação do Descobrimento”. Rodrigues (2007) define quatro estratégias utilizadas pela emissora para inserir-se como um importante ator de produção de narrativas em torno do tema do “descobrimento”, bem como de narradora dos eventos comemorativos: o projeto Brasil 500 anos, a intensa cobertura das notícias oficiais relacionadas à data, a produção de filmes, novelas e minisséries de cunho histórico e o “Relógio dos 500 anos”. À vista de tal função também considera que a Rede Globo assumiu o papel de “historiadora” das comemorações devido a seu forte poder de criar e agendar pautas. Nessa dimensão de “historiadora”, a leitura do passado histórico alinhou-se com o projeto comemorativo oficial do governo federal (RODRIGUES, 2007).

Realizado tal esclarecimento, propomos doravante analisar em um primeiro momento os decretos de criação da Comissão do V Centenário do Descobrimento do Brasil, bem como parte do seu regulamento, de modo a analisar o script do governo federal, isto é, quais

sentidos e representações foram elaborados sobre a chegada dos portugueses e como elas se relacionam com a identidade nacional. A partir disso, apresentamos a análise de como tal script foi exposto nos pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso em cerimônias relacionadas ao tema e, posteriormente, no cenário comemorativo montado para a celebração principal do dia 22 de abril de 2000 na cidade de Porto Seguro na Bahia.

## 2.2 O projeto comemorativo oficial

No decreto<sup>15</sup> do dia 12 de maio de 1993, o governo federal presidido por Itamar Franco (1993-1995) definiu a criação, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a *Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*. No texto foi definido que a Comissão seria integrada por representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo presidida por um membro do Ministério da Educação e do Desporto. A utilização do termo “descobrimento” denotaria a tendência política e ideológica que os discursos e as representações sobre o desembarque de Cabral seriam encaminhados nos projetos que se realizaram a partir de 1997. Em relação utilização da expressão “descobrimento”, imprimindo uma conotação eurocêntrica ao projeto comemorativo, entendemos que cabe algumas considerações a respeito da conjuntura em que a Comissão do V Centenário foi criada.

Em primeiro lugar, cabe destacar que desde 1987 o governo brasileiro, na época presidido por José Sarney (1985-1990), já havia criado em acordo com Portugal a *Comissão luso-brasileira para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*<sup>16</sup>, como desdobramento da *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*<sup>17</sup>. Essa comissão foi criada em 1986 pelo governo português para comemorar a passagem do cabo da Boa Esperança (1487), a chegada à Índia (1498) e o descobrimento do Brasil (1500). A respeito da Comissão luso-brasileira, no decreto<sup>18</sup> referente ao seu protocolo

---

<sup>15</sup> BRASIL. Decreto-Lei de 12 de maio de 1993. Cria, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/5/1993, Página 6369.

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto Legislativo nº87 de 1992. Aprova o texto do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/11/1992, Página 16245.

<sup>17</sup> PORTUGAL. Decreto-Lei nº391 de 22 de novembro de 1986. Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Ministério da Defesa Nacional. Diário da República n.º 270/1986, Série I de 1986-11-22.

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 1.103, de 4 de abril de 1994. Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Brasil e Portugal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/4/1994, Página 8867.

de ação, é possível perceber a leitura do passado histórico marcadamente eurocêntrico-cristão. Destacamos alguns pontos nesse sentido:

*PROTOCOLO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES*

*Artigo 1º*

Desenvolver, ao longo da presente década (1991 a 2000), um programa comemorativo dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral que, conferindo uma forte dimensão cultural ao relacionamento entre o Brasil e Portugal, contribua de forma decisiva para a projeção da comunidade luso-brasileira no do terceiro milênio.

*Artigo 2º*

*Ter presente* o enquadramento que as ações acima referidas possam vir a ter nas comemorações dos dois mil anos da ação evangélica da igreja Católica.

Não temos a pretensão de aprofundar as informações a respeito de tais comissões luso-brasileiras, mas sim ressaltar que o governo federal brasileiro esteve em diálogo permanente com a comissão de Portugal desde as primeiras movimentações para a comemoração dos “500 anos” do Brasil. Nos parágrafos seguintes abordaremos com maior profundidade tais leituras de passado; o que gostaria de enfatizar no momento é que tais decretos legislativos podem ser compreendidos como *dispositivos de memória*.

Tomo tal categoria emprestada do historiador Ricardo Oriá (2019, p. 184) que a utiliza para pensar os artigos, incisos e parágrafos inseridos na Constituição Federal de 1988 “relacionados a uma releitura do passado histórico do país”. Creio ser possível tal utilização para pensar os decretos de criação das comissões citadas acima, uma vez que também são mecanismos que determinam ações ou projetos concretos, os quais “propõem uma leitura do passado, fazendo dele um uso político, de acordo com os interesses de determinados segmentos da sociedade” (ORÍÁ, 2019, p.184).

O segundo elemento conjuntural de destaque diz respeito à realização das comemorações do V Centenário da chegada de Cristóvão Colombo na América nas repúblicas latino-americanas em 1992. Segundo a socióloga Sandra Patricia Rodriguez (2011), os países

latino-americanos<sup>19</sup> que compuseram uma comissão unificada para celebrar as comemorações da chegada de Cristóvão Colombo na América ainda na década de 1980, adotaram, desde o início, a expressão “encontro de dois mundos” em detrimento do termo “descobrimento”. À vista disso, considera-se um dado relevante o fato da leitura do passado histórico do governo federal ter apontado para uma direção conservadora em meio a uma conjuntura latino-americana em que as comissões oficiais propuseram a discussão de questões relacionadas à reparação histórica e o reconhecimento da violência da Conquista (RODRIGUEZ, 2011).

À vista dessas primeiras considerações, que se relacionam mais com os momentos preliminares das atividades da Comissão, foi na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) que as primeiras iniciativas concretas e pronunciamentos oficiais passaram a ocorrer sobre o tema da comemoração dos 500 anos do Brasil. Nesse sentido, a intenção com a análise de três pronunciamentos de Cardoso se constituiu em pensar como o presidente estabeleceu sentido ao desembarque da frota de Cabral, bem como à identidade cultural brasileira, tendo em vista a articulação que se delineou nos governos anteriores. Em 1996, a responsabilidade pela Comissão foi transferida para o Ministério das Relações Exteriores<sup>20</sup>, ocorrendo a cerimônia oficial de sua instalação, a qual seria presidida pelo embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira. Realizada no Palácio do Planalto, no dia 4 de julho de 1996, foi realizado o primeiro pronunciamento do presidente a respeito das comemorações, podendo-se verificar os principais pontos da narrativa oficial do governo.

No *Discurso na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*<sup>21</sup>, Cardoso afirma que “não estamos apenas marcando a vinda dos portugueses para o Brasil: estamos marcando, muito mais do que isso, um encontro, no Brasil, da cultura indígena; a presença, mais adiante, dos escravos, com as suas várias formas culturais”. Desse modo, assinala-se o mote interpretativo que privilegia menos a dimensão do passado histórico do que a dimensão da identidade cultural. Essa abordagem enunciada no pronunciamento do evento de inauguração da Comissão do V Centenário foi endossada e aprofundada no seu regulamento publicado em 1997. No

---

<sup>19</sup> Argentina, Guatemala, México, Bolívia, Chile, Costa Rica e Uruguai.

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto-Lei de 6 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre a transferência da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/1996, Página 1981.

<sup>21</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. Discurso na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 4 de julho de 1996.

documento *Diretrizes e Regulamentos*<sup>22</sup>, entendido também como um dispositivo de memória, afirma-se que:

Deverá ser considerado que a cultura brasileira demonstra [...] essa pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares.

Tal perspectiva estabelece que o objeto da celebração se constitui na miscigenação cultural que produziu uma cultura singular e unificada, sendo marcada pelo potencial de agregação e não de conflito, desconsiderando elementos políticos, sociais e raciais da história nacional. Além desse caráter de ênfase na identidade cultural mestiça da nação, cabe apontar, segundo *dos Objetivos da Comissão*<sup>23</sup>, que “as celebrações compreenderão não apenas eventos alusivos ao fato do descobrimento, mas também reflexões sobre aspectos da evolução nacional nos cinco séculos de existência do país”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o tom das comemorações consistiu em celebrar a história dos 500 anos da miscigenação harmônica das três raças. No último dia do ano de 1999, o presidente da República realizou o discurso *Nossos 500 anos*<sup>24</sup> no marco do projeto Chama do Conhecimento. Destacamos o seguinte trecho para análise:

No romper do ano 2000, quando nosso país completará seus 500 anos, rendemos homenagens aos formadores de nossa civilização: brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo, índios autóctones com dezenas de falas e crenças e negros africanos, também diversificados na língua e na cultura. (...) Somos talvez a maior nação multirracial e multicultural do mundo ocidental, senão em número de habitantes, na capacidade integradora da civilização que fundamos. Essa diversidade e sua mestiçagem constituem a marca do nosso povo, o orgulho de nosso país, o emblema que sustentamos no pórtico do novo século. (...) Queremos preservar essa cordialidade, não para obscurecer o que ainda existe de desigualdade, de injustiça, mas sim para amenizar a frieza do chamado “novo mundo”.

A partir desse trecho podemos observar como os mitos da “fábula das três raças”, da democracia racial e do paradigma da cordialidade foram recuperados e atualizados para a sociedade que adentra o século XXI a partir da expressão “nação multirracial e multicultural”. Conforme Heymann e Arruti (2012, p. 17), o projeto comemorativo oficial enfatizou um “discurso que depositava grande ênfase no aspecto cultural de formação da nação, revisitava, de forma acrítica, o tema da democracia racial, reeditando clichês que remetem à chamada fábula das três raças”.

<sup>22</sup> Retirado de CUNHA, 2003.

<sup>23</sup> BRASIL. Diário oficial da União nº112. Portaria do Ministro das Relações Exteriores de 13 de junho de 1997.

<sup>24</sup> BRASIL, Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. Discurso nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento. Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1999.

À vista disso, o próprio contexto do pronunciamento de Cardoso deve ser explicitado por representar um dos projetos oficiais que estabelecem uma performance para a narrativa de celebração da mestiçagem. Tal discurso, realizado no último dia de 1999, teve a função de inaugurar oficialmente as comemorações oficiais dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Além disso, foi marcado pela execução do projeto da Comissão do V Centenário conhecido como “Chama do Conhecimento”<sup>25</sup>. Cabe apontar que nesse ano, a coordenação das comemorações oficiais sofreu o terceiro deslocamento ministerial, passando para o âmbito do Ministério do Esporte e do Turismo e a Comissão do V Centenário sendo substituído por um Comitê Executivo presidido pelo ministro Rafael Greca<sup>26</sup>. Independente de tais alterações de coordenação, os principais projetos foram mantidos, porém, conforme Lúcia Lippi Oliveira (2000), tal mudança indica o privilégio por um caráter mais popular das celebrações.

O projeto<sup>27</sup> representou a entrega de três tochas de fogo (chamas do conhecimento), cada uma representando um povo fundador do Brasil, ao presidente da República ao longo de 1999, sendo reunidas no evento do dia 31 de dezembro de 1999. A chama representando o povo indígena foi recebida pela presidente pelas mãos dos índios Canela no Piauí, já a chama que representou o povo negro foi entregue à primeira-dama Ruth Cardoso em Goiás da comunidade Kalunga. O evento do pronunciamento foi marcado pela entrega da chama representando o povo português, sendo aceso uma nova chama representando as três raças formadoras, a qual peregrinou por 112 cidades até chegar à Porto Seguro no dia 22 de abril.

À vista da centralidade de tais representações clássicas da identidade nacional, dialogamos com o sociólogo Joaze Bernardino (2002, p. 250), ao compreender que “a crença no mito da democracia racial é estruturante do sentimento de nacionalidade do brasileiro, a ponto de operar uma rara concordância valorativa entre as diferentes camadas sociais que formam a sociedade nacional”. Não tendo criada tal matriz de pensamento, mas elevada a status científico pela obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, a crença de que o Brasil carrega uma singularidade social em que o critério racial não influencia nas possibilidades de ascensão social e nem se expressa em práticas racistas no cotidiano, tem por

---

<sup>25</sup> DE LA PENÁ, Bernardo. Fim da impunidade, o desejo de FH. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno O País, 1 jan. 2000, p. 3. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 11 dez. 2019.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto-Lei de 15 de abril de 1999. Cria, no âmbito do Ministério do Esporte e Turismo, o Comitê Executivo das Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/4/1999, Página 6.

<sup>27</sup> DE LA PEÑA, op. cit., p. 3.

função justamente invisibilizar os conflitos raciais do cotidiano (BERNARDINO, 2002; CARDOSO; CONCEIÇÃO, 2011).

Desse modo, se a expressão “democracia racial” foi rechaçada em substituição do termo “multirracial e multicultural” expressando certa concordância formal com os princípios da Constituição de 1988, a tônica do discurso presidencial ainda mantém as matrizes básicas do mito da democracia racial e da harmonia das três raças. Importante lembrar, que, conforme Cardoso e Conceição (2011), Fernando Henrique Cardoso enquanto sociólogo da Escola Paulista de Sociologia e orientando de Florestan Fernandes na década de 1970, contribui para a problematização de tais mitos na academia brasileira.

À ênfase nas relações harmônicas entre as três raças somam-se ao protagonismo do elemento português na história nacional. Ela está presente no discurso analisado acima. Kelly Silva (2003) chama a atenção para como, mesmo no momento de celebração do encontro das três raças, é o português que recebe uma identidade definida enquanto “brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo”. Por outro lado, aos negros e indígenas limita-se o termo da diversidade. Pode-se afirmar que houve um duplo destaque no sentido de exaltar a herança europeia. Analisamos tal questão a partir do discurso proferido no dia 22 de abril de 2000, data central das celebrações dos “500 anos” em Porto Seguro com a presença do presidente de Portugal, Jorge Sampaio:

Brasil e Portugal escrevem, hoje, um novo capítulo dessa trajetória comum. Reafirmam, juntos, na entrada do novo século, a sua vocação de entendimento e cooperação, que não é só antiga. Eu diria que ela é permanente, que é definitiva. Nós nos reunimos aqui para celebrar uma herança e para reafirmar um sonho. Celebrar a herança do país cujas raízes nossos antepassados fincaram nesta terra e regaram com seu suor e seu sangue<sup>28</sup>.

Neste trecho percebe-se que Portugal constitui-se como o agente protagonista das “três raças” na narrativa histórica oficial, retomando a ideologia luso-tropicalista de Gilberto Freyre, determinando a herança que formou o Brasil ao se reivindicar “uma trajetória comum” e “vocação de entendimento e cooperação”. Tal herança, consonante com o afirmado no protocolo da comissão do Descobrimento português diz respeito à modernidade, isto é, o português é visto como o agente histórico do processo civilizatório brasileiro (RODRIGUES, 2007). No discurso de 1999, Cardoso afirma que “quando os portugueses aventuraram-se

---

<sup>28</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e senhora Maria José Rita. Hotel Vila Branca, Porto Seguro, BA, 22 de abril de 2000.

pelos oceanos na ânsia de descobrir novas terras e novas gentes, deram a marca da modernidade: a descoberta do outro, o reconhecimento da variedade e da diferença”<sup>29</sup>. Nesse sentido, “o caldeamento de culturas e etnias é produto dos valores modernos que prezam pela tolerância e harmonia entre a diversidade, valores que tornam o Brasil uma Nação sem conflitos externos e livre dos conflitos étnicos e religiosos internos que flagelam outras partes do planeta”<sup>30</sup>.

Observa-se, desse modo, que o script das comemorações oficiais é sustentado pelos três pilares clássicos da identidade nacional construída ao longo dos séculos XIX e XX, invisibilizando os conflitos étnico-raciais da sociedade e o protagonismo histórico dos negros e indígenas. Fundamentou-se assim uma abordagem histórica marcada pela ênfase no protagonismo português (reforço identitário com Portugal) através da perspectiva do “descobrimento” e de uma abordagem cultural que celebra os mitos de origem do encontro das três raças formadoras que, por sua vez, determinou a formação de uma cultura singular marcada pela miscigenação harmoniosa e pela sociabilidade cordial. A função do projeto comemorativo, portanto, constituiu-se em re-atualizar uma memória consagrada, mítica e sacralizada, em que não há espaço para as dimensões do conflito, da violência, das relações de poder.

Segundo a filósofa Marilena Chauí (2000, p. 9), o mito da nação articula a concepção da palavra *mythos* de origem grega, a qual se refere à narração pública de feitos lendários da comunidade, com a definição antropológica que a postula enquanto uma “narrativa proposta para a solução imaginária de tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. Lélia Gonzalez (1988), intelectual negra e feminista, entende as práticas racistas no cotidiano e nos discursos institucionais como um “racismo por denegação” característica das sociedades latino-americanas.

Juliana Gonçalves Tolentino (2018, p. 51) afirma que Lélia González delinea o racismo como um “mecanismo utilizado para a colonização e a internalização da suposta superioridade dos colonizadores, a partir da construção ideológica de divisão hierárquica da humanidade em raças”, sendo que, na prática, desenvolve-se como um discurso de exclusão

---

<sup>29</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e senhora Maria José Rita. Hotel Vila Branca, Porto Seguro, BA, 22 de abril de 2000.

<sup>30</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e senhora Maria José Rita. Hotel Vila Branca, Porto Seguro, BA, 22 de abril de 2000.

que produz a discriminação negativa das raças consideradas inferiores/primitivas. Desse modo, a peculiaridade do racismo à brasileira, conforme González (1988, p. 69), se expressa no ocultamento de tal racismo, o que a intelectual entende a partir da categoria freudiana de denegação: “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando lhe pertença”. Dessa maneira, o “racismo à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo em que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira”) (GONZALEZ, 1988). Assim, o “racismo por denegação” na visão de González (1988) desenvolve-se por meio das “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”.

Para compreender as origens de tal manifestação do racismo, a historiadora analisa a formação histórica dos países ibéricos nas suas relações com os povos árabes, identificando neles a formação de um modelo rigidamente hierárquico. Desse modo, percebe as sociedades latino-americanas independentes como herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Por conta de tal estratificação racial, González (1988) afirma a partir de Roberto DaMatta, que na América Latina as sociedades sob rígido sistema hierárquico garantiu a prevalência da superioridade da dominação branca, abdicando de formas claramente expressas de segregação.

À vista disso, pode-se afirmar que o projeto comemorativo das comemorações dos 500 anos do Brasil funcionou como um mecanismo de produção e reprodução do racismo institucional e estrutural do Estado brasileiro. Compreendemos essa memória elaborada nos cenários comemorativos a partir da enunciação dos mitos de origem e da celebração sacralizada da história nacional como uma *memória cultural* (ASSMANN, 2009), isto é, uma determinada forma de memória coletiva, cuja função é conformar a identidade cultural (coletiva) e transmiti-la para a coletividade que conforma o Estado-Nação. Nesse sentido, conforme Jan Assmann, a memória cultural é uma instituição, sendo “exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons das palavras ou visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra” (2009, p.118). A memória cultural, assim, seria um modo de rememoração formalizado, institucionalizado e elitista, próxima à modalidade da tradição oficial, que foi elaborada por especialistas e instituições de

preservação, visando ensinar, transmitir e interpretar em certas ocasiões para ser celebrada (ASSMANN, 2009).

Nesse sentido cabe pensar de forma articulada tal script da Comissão do V Centenário com os principais paradigmas da história e da identidade culturais elaborados por políticos e intelectuais do século XIX e do século XX. A antropóloga Paula Montero, analisando a comemoração do V Centenário da chegada de Colombo, afirma que ela “constitui num lugar imaginário no qual três tempos históricos se superpõem e se interpelam mutuamente: o século XVI, com o descobrimento e a conquista; o século XIX, com a construção das memórias nacionais; e o final do século XX, com a crise dos Estados nacionais e a explosão das etnicidades” (1996, p.22). Tal afirmação é válida para a compreensão do caso brasileiro, uma vez que recupera a dimensão da memória cultural que foi sendo elaborada formalmente desde as primeiras instituições culturais e científicas do século XIX no processo de construção do Estado-Nação, bem como pelas políticas de construção da identidade nacional dos anos 1930 marcadas pela celebração da mestiçagem<sup>31</sup>.

Recuperando e atualizando os mitos que sustentaram a identidade nacional brasileira ao longo do século XX, marcados pelo processo violento de negação dos conflitos étnico-raciais da sociedade, a memória que o governo de Fernando Henrique Cardoso mobilizou contradiz os princípios constitucionais de 1988. Tal contradição ocorre quando, ao privilegiar o paradigma da mestiçagem e a perspectiva eurocêntrica-cristã, não somente oculta o conflito político e étnico-racial como também renega a história de resistência e o protagonismo histórico dos negros escravizados, afrodescendentes e povos indígenas como agentes históricos na história e cultura nacional. Nesse sentido, o projeto comemorativo oficial aciona uma memória que produz o esquecimento do que Lélia González definiu com a categoria político-cultural de *mefricaneidade*, a qual insere-se na sua trajetória intelectual e política de crítica ao mito da democracia racial. Segundo Gonzalez:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pela d para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose

---

<sup>31</sup> Para o aprofundamento sobre a historiografia do século XIX e os debates brasileiros em torno da identidade nacional: “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra” de Kabengele Munanga (2004); “Ser historiador no século XIX - O caso Varnhagen” de Temístocles Cezar (2018); “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira” de Lilia Schwarcz (2012).

cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e “pardos” do IBGE) são ladinoafricanos. (...) incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada... isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido de construção de toda uma identidade étnica. (...) Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (GONZALEZ, 1988, p. 69-79).

Conforme Cláudia Pons Cardoso, a partir da categoria de Amefricaneidade, Lélia González apresenta uma proposta contra-hegemônica aos modelos racistas e colonialistas do mito da democracia racial e também ao mito das três raças, uma vez que “se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial” (CARDOSO, 2014, p. 971). Tal pensamento, conforme Cardoso (2014, p. 972), pode ser compreendido na sua “força epistêmica, pois pretende outra forma de pensar, de produzir conhecimento, a partir dos subalternos, dos excluídos, dos marginalizados”.

Tal perspectiva de González e sua denúncia do imaginário inconsciente europeu e branco permite pensar a narrativa oficial das comemorações dos 500 anos como a produção de uma memória que reforça a ideologia do branqueamento. Nesse sentido, reproduzido e transmitido através dos meios de comunicação e dos aparelhos ideológicos tradicionais, a ideologia do branqueamento reproduz a ideia de que os valores do Ocidente branco são os únicos universais e verdadeiros, de modo que produz a fragmentação da identidade racial e o desejo de embranquecer acaba por ser internalizado nas populações subalternizadas (GONZALEZ, 1988).

Até o momento pretendemos demarcar, a partir da análise dos decretos, das diretrizes do regulamento da Comissão do V Centenário e dos pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso os principais motes interpretativos da narrativa oficial sobre o “descobrimento” e a história nacional e sua relação com os debates intelectuais do século XIX e XX. A intenção, a seguir, é discutir como tais paradigmas foram encenados em projetos organizados ou financiados pela Comissão, constituindo o *cenário comemorativo oficial*.

## 2.2. Cenário Comemorativo Oficial

Uma notícia veiculada no jornal *Folha de São Paulo* no dia 2 de janeiro de 1999 apontava que até aquela data já haviam sido aprovados mais de 150 projetos relacionados ao tema das comemorações dos “500 anos” do Brasil<sup>32</sup>. Entre eles, a antropóloga Kelly Silva (2003 p. 145) destaca oito iniciativas desenvolvidas pelo governo federal, os quais “revela a presença de um certo padrão ideológico nas comemorações promovidas pelo Estado”. Interessa, para esta pesquisa, a análise do projeto de construção do Museu Aberto do Descobrimento, o qual pode ser considerado o mais emblemático e custoso da agenda comemorativa oficial.

Conforme Antônio Augusto Arantes (2000), a ideia original da construção do Museu Aberto do Descobrimento - enquanto um museu natural e temático- foi concebido pela Fundação Quadrilátero do Descobrimento, sediada em Porto Seguro na Bahia, a qual expressou o seu projeto no livro “Museu Aberto do Descobrimento: o Brasil renasce onde nasce” editado em 1994. A base do projeto foi aderida pela Comissão do V Centenário com a destinação de recursos para a construção e a delimitação da área em decreto-lei<sup>33</sup> de 1996. No decreto, entendendo-o como um dispositivo de memória, declara-se o “território correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, feita na Carta onde Pero Vaz de Caminha informa ao Rei de Portugal a descoberta da nova terra” como patrimônio cultural e ambiental do Brasil, área que abarca parte dos municípios de Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália, bem como o Parque Nacional do Monte Pascoal na Bahia. Nesse sentido, tal área delimitada pode ser entendida como uma *paisagem de história*. Conforme Arantes (2000, p. 66), a categoria se refere à “hiperlugares, ou seja, espaços geográficos com altíssima densidade de referências históricas e culturais (preexistente ou induzidas) enquadrados por empreendimentos econômicos e/ou culturais voltados à produção e à circulação de bens de consumo com forte sentido de lugar”.

---

<sup>32</sup> CULTURA anuncia projetos dos 500 anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Quinta-Feira, 01 de julho de 1999, *Folha Ilustrada*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq01079914.htm>> Último acesso em: 25 nov.2019.

<sup>33</sup> BRASIL. Decreto-lei nº1874. Define e delimita a área correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/4/1996*, Página 6837.

A coordenação das ações para a construção do Museu ficou a cargo de órgãos oficiais<sup>34</sup> do governo federal juntamente com o governo do Estado da Bahia e os Prefeitos de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e da Fundação Quadrilátero. Segundo Stela Maris Murta e Celina Albano (2002), responsável pelo Plano Diretor do Museu, o seu acervo é composto por notáveis acidentes geográficos, como praias e barras de rios, o Monte Pascoal, extensões contínuas de Mata Atlântica, aldeias indígenas como a de Coroa Vermelha, núcleos urbanos históricos e fazeres tradicionais, manifestações culturais das populações residentes na área.

Como afirma Arantes (2000), tal região do extremo sul da Bahia tem como polo central as cidades de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e a enseada de Coroa Vermelha, uma vez que foi nessa região onde ocorreu o desembarque de Pedro Álvares Cabral e a realização da Primeira Missa em 1500 (ARANTES, 2000). Nesse sentido, toda a região litorânea do extremo sul possui uma rede de sítios históricos e arqueológicos associados ao início da ocupação portuguesa de terras da América meridional. Por esse motivo, o projeto comemorativo do V Centenário do governo federal associou-se facilmente a uma conjuntura de empreendimentos comerciais e de turismo ligados à temática do “descobrimento” (ARANTES, 2000). Dessa forma, as cidades de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e a enseada de Coroa Vermelha constituíram-se, ao longo da década de 1990, nos eixos centrais do que se convencionou chamar a região da Costa do Descobrimento. Assim, é a partir dessa ótica das relações entre o turismo histórico e o projeto comemorativo do governo federal, que buscamos compreender a construção do *Memorial do Encontro*.

Aprovado pela Comissão do V Centenário em 1998, o projeto arquitetônico e urbanístico do Memorial do Encontro foi assinado pelo arquiteto Wilson Reis Neto, constituindo-se o foco da nossa atenção, uma vez que esse local foi escolhido para sediar a cerimônia oficial do dia 22 de abril em 2000<sup>35</sup>. Localizado na terra indígena de Coroa Vermelha, local em que teria sido realizada a primeira missa pelo frei Henrique de Coimbra, a enseada fica no caminho entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Conforme Arantes (2000), do ponto de vista sociológico, Coroa Vermelha pode ser entendida com um complexo sistema

---

<sup>34</sup> Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ao Ministério da Justiça e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

<sup>35</sup> ANTENORE, A. Comemorar o quê, cara pálida? *Folha de São Paulo*, São Paulo, sexta-feira, 3 de abril de 1998. Folha Ilustrada. s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03049822.htm>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

de relações e conflitos interétnicos conformado pelos índios pataxós, nativos (não índios), estrangeiros e turistas. Segundo o antropólogo:

O eixo da problemática em torno da qual esse conjunto de forças se estrutura - em termos espaciais, políticos e comerciais - é a posse e usufruto pela comunidade indígena pataxó de uma área de 77, 21 hectares, que é juridicamente um híbrido de bem do patrimônio histórico nacional e Terra Indígena. (ARANTES, 2000, p. 89).

Assim, ironicamente em meio a um território indígena, segundo Silva (2003), o projeto inicial do *Memorial do Encontro* foi conformado por quatro obras: uma plataforma de iluminação no meio do mar interligada por uma passarela com a Terra Indígena de Coroa Vermelha; uma taba índia com cinco ocas representando um museu indígena; o Museu do Encontro como um espaço que guarda caravelas, peças históricas e salas culturais; e um shopping comercial. Dessa maneira, desde 1999, a cidade de Porto Seguro e a enseada de Coroa Vermelha receberam grandes investimentos do governo federal e estadual tanto para a restauração do Centro Histórico da cidade e da orla da praia, bem como para a construção de museus e parques temáticos visando às celebrações que ocorreriam em abril de 2000, evento que marcaria não só a presença de autoridade nacional e internacional como também de turistas<sup>36</sup>.

Desse modo, o projeto comemorativo oficial teve o objetivo de realizar uma encenação histórica remetendo à cena da chegada e do desembarque da frota de Cabral em 1500, tendo como marcos principais a Nau Capitânia, a Cruz, a praia de Coroa Vermelha, a presença de indígenas e, por fim, a realização da Primeira Missa no dia 26 de abril. Assim, o calendário oficial das comemorações previu para a semana a encenação dos eventos ocorridos há 500 anos descrito na Carta de Pero Vaz de Caminha. Para o dia 22 foi planejada a encenação da chegada da frota de Cabral representada pela Regata Internacional Oceânica & Viagem Comemorativa Brasil 500 anos vinda de Lisboa na qual se juntaria a réplica da Nau Capitânia fruto do projeto público-privado vinculado à Comissão do V Centenário<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> PORTO SEGURO entra em contagem regressiva. *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de março de 2000. Caderno Boa Viagem, p.6.

<sup>37</sup> VALENTE, Maria Cristina. Navegando nas águas de Cabral. *O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de abril de 2000. Caderno Boa Viagem, p.14. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 28 nov.2019.

FIGURA 1: **Réplica da Nau Capitânia** da frota de Cabral, construída especialmente para a festa do Descobrimento, encheu-se de água logo após zarpar e teve de ser rebocada<sup>38</sup>.



Fonte: M.L. Júnior/ Folhapress

O calendário oficial<sup>39</sup> previa a chegada da frota na praia de Coroa Vermelha, onde estariam as comitivas do Brasil e de Portugal com os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio numa cerimônia oficial planejada para a realização de pronunciamentos e a inauguração do Memorial do Encontro. O símbolo central de tal cerimônia estava centrado na cruz de material inox encomendada especialmente para as celebrações, substituindo uma velha cruz de madeira que marcava a realização da Primeira Missa. Como parte da agenda da visita dos presidentes do Brasil, previa-se ainda a visita de Cardoso na reserva indígena dos pataxós.

À vista disso, compreendemos esse cenário comemorativo do extremo sul da Bahia, construído sob o custo de milhões de reais de investimentos públicos e privados, como a expressão das dimensões dramáticas e ritualísticas que conformam as cerimônias nacionais que reatualizam a memória cultural da nação. Conforme Albuquerque Júnior:

As comemorações podem ser tomadas como momentos privilegiados da dramaturgia social, como momentos em que um coletivo se encena para si mesmo para se constituir como tal. A comemoração tem sempre algo de teatral, de exposição pública de um enredo, de uma narrativa que seria, quase sempre, a narrativa da própria existência da vida em sociedade, da vida coletiva emblematizada pelo partilhamento de dadas heranças, de dadas memórias comuns. Um teatro onde se

<sup>38</sup> Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>>.

<sup>39</sup> FRANCO, I.MALA, M.T.LINS, L. FH não vai mais inaugurar monumento. O Globo, quarta-feira, 12 de abril de 2000. Caderno O País, p.10. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 28 nov.2019.

evoca a cena de um tempo contínuo a unir o passado ao presente de uma dada comunidade imaginada. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 185-186).

Desse modo, o projeto comemorativo da Comissão do V Centenário estabeleceu as coordenadas de leitura do passado histórico, as quais foram encenadas no litoral baiano a partir do estabelecimento de sentidos ao espaço geográfico (Costa do Descobrimento) que imprimiu efeitos de realidade para a inscrição de uma memória sobre o evento histórico que se comemorava. Albuquerque Júnior (2019) destaca que a dimensão sacralizada, ritualística e dramaturgicamente conformam a comemoração através da encenação dos mitos de fundação procura criar efeitos de real, apoiando-se em vestígios do passado, buscando construir versões verossímeis e tangíveis do que teria ocorrido. Essa dimensão fica evidente no pronunciamento *Mensagem por ocasião da inauguração do Museu do Descobrimento, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil* realizado no Palácio do Planalto em 1997. No discurso de Cardoso é expresso o objetivo de construir um *sentido de presença do passado* para a região como se ela estivesse nas características naturais tal qual o momento do desembarque de Cabral:

O Brasil é um país que tem uma oportunidade rara, de fazer um museu, que é, na verdade, uma área de preservação ambiental, para dar uma imagem aos brasileiros de hoje sobre o que era o Brasil quando foi descoberto em 1500. Isso porque, em toda aquela região da Bahia, em toda a região de Cabralia, de Porto Seguro, as modificações havidas na natureza foram muito poucas e é possível reconstruir, com quase nenhuma alteração, o ambiente da época do Descobrimento. Quem se aproximar pelo mar vai ter a mesma sensação que teve Pedro Álvares Cabral<sup>40</sup>.

Assim, percebe-se que há a intenção de construir uma narrativa que apela para a sensação da presença e da repetição em um espaço quase que idílico, como se retomasse o mito do paraíso tropical. Em um artigo publicado na Revista ECO 21 em 1997, no contexto em que se iniciavam a propaganda para as comemorações dos 500, o presidente da Fundação Quadrilátero do Descobrimento, Roberto Pinho, e o escritor Antonio Risério aprofundam a leitura que a organização em parceria com a Comissão do V Centenário concebia para o local. Nesse sentido, fica evidente a centralidade da Carta de Pero Vaz de Caminha para a idealização do cenário comemorativo:

Lendo o texto de Caminha, de olho na paisagem, pudemos re-identificar, com clareza, o espaço em que se abriu, em dia de sol, a antemã brasileira. Checamos cada passagem da famosa Carta, contemplando de um a um os marcos geográficos ali assinalados. Desse modo, delimitamos a área em que portugueses e índios se movimentaram - trocando objetos, gestos e sinais -, naqueles dias do mês de Abril

---

<sup>40</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. *Mensagem por ocasião da inauguração do Museu do Descobrimento, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil*. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 8 de janeiro de 1997.

de 1500. Desenhou-se assim o Quadrilátero do Descobrimento, uma extensão de terra cinco vezes maior do que o município de Salvador. E este é o espaço do Museu, cujo objetivo é, justamente, a vitalização daquele nosso sítio ancestral. Isto é: um esforço para avivar ao extremo a memória que nos fundamenta e que nos revela a nós mesmos - e que por isso pode se transformar em poderosa presença inspiradora (PINHO; RISÉRIO, 1997, s/p).

Desse modo, a encenação e a restauração e “museificação” de toda a região do extremo sul da Bahia projetou uma leitura temática do espaço como referência histórica fundadora da brasilidade. Ademais, privilegiou uma narrativa que, para além das questões já apontadas acima, reproduziu a visão oitocentista, formulada pelo IHGB, que homogeneizou e deslocou o indígena para o século XVI (ARANTES, 2000; SILVA, 2003). A historiadora Cristiane de Assis Portela (2017) identifica nas obras dos intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro durante o período imperial (1822-1889) a configuração fundadora para o indigenismo no Brasil em que se construiu uma visão das populações indígenas enquanto categorias pretéritas “seja pelo fato de terem sido extintos (leia-se: além de exterminados, também miscigenados), seja por representar um “estágio cultural primitivo” da humanidade” (PORTELA, 2017, p. 194). Com o mesmo entendimento, Maria Regina Celestino de Almeida considera que:

A cultura histórica que iria predominar entre as elites intelectuais e políticas daquele período era condizente com os objetivos prioritários de formação das nações e dos povos americanos. As histórias que se desenvolveram valorizaram os índios do passado e não incorporaram os do presente que, aos olhos dos intelectuais e políticos, apresentavam-se de duas maneiras: como degradados pela exploração colonial, que deviam ser civilizados e integrados aos Estados como cidadãos; ou selvagens em estado primitivo, que deviam, também, ser incorporados ou combatidos, caso mantivessem hostilidades. Uns e outros deviam, pois, ser assimilados e, de acordo com a ideologia predominante, estavam fadados a desaparecer. O resultado foi a construção de histórias nacionais nas quais os índios eram personagens do passado, ainda que, por vezes, bastante valorizados. (ALMEIDA, 2009, p. 215).

Nesse sentido, é o indígena genérico, estereotipado pela historiografia do século XIX que interessou ao projeto da Comissão e que foi encenado no cenário comemorativo (ARANTES, 2000; SILVA, 2003). Essa questão fica evidente para o caso da construção do Museu indígena em Coroa Vermelha, em que a temática se concentrou em representar uma visão dos indígenas no século XVI, como parte do cenário e do enredo que se encenava na aurora do século XXI. Ademais, Silva (2003) destaca ainda como o projeto comemorativo buscou subsumir os indígenas pataxós que vivem na localidade na lógica do exótico, abarcando-os nessa encenação histórica idealizada para a localidade no mês de abril de 2000. Conforme a antropóloga:

Nas narrativas que dão sentido às atividades do governo federal, os processos de contato entre índios e outros segmentos da população parecem ter tido uma dupla posição: de um lado, demarcam-se as terras pataxós e criou-se um simulacro do cotidiano de um povo indígena antes do contato com os portugueses; de outro, estimulou-se um tipo de contato particular, mediado e informado por interesses turísticos, nos quais os índios e suas tradições foram transformadas em mercadorias e peças de museu. (SILVA, 2003, p. 144).

A análise de tais representações pode ser realizada a partir das considerações de Portela (2017) que identifica três pares de *constructos coloniais* sobre os povos indígenas durante o século XIX e que consideramos que foram encenados e narrados no cenário oficial das comemorações dos 500 anos: 1) civilizados x não civilizados; 2) brasileiros x indígenas; 3) cidadãos x índios. À vista disso, remeto às considerações de Ailton Krenak (1999), indígena, intelectual e pensador do Brasil Contemporâneo, tecidas no capítulo “O Eterno Retorno do Encontro” publicado em 1999 no livro “A Outra Margem do Ocidente”<sup>41</sup> e nas suas intervenções no documentário “Guerras do Brasil.doc: as guerras da conquista” para refletir em torno da perspectiva do “descobrimento” assumida nas Comemorações dos 500 anos. Considero suas intervenções no “calor” do cenário comemorativo, segundo definiu Portela (2017, p.163), como parte de um “conjunto de textos como formas de *ação política* decorrentes das oposições assimétricas que atribuíram às populações indígenas um lugar de exclusão em relação à civilização, nacionalidade e cidadania”.

Um primeiro ponto que pode ser destaca nas intervenções de Krenak (1999) constituiu-se na recuperação da agência histórica dos povos indígenas, deslocando a perspectiva do “descobrimento” e afirmando que o encontro com os portugueses em 1500 foi somente mais um evento de sua longa história no continente. Nesse sentido, Krenak (1999) enuncia que os povos indígenas da América, em suas diferentes culturas, possuem narrativas antigas - textos que fundam a tradição e a memória - que já previam, por meio de profecias, a chegada dos brancos.

---

<sup>41</sup> A publicação fez parte do programa de projetos da Comissão do V Centenário em parceria com o Ministério da Cultura. Nesse sentido, tal publicação é produto dos projetos acadêmicos, culturais e editoriais da Comissão em parceria com instituições universitárias, os quais não foram possíveis de serem abordados nesse trabalho.

Krenak (1999) destaca a partir das narrativas do seu povo e dos seus parentes, os Yanomami, o fato de que os brancos - Kraí para os primeiros e Napë para os segundos:

(...) sempre aparecem nas nossas narrativas marcando um lugar de oposição constante no mundo inteiro, mostrando a diferença e apontando aspectos fundadores da identidade própria de cada uma das nossas tradições, das nossas culturas, nos mostrando a necessidade de cada um de nós reconhecer a diferença que existe, diferença original, de que cada povo, cada tradição e cada cultura é portadora, é herdeira. Só quando conseguirmos reconhecer essa diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim podemos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadeira entre nós. (KRENAK, 1999, p. 24-25).

A partir disso, Krenak (1999, p. 25) afirma que para os povos indígenas “o encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado”, pois (...) “no amplo evento da história do Brasil o contato entre a cultura ocidental e as diferentes culturas das nossas tribos acontece todo ano, todo dia, e em alguns casos se repete” (KRENAK, 1999, p.25).

Assim, ao afirmar que o contato nem começou nem terminou em 1500, conforme Portela (2017), Krenak destitui a importância da demarcação temporal do Estado-Nação, a qual compõe a história e a memória nacional. O discurso mítico da fundação - o descobrimento -, segundo Ruth M. Chittó Gauer (2001) inscreve-se, enquanto narrativa da identidade nacional, na origem da continuidade temporal imutável e eterna da nação, demarcando também a interpretação para aquele acontecimento como o fundador dos princípios e valores que regem a nação e seu povo - pacificidade, cordialidade e generosidade. Desse modo, a narrativa de Krenak deslegitima o mito do descobrimento e a revela suas demarcações temporais eurocêntricas e racistas que o sustenta, promovendo a exclusão e a discriminação da história indígena milenar no continente.

Retomando a perspectiva do encontro enunciada por Krenak, no documentário *Guerras do Brasil.doc*, ele afirma que “quando os brancos chegaram eles foram admitidos como mais um na diferença, e se os brancos tivessem educação, eles podiam ter continuado aqui vivendo no meio daqueles povos e produzido outro tipo de experiência”<sup>42</sup>. Com isso Krenak (1999) denuncia a relação de oposição e violência que a cultura ocidental mantém com a diversidade, a qual não admite o contato e a vivência simultânea da diferença cultural.

---

<sup>42</sup> As guerras da conquista. In: *Guerras do Brasil.doc*. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Laís Bodanzky. Brasil: Netflix, 26 min. 2018.

Para os povos indígenas, o contato com o diferente ocorre na “capacidade de viver junto sem se matar, reconhecendo a territorialidade um do outro como elemento fundador também de sua identidade, da sua cultura e do sentido de humanidade” (KRENAK, 1999, p.26).

À vista disso, defende que:

Nós não podemos ficar olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro com as nossas culturas, ele transcende a essa cronologia do descobrimento da América, ou das circunavegações, é muito mais antigo. Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá a oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e “formas de ver e estar no mundo” que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português”. (KRENAK, 1999, p. 28).

Todavia, esse encontro baseado no reconhecimento do Outro, da diversidade e da riqueza da cultura de cada povo indígena ainda não aconteceu, uma vez que “a ideia mais comum que existe é que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas que aportaram no litoral e que aqui estava a natureza e a salva, e naturalmente os selvagens” (KRENAK, 1999, p. 29). Essa perspectiva, para Krenak (1999), implica que a “guerra é um estado permanente da relação entre os povos originários daqui, que foram chamados de índios, sem nenhuma trégua até hoje”<sup>43</sup>.

Entendemos tais reflexões de Krenak, segundo Portela (2017, p. 167), como “elementos contra-hegemônicos que possibilitam a produção de uma narrativa emancipatória do indigenismo”. Assim, cabe sublinhar que o discurso de Krenak desestabiliza e retira da universalidade os constructos coloniais sobre os indígenas enquanto povos pretéritos e incivilizados, inscrevendo-os numa historicidade milenar no continente americano, a qual foi negada pela historiografia oitocentista. Nesse sentido, “reescreve-se, desta maneira, uma história das diferentes culturas que compõem a humanidade, apresentando uma alternativa aos argumentos cristãos e, sobretudo, restituindo aos indígenas uma participação ativa na história” (PORTELA, 2017, p. 166).

Ao problematizar a narrativa história oficial sobre o descobrimento baseada no binômio do progresso e desenvolvimento *versus* o estado selvagem dos indígenas, sustentando o relacionamento do Brasil com o as sociedades tradicionais, Krenak (1999, p. 29) defende que “mais do que um esforço pessoal de contato com o Outro, nós precisamos

---

<sup>43</sup> As guerras da conquista. In: Guerras do Brasil.doc. Direção:Luiz Bolognesi. Produção: Laf-s Bodanzky. Brasil: Netflix, 26 min. 2018.

influenciar de maneira decisiva a política pública do Estado brasileiro”. Conforme apontamos no primeiro capítulo, a Constituição Federal de 1988 marcada pelos princípios da efetivação da igualdade, da diversidade étnica e do pluralismo, possui uma série de mecanismos que obriga o Estado brasileiro a respeitar o direito à memória histórica, de modo que todos os cidadãos - especialmente afro-brasileiros e comunidades indígenas – terem representado o seu passado, à sua tradição e à sua História.

Tendo em vista a reprodução dos mitos das três raças e da democracia racial no projeto e no cenário comemorativo oficial dos 500 anos do Brasil, mantendo a postura eurocêntrica e excludente da narração da história da identidade nacional, analisaremos no próximo capítulo, a principal manifestação de repúdio às comemorações oficiais. Através da análise do manifesto do “Movimento Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular” e também de intervenções públicas da comunidade indígena pataxó contra o cenário comemorativo construído na praia de Coroa Vermelha, buscamos verificar modos alternativos de narrar o passado, de modo a enunciar o protagonismo história dos setores subalternos no passado e no presente.

### 3. A MEMÓRIA COMO *RECLAMO*: O MOVIMENTO BRASIL OUTROS 500 E OS PATAXÓS DE COROA VERMELHA/BA

No dia 23 de abril de 2000, jornais nacionais e internacionais estampavam a imagem do indígena Gildo Terena, da tribo terena de Campo Novo (MT), deitado na rodovia que liga Santa Cruz Cabrália a Porto Seguro, como protesto à investida do batalhão de choque da Polícia Militar da Bahia. Em meio a um cenário de repressão e violência<sup>44</sup>, essa cena percorreu o mundo e tornou-se a imagem representativa das Comemorações dos 500 anos do Brasil.

IMAGEM 2: Gildo Terena em frente à Tropa de Choque da Bahia<sup>45</sup>



Fonte: Lula Marques/Folhapress

Tal contexto mais semelhante a um cenário de guerra do que um contexto de celebração da história e da identidade nacional não somente exprimiu um tom metafórico e irônico que remetia diretamente a violência da conquista no século XVI, como também revelou o caráter unilateral e excludente dos festejos do governo federal. Gildo Terena, naquela ocasião, fazia parte da marcha de protesto dirigida às celebrações oficiais, a qual

<sup>44</sup> BONIN, I. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=4381>>. Último acesso em: 04 dez.2019.

<sup>45</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>.

articulou milhares de manifestantes que haviam se organizado em torno do Movimento Brasil Outros 500. Conforme América Lúcia Silva Cesar:

O Movimento Brasil Outros 500, ou Brasil 500 anos: Resistência Indígena Negra e Popular, foi uma *tentativa* de articulação dos diversos segmentos e organizações populares para produzir um contra-discurso ao projeto do governo brasileiro para as comemorações dos 500 anos, com vistas a *expor uma outra leitura dos fatos históricos e desvelar a situação em que se encontram os povos subjugados no processo de construção da nação brasileira* (CESAR, 2004, p. 106, grifo nosso).

Antes de adentrarmos nos sentidos que compuseram essa outra leitura do passado, cabem algumas considerações a respeito da trajetória do Movimento Brasil Outros 500. Inspirados por movimentos de protesto contra o V Centenário da chegada de Colombo em 1992, Cesar (2010) afirma que as primeiras articulações que deram origem ao Movimento datam de 1995 com o “Movimento Negros das Américas”, o qual logo buscou a articulação de mobilização com organizações indígenas. Nesse sentido, a partir de uma proposta de estabelecer articulações entre diferentes movimentos populares e progressistas, foi lançado em 1999 o manifesto “Brasil 500 anos: resistência indígena negra e popular” assinado pelos Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), Confederação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central de Movimentos Populares (CMP) com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, órgão indigenista vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

À vista dessa multiplicidade de organizações, não é sem razão que Cesar (2004) define o Movimento Brasil Outros 500 como uma *tentativa* de articulação de diferentes organizações, uma vez que, não obstante o lançamento do manifesto e a realização de atos políticos em 1999, até a data central das celebrações em abril de 2000, prevaleceu a desarticulação. Conforme Cesar (2010, p. 34), as trajetórias diferentes e os interesses específicos de cada organização implicaram na dificuldade do estabelecimento de convergências quanto ao papel e às tarefas do movimento, de modo que “enquanto alguns defendiam uma atuação centrada na realização dos eventos, outros entendiam que o movimento deveria discutir estrategicamente questões no eixo de revisão histórica, do papel dos excluídos” a fim de explicitar a continuidade das práticas do colonialismo após a independência nacional.

Nesse sentido, conforme a linguista, na prática, cada organização seguiu uma agenda particular, sendo estabelecida uma articulação mais coesa novamente no protesto do dia 22 de abril em Porto Seguro (CESAR, 2010). Desse modo, é importante enfatizar que o manifesto

do Movimento Brasil Outros 500 é central para este trabalho, porém, devido a tal desarticulação apontada, optamos por também analisar manifestos e intervenções realizados por organizações indígenas que repudiaram a perspectiva celebrativa do governo federal. Assim, neste capítulo foram analisados, além do posicionamento unificado do Movimento Brasil Outros 500, a narrativa histórica no programa de luta do *Movimento Indígena Brasileiro* organizado para o mês de abril de 2000, conformado pela Marcha Indígena e pela Conferência Indígena Nacional. Ademais, foram analisadas algumas intervenções realizadas pela Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha contra as reformas realizadas pelo governo federal no território indígena.

Os Pataxós são centrais para o desenvolvimento desse capítulo, desse modo cabem algumas considerações sobre suas lutas por demarcação de terra para a compreensão das reflexões seguintes. Segundo Cesar (2010), o povo Pataxó é o mais numeroso da Bahia compreendendo, na época, cerca de 6.000 representantes distribuídos em 18 aldeias, considerando os Pataxós Meridionais (Extremo-sul) e os setentrionais (Pataxós Hã-Hã-Hãe). Para a linguista, observa-se um significativo processo de organização e articulação política, não obstante sua descentralização, na luta pela recuperação de terras e suas respectivas demarcações. O momento das Comemorações dos 500 anos se constituiu como exemplar de tal organização, haja vista suas pautas específicas articuladas, manifestado na defesa de seus interesses e demandas étnicas e políticas frente às transformações na região desencadeadas pelos preparativos para o cenário comemorativo (CESAR, 2010). Nesse sentido, cabe sublinhar o momento de tensão entre os povos indígenas com as políticas indigenistas conforme explorado no primeiro capítulo.

Embora importante, uma recuperação ampla da história dos Pataxós na Bahia extrapola o escopo deste capítulo, assim focaremos nas disputas mais localizadas no que se refere às comemorações dos 500 anos e a luta dos povos indígenas pelo direito à terra da aldeia de Coroa Vermelha. No entanto, é importante afirmar que as tensões na região também ocorreram relacionadas à reivindicação pela demarcação das terras dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, das aldeias de Barra Velha, Corumbauzinho e o direito a posse pataxó do Monte Pascoal (CESAR, 2010).

Conforme Cesar (2010), a finalização de um longo processo de demarcação da Terra Indígena de Coroa Vermelha coincidiu com o processo de preparação dos eventos comemorativos para abril de 2000:

Em relação à demarcação da Terra Indígena de Coroa Vermelha, em 1985, a Funai deu início ao processo de regularização fundiária da área indígena. Tal processo sofreria sucessivos entraves, entre eles uma série de pressões encabeçadas pelo próprio governo do Estado da Bahia, que, em janeiro de 1996, editou decreto que feria frontalmente determinações da própria Constituição Federal, no que se refere à desapropriação da faixa de terra de Coroa Vermelha onde seria implantado o Memorial do Encontro, tendo em mira as comemorações dos “500 Anos do Descobrimento”, no ano de 2000. (CESAR, 2010, p. 49).

Nesse sentido, tal coincidência desdobrou-se em uma situação que o governo federal pretendia comemorar o “descobrimento” desautorizando a demarcação de terras indígenas, influenciado pela pressão política da Comissão do V Centenário e de setores empresariais. Segundo Cesar (2010), foi a brutalidade do assassinato do índio Galdino de Jesus<sup>46</sup>, Pataxó Hã-Hã-Hãe, em Brasília, onde estava presente para pressionar o processo de desocupação das terras do seu povo, que acelerou o andamento de legalização das terras de Coroa Vermelha. Assim, a posse da terra foi declarada em 1997, em meio a um contexto de conflito entre os Pataxós e os representados do Estado, muitos com interesses específicos na realização das Comemorações dos 500 anos (CESAR, 2010).

Diretamente relacionado a tal contexto, a CAPOIB divulgou a *carta-aberta de repúdio*<sup>47</sup> à construção do MADE, primeira manifestação de repúdio que encontramos em relação aos projetos comemorativos. Na nota, a organização indígena denunciou que o projeto de construção do museu implicaria na invasão dos territórios da Aldeia Pataxó. Além disso, apresentaram um dos primeiros repúdios ao caráter eurocêntrico das comemorações ao denunciar o “lugar de mera peça de museu e objeto de consumo turístico”<sup>48</sup> dos povos indígenas previsto no projeto oficial.

Em 1999, em meio ao cenário de obras na Costa do Descobrimento, o Movimento Brasil Outros 500 divulgou seu manifesto com duas manifestações públicas: nos dias 19 e 22

---

<sup>46</sup> Liderança indígena do Povo Pataxó Hã Hã Hãe, foi assassinado no dia 20 de abril de 1997, tendo 95% do corpo queimado por jovens universitários de Brasília, quando dormia no banco de uma parada de ônibus após um dia de protesto.

<sup>47</sup> CAPOIB repudia Museu Aberto do Descobrimento. *Jornal Porantim, Brasília*, Jun/Jul. 1996, Ano XVIII, n.186. p.2. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>> Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>48</sup> Ibid.

de abril. A primeira contando com presença de cerca de mil pessoas, foi programada intencionalmente para celebrar o Dia do Índio, tendo a presença entidades do Movimento Negro e do MST, integrantes da sociedade indígena Tuxá e membros de quilombos, trazidos pelo movimento especialmente para a manifestação (CESAR, 2010). Já a segunda, foi conduzida, sobretudo pelos Pataxós, devido a uma série de contratempos. Conforme Cesar:

O ônibus fretado pelo movimento Brasil: outros 500, que saíra de Salvador com destino a Porto Seguro para a manifestação do dia 22 de abril de 1999, sofreu durante a viagem uma série de intercorrências, como o caso dos miguelitos espalhados na estrada, com um saldo de quatro pneus furados, e a blitz policial de madrugada, que fez com que a comitiva não chegasse a tempo em Porto Seguro, o que foi interpretado como um ato de repressão, acionado provavelmente pelos serviços secretos da PM e órgãos federais. (CESAR, 2010, p. 36).

No tocante ao manifesto lançado “Brasil: 500 anos de resistência negra indígena e popular”, ele está estruturado em três partes intituladas “Nossa leitura histórica”, “Nossas celebrações” e “Nossas ações”. Na primeira parte, denuncia-se a “mentira histórica” da historiografia escrita pelas classes dominantes brasileiras, a qual se lança como protagonista heroica do processo histórico. Em oposição a essa “versão mistificadora e falsa do processo histórico”<sup>49</sup>, assinala-se que o objetivo do movimento consiste em “desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos”<sup>50</sup>. A partir da explicitação de tal objetivo, delimita-se em pequenos parágrafos a “verdade” sobre a história dos “povos indígenas”, “povos africanos” e “setores populares”:

- a verdade dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas históricas e desiguais que sempre travou - e continua travando - para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas regiões, seus projetos de vida;
- a verdade dos povos africanos aprisionados, sequestrados para cá, escravizados e que, durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres - os quilombos - que até os dias de hoje são provas vivas da afirmação da dignidade humana frente a um poder infame; e
- a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal.

<sup>49</sup> BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. Porantim, Brasília-DF, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>50</sup> Ibid.

Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade<sup>51</sup>.

Percebe-se a construção de uma narrativa histórica que recupera a violência sofrida pelos povos indígenas, negros e populares, de modo a afirmar a resistência e a luta contra as opressões impostas no período colonial, na formação do Estado imperial independente e também do regime republicano. Tal narrativa histórica enuncia as experiências históricas conformadas por saberes e culturas que são invisibilizadas nas narrativas oficiais comemorativas. Desse modo, se para o governo federal a experiência histórica da nação é feita de integração mestiça harmoniosa, o sentido de passado para o Movimento Brasil Outro 500 é constituído em torno da noção da experiência do conflito. Assim, assinala-se o objetivo de:

expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão festejar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a “contribuição voluntária” dos povos indígenas, dos africanos “traslados” para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, não existe a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história, como no presente, projetando-se no futuro. A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vitima quotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central de conflito - conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história<sup>52</sup>.

Enunciar o conflito é, portanto, central na narrativa subalterna, uma vez que, concomitantemente deslegitima a narrativa da miscigenação e põe em cena a luta e a resistência dos subalternizados. Essa narrativa não é deslocada da lógica do contexto comemorativo, pelo contrário, são justamente os sentidos de luta e resistência do passado histórico que o Movimento põe em cena para ser “celebrado” como contraponto à celebração da harmonia das três raças: “pretende-se celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão os seus nomes inscritos nos livros de história”<sup>53</sup>. Conforme

<sup>51</sup> BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. *Porantim*, Brasília-DF, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>52</sup> BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. *Porantim*, Brasília-DF, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>53</sup> Ibid.

o historiador Rodrigo Bonaldo (2010, p. 20), “os movimentos indígenas e afro-descendentes, é verdade, não festejaram o descobrimento, mas o comemoraram - no sentido de lembrá-lo em conjunto - como forma de afirmar sua identidade no presente”.

Desse modo, com base nas considerações de Rufer (2010), entendemos que os movimentos sociais no contexto comemorativo do V Centenário, articulados em torno do Movimento Brasil Outros 500, leram a narrativa histórica hegemônica do governo federal e, a partir dela, realizaram uma outra mobilização do passado, enfatizando as continuidades da desigualdade, da exclusão ou dos limites da cidadania inclusive no Brasil democrático. Desse modo, não somente os manifestos podem ser entendidos a partir dessa perspectiva, como também as intervenções, ações e marchas de protestos realizadas no cenário comemorativo.

### 3.1 Abril de 2000, Porto Seguro, Bahia

Para abordar tais acontecimentos utilizo a noção de “acontecimentos de abril” definido por César na sua pesquisa. Segundo a linguista:

Por “acontecimentos de abril” entendo as ações governamentais oficialmente denominadas Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, e os atos do Movimento Brasil-Outros 500 que culminaram com a Marcha e Conferência Indígenas e a Marcha do MST em abril de 2000, tendo como foco os eventos comemorativos dos 500 anos. Esses acontecimentos relacionam-se às diversas intervenções do governo na área indígena para realizar o seu projeto comemorativo. Entre elas, estão o Mini - Parque Coroa Vermelha, que implicou profundas modificações na terra indígena, com demolições e remoções de ocupações indígenas e não-indígenas e a repressão policial às manifestações do Movimento Brasil Outros 500 no período das comemorações dos 500 anos. (CESAR, 2010. p. 106).

Observa-se, inicialmente, um conflito que ocorreu entre o final do mês de março e início do mês de abril de 2000, no território indígena pataxó de Coroa Vermelha, em torno da substituição de uma cruz de madeira pertencente à tradição dos Pataxós, simbolizando a realização da Primeira Missa. Como parte das reformas promovidas pela ocasião da Comemoração dos 500 anos, uma cruz de aço inoxidável com 16 metros de altura e base em granito com 62 toneladas, obra do artista plástico Mário Cravo Neto<sup>54</sup>, foi colocado no lugar da antiga. A reação dos Pataxós de Coroa Vermelha a tal alteração foi intensa, na medida em que consideraram um desrespeito à autonomia e à história da comunidade indígena na região,

<sup>54</sup> AUTRAN, P. Cruz da discórdia na festa do descobrimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de março de 2000. O País, p.14. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 03 dez.2019.

uma vez que foram eles que colocaram a cruz de madeira há cerca de duas décadas (CESAR, 2010).

Analisando o conflito in loco, através da sua abordagem etnográfica, Cesar (2010) compreende essa situação como a manifestação da duplicidade da resistência e autonomia indígena. Essa duplicidade consistiu, por um lado, na expressão da micro-resistência (na perspectiva de Michel De Certeau) de subversão do significado dos símbolos impostos - os Pataxós insistiram na permanência da cruz de madeira menos por ela representar a Primeira Missa do que na exigência do respeito à sua autonomia. Por outro lado, rapidamente a comunidade indígena planejou a construção de uma nova cruz junto ao Monumento à Resistência consistindo em um mapa da América Latina<sup>55</sup>. A obra seria construída com a ajuda colaborativa do artista plástico galês Dan Baron Cohen e seria posicionada “de costas” à cruz de inox. Conforme notícia veiculada no Jornal Porantim do CIMI, órgão indigenista de apoio à luta do Movimento Indígena no contexto:

na ideia produzida em diversas reuniões com a comunidade, o mapa seria em vermelho e na superfície haveria objetos indígenas e marcas de pés para simbolizar que este continente já estava habitado antes das chegadas dos portugueses. No local referente ao Brasil se ergueria uma família indígena. As cores dos mapas seriam as cores da resistência Pataxó<sup>56</sup>.

Tal projeto não pôde ser realizado, pois quando a cruz ainda estava sendo construída, um batalhão armado da Polícia Militar da Bahia invadiu a área indígena à noite, destruindo-a, segundo a mídia indigenista sob os gritos de “quem manda aqui é o governo, até o dia 26 de abril” e que “a Globo quer a área limpa”<sup>57</sup>. Somente um ano depois, a velha cruz de madeira foi recolocada ao lado da cruz de inox. Segundo Cesar (2010, p.114), essa situação de resistência dos Pataxós à imposição dos monumentos oficiais na área indígena preparadas para as celebrações oficiais significou “uma alegoria da apropriação da cruz europeia por todos os índios na América”.

Essa situação elucida as relações que se estabeleceram, no cenário comemorativo, entre memória, usos do passado, espaço público e estratégia política, uma vez que desde os

<sup>55</sup> VASCO, K. Monumento indígena é destruído pela PM. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000, p.8. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO.. A tropa colonial continua viva. *Jornal Porantim*, Brasília, Março/ Abril de 2000, Opinião, p.2. Disponível em:<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

suportes hegemônicos de memória do governo federal, os pataxós estabeleceram outros sentidos para os símbolos comemorativos. Desse modo, parece que a cruz de inox, não somente na visão dos Pataxós como também do script oficial, simbolizava na ocasião o indígena pacífico e estereotipado do século XVI, como parte do cenário do desembarque português. Já a cruz de madeira recuperava a agência histórica dos pataxós e também sua presença enquanto comunidade indígena do século XXI que teve sua área indígena invadida para as celebrações do V Centenário. Conforme Arantes (2000, p.92), esse conflito resulta da concepção do script oficial que atribui aos indígenas uma dupla função de serem *índios genéricos* e *reais*, desdobramento “tanto da particularidade jurídica do seu território, que é definido pela lei como terra indígena (portanto pertencente a um grupo etnicamente diferenciado) e bem do patrimônio nacional (portanto do interesse de toda a nação), quanto dos problemas políticos decorrentes desse fato”.

Passamos doravante para o que se pode considerar a maior expressão de repúdio às comemorações oficiais ocorridas na Bahia no mês de abril de 2000: a Marcha Indígena e a Conferência Nacional Indígena. A Marcha consistiu na convocação de caravanas de organizações indígenas de todo o país com o objetivo de se dirigirem à Porto Seguro para a realização da Conferência Nacional em Coroa Vermelha entre os dias 18 a 22 de abril<sup>58</sup>. Embora convocada principalmente por organizações indígenas regionais articuladas a CAPOIB, a ideia central foi retomar a articulação do Movimento Brasil Outros 500, de modo a receber a incorporação das organizações do movimento negro, do MST e do MTST, do movimento estudantil. Retomando um dos objetivos do manifesto de “realizar diversas ações no extremo sul da Bahia - marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural - para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular”<sup>59</sup>, as caravanas previam a realização de atos e atividades na trajetória à Coroa Vermelha, planejando-se realizar grandes manifestações em Brasília, nos dias 13 e 14 de abril e em Salvador no dia 17 de abril de 2000.

Sob a consigna “Os Povos Indígenas retomam o Brasil” o projeto da Marcha reuniu cerca de 3 mil 600 indígenas, de 140 povos, de todas as regiões do país em Coroa Vermelha

---

<sup>58</sup> VASCO. K. Caravanas vão sair de todas as regiões. *Jornal Porantim, Brasília*, Jan/Fev - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p.4. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

<sup>59</sup> BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. *Porantim*, Brasília-DF, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

entre os dias 18 e 22 de abril de 2000. A programação geral da Conferência constituiu na realização de debates e balanços sobre os “500 anos de colonização dos povos indígenas” e a “situação atual - avanços e dificuldades enfrentadas”, de modo a produzir um documento final de “Perspectivas e Propostas para os “Outros 500”<sup>60</sup>. O encerramento da Conferência foi organizado em torno da realização do ato público final em Porto Seguro no local onde estava planejada a realização da cerimônia oficial dos 500 anos com a plantação de uma muda de pau-brasil pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio, de Portugal<sup>61</sup>.

IMAGEM 3: Protesto indígena em frente ao Palácio do Planalto<sup>62</sup> (Fonte: Carlos Eduardo/Folhapress)



A reação do governo a tal movimentação contrária à festa oficial consistiu na implementação de um plano de guerra para a região de Porto Seguro com cerca de 5 mil policiais, agentes e soldados do Exército Brasileiro, além de helicópteros e navios<sup>63</sup>. A programação original prevista para a comitiva presidencial foi alterada no início de abril, quando a Secretaria de Segurança Institucional aconselhou o presidente a não circular pelo

<sup>60</sup> ENCARTE BRASIL OUTROS 500. *Jornal Porantim*, Brasília, Jan/Fev - 2000, s/p. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimto>>.

<sup>63</sup> JÚNIOR, W. Governador da Bahia dá ordem contra marcha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, O País, p.8. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 03 dez.2019.

território indígena de Coroa Vermelha devido o tensionamento com os povos Pataxós. Por isso, a presença dos presidentes foi limitada à plantação da moda de pau-brasil e a realização de um almoço com o presidente português, os quais permaneceram cerca de quatro horas na cidade, chegando e saindo de helicóptero<sup>64</sup>.

Segundo o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, o objetivo da estrutura policial era não somente garantir a segurança da comitiva presidencial, como também poupar o presidente de constrangimentos públicos<sup>65</sup>. Já no dia 21 de abril, foi montada uma estrutura policial nas estradas da região sul da Bahia para evitar a chegada de manifestantes a Porto Seguro<sup>66</sup>. É importante lembrar que, além dos quase quatro mil indígenas reunidos em Coroa Vermelha, a intenção do Movimento Brasil Outros 500 era reunir cerca de 30 mil pessoas militantes de partidos políticos de esquerda, do movimento estudantil, do movimento anarco punk<sup>67</sup>. Nesse cenário, a preocupação principal do governo era com as manifestações do MST que estavam acampados na cidade de Eunápolis, a 63 quilômetros de Porto Seguro, sendo que o movimento pretendia chegar ao palco central das comemorações com cerca de 30 ônibus de militantes no dia 22 de abril. Assim, no dia 21, o governador do estado da Bahia, César Borges (PFL), anunciou que a ordem dada ao esquema de segurança era de impedir qualquer tipo de manifestação em Porto Seguro, de modo que havia acordado a permanência do MST na cidade de Eunápolis<sup>68</sup>.

Com a maior parte do MST controlado, a repressão policial concentrou-se em direção à praia de Coroa Vermelha. Assim que os primeiros sinais da marcha indígena aliada a organizações do movimento negro e estudantil surgiram na estrada que liga a enseada a Porto Seguro, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha impediram que os milhares de manifestantes chegassem ao centro histórico da cidade, onde horas depois, Fernando Henrique

---

<sup>64</sup> Ibid.

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> O GLOBO. Festa oficial e protestos sem-terra e índios marcam hoje o 5º Centenário do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, Capa. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> Último acesso em: 03 dez.2019.

<sup>67</sup> LINS, L. Movimento Brasil: Outros 500 quer reunir 40 mil em marcha de protesto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, O País, p.4.

<sup>68</sup> JÚNIOR, W. Governador da Bahia dá ordem contra marcha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, Caderno O País, p.8. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 03 dez.2019.

Cardoso e Jorge Sampaio plantaram a muda de pau-brasil<sup>69</sup>. Na repressão policial, sete índios ficaram feridos e cerca de 140 manifestantes foram presos<sup>70</sup>.

Pretendemos com a descrição acima destacar que, na prática, as comemorações dos 500 anos do Brasil tiveram como protagonistas os movimentos sociais que ocuparam o cenário comemorativo na Bahia e impediram a realização da encenação histórica do “descobrimento” programada pelo governo federal. Nesse sentido, conforme Albuquerque Júnior (2019), o local da comemoração foi marcado pela exclusão dos representantes dos movimentos sociais, trabalhadores sem-terra, indígenas e negros em detrimento de uma festa semiprivada composto por uma plateia de escolhidos e privilegiados, majoritariamente branca, de modo que o acontecimento comemorativo “aparece como a dramatização das dissensões e dos conflitos que atravessam o tecido social do país e serviu para explicitar as próprias concepções políticas e a visão do país e do povo que os grupos assentados no poder do Estado naquele momento partilhavam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.187). À vista disso, pretendemos destacar algumas outras manifestações nesse cenário dos “acontecimentos de Abril”, retomando as discussões propostas nesta monografia. FIGURA 4: Os presidentes Jorge Sampaio, de Portugal, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, plantam juntos uma semente de pau-brasil<sup>71</sup> (Fonte:M.LJúnior/Folhapress)



<sup>69</sup> BONIN I. A violência começou cedo em Cabralia. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000, p.13. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>

<sup>70</sup> LINS, L. Conflito na terra do Descobrimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 2000, Caderno O País, p.3.

<sup>71</sup> Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>>.

### 3.2 O protesto indígena

Para pensar as intervenções dos povos indígenas no contexto das Comemorações dos 500 anos, dialogamos com a perspectiva assumida pelo historiador Mario Rufer (2010) na sua inscrição no campo de estudos da memória, no sentido de considerar que a *politicidad de la memoria* está mais próxima de um uso político estratégico do passado enquanto uma ocasião para a luta política do que uma disputa pela fixação de uma determinada visão do passado. Desse modo, conforme Rufer (2012, p. 53), entende-se que “a enunciação baseada na memória é um pretexto para aparecer no palco, mas essas demonstrações assumem a forma de retórica de reclamação e tomam a cidadania como o núcleo do discurso”<sup>72</sup>. Assim, sugere-se que a análise das batalhas pela memória no contexto comemorativo prescinde da observação de como se articulam com demandas políticas por direitos e cidadania, considerando a dimensão das relações étnico-raciais.

É a partir dessa perspectiva que analisamos a *Carta de Abril*<sup>73</sup>, manifesto divulgado pelos caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, numa conferência indígena realizada no município de Eunápolis, Bahia, no mês de abril de 1999. Denunciando as condições de abandono das populações indígenas do sul e do extremo-sul da Bahia, os caciques questionaram:

Por ocasião das comemorações dos 500 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil, nós, representantes indígenas perguntamos: Comemorar o quê? O extermínio de vários Povos indígenas? A imposição cultural e religiosa? O roubo de nossas terras e riquezas do solo e subsolo? A escravidão do nosso povo e dos nossos irmãos negros? Não temos nada a comemorar. Vamos sim, celebrar a nossa resistência, a nossa luta e as nossas conquistas. Nós queremos ajudar a construir um Brasil diferente, por isso, exigimos das autoridades brasileiras: a demarcação e regularização das nossas terras; Assistência à saúde, educação e agricultura respeitando as especificidades; O respeito à nossa cultura e tradição, tanto nos bens materiais e imateriais; A imediata aprovação do Estatuto do Índio, baseado na proposta encaminhada pelas organizações indígenas ao Congresso Nacional.

Tais reivindicações de direitos básicos garantidos pela Constituição denotam a luta política travada pelas diversos povos e comunidades indígenas frente à política indigenista da década de 1990 como referidos no primeiro capítulo. Consideramos que essas demandas fizeram parte da Marcha Indígena enquanto *performance pública* que assinalou um determinado sentido ao passado conjugado à ação política de luta do Movimento Indígena

<sup>72</sup> Idioma original do trecho: “Enunciation based on memory is an excuse to appear on stage, yet these demonstrations take the shape of rhetoric of complaint and take citizenship as the core of discourse”.

<sup>73</sup> CARTA DE ABRIL: Manifesto dos Caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe. *Proj. História*, São Paulo, abr.2000. p.347-348. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/752>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

Brasileiro. Para tanto, entendo que a sua consigna - “Os povos indígenas retomam o Brasil” articulado com a noção de “Outros 500” - expressa um sentido enunciador e mobilizador de passado e futuros alternativos que tangencia todas as manifestações contra-hegemônicas analisadas, sentido que Mario Rufer (2019) denominou através da noção de *história como perda*. Para o historiador argentino, o enunciado desde a história como perda consiste na “ideia de reconhecer-se não no fragmento, não no objeto que faz metonímia do orgulho de si mesmo, de sua comunidade, de sua história, mas na perda como uma continuidade da experiência” (In: FRANCO, 2019).

Não estamos afirmando que os povos indígenas não assumem ou reivindicam sua cultura e experiência histórica, creio que tenha demonstrado com clareza que a intenção em suas manifestações e intervenções foi justamente expressar não somente sua história de luta, bem como a memória da resistência. Entretanto, considera-se que essa dimensão da perda está presente em seus discursos e representações como, por exemplo, na consigna da Marcha que enfatiza a *retomada* simbólica das terras conquistadas. Nesse sentido, “é a perda que articula qualquer vontade de memória; por isso, paradoxalmente, é o futuro como projeção (os direitos ambientais, a ocupação e regulação da terra) o que ocupa o espaço da “comemoração histórica”” (RUFER, 2016, p. 289).

Essa dimensão de passado articulado com o futuro fica também evidente no *Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil “O Brasil que a gente quer são Outros 500”* lançado no dia 21 de abril de 2000 em Coroa Vermelha:

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construía o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tomaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular.<sup>74</sup>

Entendemos que o sentido simbólico destinado à Marcha enquanto “refazer”, “recuperar”, “retomar a história em nossas próprias mãos” consiste em um modo de enunciação que projeta uma ideia de futuro (Outros 500) a partir da afirmação da contemporaneidade dos povos indígenas enquanto agentes políticos na democracia brasileira. Nesse sentido, esse novo futuro consiste no atendimento por parte do Estado brasileiro das suas demandas políticas e de reparação histórica, muitas delas sustentadas a Constituição de 1988, referentes a direitos sociais como educação, saúde, segurança, bem como em relação aos direitos específicos de demarcação de terras e respeito e reconhecimento de seus costumes. Assim, o texto citado acima é seguido por 20 pontos classificados como “nossas principais exigências e propostas”, das quais destaco:

1. Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal;
3. aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas;
4. o fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;
5. a punição dos responsáveis pela esterilização criminosa das mulheres indígenas a critério da comunidade;
6. que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

---

<sup>74</sup> DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000, p.13. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

7. reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

9. que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

À vista disso, articuladamente com as demandas memoriais, a Marcha e a Conferência Indígena reivindicaram, a partir de sua ocupação da Costa do Descobrimento, a autonomia para a autogovernança e a liberdade para decidirem os caminhos da política indigenista, sem a tutela do Estado. Conforme Maninha Xukuru, liderança do povo Xukuru Kariri, relatou para o Jornal Porantim no início do ano 2000,

Com a Marcha Indígena, esperamos que o governo entenda a nossa mensagem: de que nós não aceitaremos essa situação a que estamos submetidos, não negociaremos nossos direitos a ter um território regularizado, saúde e educação de qualidade, meio ambiente saudável, condições de produzir segundo nossos costumes e necessidades, de ser etnicamente diferentes e ter essas diferenças respeitadas<sup>75</sup>.

Para Gerson Pataxó Hã-Hã-Hãe, cacique da aldeia Caramuru:

Fazendo essa manifestação vamos mostrar a realidade. Para a maioria das pessoas, dentro e fora do Brasil, a situação dos índios parece muito boa, tudo parece estar bem. Queremos mostrar que esse governo não respeita as leis que estão escritas na Constituição, que esse governo não demarca e nem protege as terras indígenas, por isso tem tanto massacre acontecendo, tem estupro, tem Polícia Militar na nossa área, fazendo todo tipo de abuso<sup>76</sup>.

Essa articulação entre as demandas pela redefinição das representações da memória nacional com reivindicações de direitos expressa um modo de imperativo social marcado pelo discurso que exige a memória da diversidade. Conforme Heymann e Arruti (2012, p.20), “as lutas por reconhecimento e direitos de grupos minoritários emergem da valorização da diversidade étnica e cultural e da denúncia de uma situação histórica de desigualdade e exclusão”, de maneira que “ memória e tradição podem ser vistas, então, como conceitos que, capturados pelos campo da política, se tornam imperativos sociais capazes de acionar novos direitos” (HEYMANN; ARRUTI, 2012, p. 20).

Nesse sentido, a deslegitimação da narrativa oficial dos 500 anos é fundamental para o reconhecimento tanto do Estado quanto da sociedade dos indígenas na sua identidade étnica

---

<sup>75</sup> Depoimento ao Jornal Porantim, Encarte Brasil Outros 500, Jan/Fev. 2000, p. 4.

<sup>76</sup> Ibid.

como agentes políticos e históricos do século XXI. Davi Kopenawa Yanomami, uma das principais lideranças indígenas do Brasil contemporâneo, afirmou na época que:

Essa história de 500 anos não é nosso. Os brancos que botaram nome, registraram o Brasil, como quando nasce uma criança. Deixaram data, mês que chegou e invadiu nossa terra. Nosso povo que morava aqui não sabia de nada. Para Yanomami não chegou nada, já estava aqui. 500 anos é uma beleza para o branco fazer festa. Para mim não tem nada. Para mim continua ameaça, roubo, enganando o meu povo indígena<sup>77</sup>.

Nesse sentido, conforme João Pacheco de Oliveira (2009, p. 34), a maneira como se narra, de modo maniqueísta e simplório, as ações e os episódios que envolvem os indígenas na história nacional impedem “uma compreensão efetiva do espaço político que eles ocupam hoje e ocuparam no passado com múltiplas formas de resistência, inviabilizando igualmente qualquer expectativa (atual ou futura) quanto ao seu protagonismo”. Desse modo, a narrativa oficial das Comemorações dos 500 anos implica em um discurso que “revela-se como peça fundamental para legitimar a tutela, naturalizando-a, e persistindo em ignorar as vozes e as iniciativas dos indígenas reais (OLIVEIRA, 2009, p. 34)”.

Assim, o simbolismo da Marcha foi fundamental na sua performance que consistiu no movimento de caravanas de povos indígenas se dirigindo à Bahia, bem como nas mobilizações de protesto em Brasília contra a invasão da Polícia Militar na Terra Indígena de Coroa Vermelha. Nesse sentido, é interessante destacar no protesto com cerca de mil indígena no Palácio do Planalto as “flechadas” atiradas em direção ao Relógio dos 500 anos da Rede Globo de Televisão que cronometrava o tempo para a chegada do dia 22 de abril.

Sobre o simbolismo das marchas de protestas indígenas, Mario Ruffer, analisando a *Marcha de los Pueblos Originarios por el Bicentenario de los Pueblos* na Argentina em 2010, destaca que:

(...) Em sua marcha de memória falaram desde a perda, do acontecimento que regressa sucessivamente e que não se pode nomear (a conquista). Nesse instante ao menos, os “pueblos” romperam o cerco do tempo alacrônico de que fala Johannes Fabian, esse que nega uma e outra vez a contemporaneidade ao outro quando ao nomeá-lo (índio) e ao classificá-lo (tradicional), o reconhece e o aparta o mesmo tempo. (RUFER, 2016, p. 290)<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Depoimento ao Jornal Porantim, Encarte Brasil Outros 500, Maio. 2000, p. 16.

<sup>78</sup> Idioma original do trecho: “En su marcha de memoria hablaron desde la pérdida, del acontecimiento que regresa sucesivamente y que no se puede nombrar (la conquista). En ese instante al menos, los “pueblos” rompieron el cerco del tiempo alacrónico del que habla Johannes Fabian (1983), ese que niega una y otra vez la contemporaneidad al otro cuando al nombrarlo (índio) y al clasificarlo (tradicional), lo reconoce y lo aparta a la vez”.

Reconhecemos as diferenças sociais e históricas entre Brasil e Argentina, porém percebe-se proximidades no que tange às intervenções dos movimentos sociais no cenário comemorativo, principalmente o uso do passado, através de discursos de memória, como *reclamo político* que expõe a política de tempo da encenação comemorativa que retira a agência histórica dos indígenas e sua contemporaneidade. Essa questão ficou evidente quando o governo federal agiu com repressão aos manifestos em Porto Seguro, pois na lógica comemorativa negros, indígenas e populares não estavam autorizados a enunciar a sua memória, mas sim somente compor o enredo de encenação histórica da celebração da mestiçagem e do “descobrimento” enquanto um evento protagonizado pelo agente histórico português. Nesse sentido, *é desde o local* onde ocorreu historicamente a primeira invasão portuguesa e que, portanto, constitui a *paisagem de história* - como paisagem de poder - que sustenta o mito do descobrimento e mito da democracia racial, que os povos indígenas reivindicaram a enunciação do conflito, da violência e da invisibilidade de suas histórias e memórias.

À vista disso, o discurso do indígena Matalawê Pataxó na Missa “500 anos de Evangelização do Brasil” realizado no dia 26 de abril na Terra Indígena de Coroa Vermelha pode ser entendido um momento de subversão, de deslocamento da ordem enunciativa do passado celebrado para uma ação de memória de reclamo, denúncia e advertência<sup>79</sup>. Celebrada pelo cardeal Ângelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano, a realização da Missa esteticamente consistiu na reprodução da obra *A Primeira Missa* de Meireles, onde o lugar central foi destinado aos brancos, enquanto aos Pataxós (e negros) foi-lhes reservado a periferia do espaço (CESAR, 2010).

---

<sup>79</sup> AUTRAN, L. Igreja pede perdão e índios protestam em missa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 2000, Caderno O País, p.10.

FIGURA 5: A Primeira Missa, Victor Meirelles, 1861.



Fonte: museus.gov.br

FIGURA 6: Missa dos 500 anos de Evangelização, 26 de abril de 2000, Coroa Vermelha, Bahia. Fonte: Acervo O Globo



Fonte: Acervo O Globo

Subvertendo a ordem da CNBB, que institui o lugar de silêncio ao indígenas, Matalawê Pataxó, no único momento em que os indígenas ocuparam o altar central para realizar uma performance silenciosa, tomou o lugar de fala e denunciou a violência e o autoritarismo sofridos ao longo do mês de abril (CESAR, 2010):

Hoje, é esse dia que podia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra. Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito porque essa terra pertence a nós. Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente? Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos desta terra, que vivem em harmonia com a natureza: tupi, xavante, tapuia, caiapó, pataxó e tantos outros. Séculos depois, estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões, de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar. São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas diferentes, mas apenas em 500 anos esses 990 povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil. Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturamento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão. Hoje, querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do Descobrimento. Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo. Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás. Com o nosso sangue, comemoram mais uma vez o Descobrimento. Com tudo isso, não vão conseguir impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase 6.000 organizações indígenas em todo o Brasil. Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos; teremos resultado a médio e a longo prazo. A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais dizendo que clama por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis pelas agressões aos povos indígenas. Estamos de luto. Até quando? Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração, e vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade<sup>80</sup>.

Consideramos que o pronunciamento de Matalawê sintetiza vários pontos que buscamos demarcar ao longo do trabalho. Matalawê desestabiliza as premissas do lugar de enunciação da nacionalidade do Estado-Nação desde o cenário comemorativo, recuperando a perspectiva da história dos povos indígenas sobre a conquista portuguesa, denunciando a violência, o genocídio e a exclusão dos últimos 500 anos e, por fim, afirmando a posição dos povos indígenas enquanto agentes políticos e históricos.

---

<sup>80</sup> DA REDAÇÃO. Leia abaixo a íntegra do discurso do índio pataxó. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de abril de 2000, s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2704200004.htm>> Último acesso em: 03 dez.2019.

Conforme Cesar:

A instituição do lugar de silêncio na Missa dos 500 Anos para os Pataxó – e, simbolicamente, para todos os povos indígenas do Brasil –, talvez por um esforço de fidelidade ao cenário da missa inaugural de 500 anos atrás, desconsiderou, assim, a prática dos Pataxó no exercício da palavra, quando reencenavam a primeira missa, nos anos anteriores. Contudo, na Missa dos 500 Anos, o discurso de Matalawê Pataxó foi traçado como um contraponto, um outro marco, certamente inaugural, quando, ao invés de permitirem ao sacerdote reger o uso da palavra no evento da missa, os pataxós, simbolicamente, colocaram-se no centro do altar, tomaram sob seu controle o ritual, fizeram o sacerdote e os seus convidados, entre perplexos e constrangidos, ouvi-los. (CESAR, 2010, p. 167).

Assim, o pronunciamento de Matalawê pode ser entendido como uma alusão ao momento político do Movimento Indígena na década de 1990 (e do presente): a luta pela afirmação da sua identidade étnica, do seu protagonismo histórico e do cumprimento dos seus direitos constitucionais. Nesse sentido, não é sem razão que tais mobilizações no cenário dos 500 anos foram articuladas com os demais movimentos sociais, uma vez esse cenário condensou uma das características da luta política do Brasil pós-ditadura-civil militar, em que a redistribuição dos mitos nacionais foi um ponto fundamental nesse processo.

### **3.3 Sobre as Comemorações dos 500 anos**

Conforme Heymann e Arruti (2012), o processo de redemocratização no Brasil foi marcado pela emergência de debates nacionais em torno da memória nacional a partir da centralidade das categorias da tradição e da memória em formas de discurso de afirmação da identidade étnica-racial e da diversidade. Frente a esse cenário, os autores afirmam que, do ponto de vista oficial, as reações foram marcadas pela resistência, relutância e contradições nos seus posicionamentos. À vista do que foi analisado ao longo do trabalho, entendemos que a Comemoração dos 500 anos do Brasil pode ser compreendida como um dos momentos de maior contradição pós-redemocratização, já que os princípios constitucionais que garantem a representatividade pluriétnica da formação nacional a fim de superar o modelo da mestiçagem não foram respeitados.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao retomar os mitos do descobrimento, da “fábula das três raças” e da democracia racial, esse último transvestido de uma estética multiculturalista, revela a conservação da cultura política e histórica autoritária brasileira marcada pela tendência à conciliação e pelo esquecimento. Bauer (2017) identifica esse paradigma como marca da cultura histórica do processo de redemocratização no que tange às medidas e pronunciamentos oficiais referentes à temática da memória da repressão da

ditadura civil-militar. No que tange às memórias de violência e massacre dos povos indígenas e da população negra ao longo da história nacional, a década de 1990 foi marcada pela ambivalência e pela ambiguidade do governo em relação à memória nacional. Conforme destacam Heymann e Arruti (2012, p. 17), “o tema das políticas públicas de combate às desigualdades sociais incorporou a perspectiva do reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira, agora definida como multiétnica”, por outro lado, a Comemoração dos 500 anos revelou que a celebração da identidade e da história nacional são inegociáveis frente às temporalidades e exigências da memória subalterna.

Esse processo nos conduz novamente à questão da “administração da diversidade”, de maneira a pensar a nação como um lugar particular de enunciação que se autoproclama o direito de representar e falar pelo povo (RUFER, 2016). Assim, através de um aparato jurídico e discursivo, utiliza a ventriloquia como capacidade política, agindo enquanto “uma formação nacional de alteridade” ao produzi-la e administrar a diversidade étnico-racial no processo de delimitação da nacionalidade (RUFER, 2016). Desse modo, observa-se uma situação característica de regimes democráticos multiculturalistas, conforme Rufer (In: Franco, 2019), em que o indígena e o negro são reconhecidos pelo Estado enquanto parte da nacionalidade somente na expressão dos mitos nacionais, no entanto, quando se organizam enquanto movimentos políticos e reivindicam sua agência histórica tornam-se ameaça para a República. Nesse sentido, conforme Bernardino (2002, p. 252), “o mito da democracia racial implicava um ideal de homogeneidade racial, o que significa que os racialmente diferentes não são bem vistos, posto que desafiam este ideal brasileiro”. Bicalho (2010, p. 299) considera que a repressão da marcha do Movimento Brasil Outros 500 representou um “desrespeito aos direitos indígenas conquistados em 1988 nesta ação do governo, simbólica por causa “experiências de rebaixamento” que afetaram o “autorrespeito moral” das populações indígenas”.

Foi o ideal mestiço enquanto marco das narrativas oficiais, que esconde os conflitos étnico-raciais, a exclusão e discriminação decorrentes deles que os movimentos negro e indígena colocaram em questão na mobilização realizada em torno das Comemorações dos 500 anos. No que tange especificamente ao Movimento Indígena, Bicalho avalia que:

As comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil marcaram profundamente a história do MIB ( uma rede de acontecimentos significantes), e destacaram dois importantes aspectos de sua atuação na atualidade: o protagonismo indígena e a dificuldade do Estado e de algumas organizações indigenistas em

aceitar esta postura adotada pelos indígenas de exercerem os seus direitos e tornarem-se verdadeiros sujeitos políticos de sua própria história” (BICALHO, 2010, p. 296).

A partir dessa consideração, considera-se que a soma de acontecimentos, protestos e intervenções contra hegemônicas do Movimento Indígena e as lutas do povo Pataxó ainda no processo de preparativos das comemorações representaram um consistente marco na luta indígena frente às seculares narrativas do Estado brasileiro, a começar pela perspectiva da descoberta. Desse modo, dialoga-se com Oliveira Neves (2004, p.94), ao entender as ações indígenas como “iniciativas locais e nacionais de ocupação dos espaços políticos institucionais, como estratégia decisiva para romper o marco da dominação interiorizado pela condição de colonizado”.

O antropólogo pensa tais iniciativas através da categoria “realidades emergentes” de Boaventura de Sousa Santos (1998), de modo que assinalam um potencial de criação de novas relações interétnicas na sociedade brasileira, as quais reconheçam a agência e autonomia dos povos indígenas. Ao reprimir com a secular violência, o Estado brasileiro não somente indicou que não estava (está) comprometido totalmente com as relações pluriétnicas, como também ratificou o sentimento dos povos indígenas, sintetizado por Krenak: “A invenção do Brasil ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses, depois continuada pelos franceses, num moto sem parar, onde as invasões nunca tiveram um fim, nós estamos sendo invadidos agora”<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> As guerras da conquista. In: Guerras do Brasil.doc. Direção:Luiz Bolognesi. Produção: Laf-s Bodanzky. Brasil: Netflix, 26 min. 2018.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar como o passado foi mobilizado em meio a disputas em torno da memória nacional no contexto de Comemorações dos 500 anos do Brasil. Compreendendo esse cenário como parte de uma cultura histórica e políticas ocidentais marcada pela emergência coletividades historicamente marginalizadas e invisibilizadas pelos mecanismos de homogeneização do Estado-Nação, pretendeu-se retomar no primeiro capítulo algumas ações de movimentos sociais no Brasil que tiveram como pauta a deslegitimação das grandes narrativas da nação.

Desse modo, a partir da bibliografia especializada, sublinhamos o papel fundamental da pauta política do Movimento Negro Unificado com a denúncia do mito da democracia racial como uma ideologia que contribui para a reprodução do racismo institucional brasileiro e funciona como uma narrativa que deslegitima a afirmação da identidade negra e afro-descendente. Potencializado pela conjuntura da redemocratização, a União das Nações Indígenas representou a luta dos povos indígenas pela inclusão de suas demandas na Constituição de 1988, requisitos que afrontaram as relações historicamente estabelecidas pelo Estado brasileiro com as coletividades indígenas marcadas pela perspectiva tutelar e assimilacionista.

A enunciação de uma memória sobre o passado de violência, exclusão e invisibilização constituiu-se como um instrumento de reivindicação e afirmação da identidade étnica e racial para esses movimentos sociais que emergiram na década de 1980, de modo a deslegitimar a pretensa homogeneidade e conciliação dos mitos nacionais da democracia racial e da “fábula das três raças”. Se, conforme a bibliografia consultada, desde o início da República já havia movimentos e iniciativas para a valorização da negritude frente à narrativa do Brasil mestiço, cabe esclarecer, em relação à emergência do protagonismo indígena na década de 1980 que:

Grupos indígenas, cujos membros se tornaram cidadãos no século XIX, não necessariamente abdicaram de suas identidades coletivas e reapareceram, agora, reivindicando direitos a eles atribuídos pelas novas constituições. Invisibilizadas em conjunturas desfavoráveis, as identidades indígenas reafirma-se, hoje, através de movimentos indígenas estimulados pelas novas culturas políticas predominantes nos Estados americanos. (ALMEIDA, 2009, p. 227).

Nesse sentido, a consideração da promulgação da Constituição de 1988 foi fundamental para pensar as relações estabelecidas pelo Estado brasileiro frente a tais

demandas memoriais no evento comemorativo das Comemorações dos 500 anos. À vista disso, a partir de Oriá (2011), demonstrou-se que foram estabelecidos mecanismos constitucionais que delimitam o dever do Estado para o reconhecimento das matrizes pluriétnicas da sociedade brasileira a fim de construir uma memória plural, premissas que devem ser consideradas na elaboração de projetos culturais, patrimoniais e comemorativos. Desse modo, a nova ordem constitucional rompeu com históricas representações assimilacionistas, integracionistas e tutelares perante a diversidade étnica-racial da nacionalidade, apontando para a valorização do multiculturalismo e do pluralismo (MONTERO, 2012). Assim, a partir de uma breve retomada das décadas de 1980 e 1990, buscamos apontar como essas duas décadas foram marcadas por disputas políticas através de demandas de coletividades que atingiram direta ou indiretamente os mitos que conformam historicamente a memória nacional.

A partir disso, pretendeu-se analisar as Comemorações dos 500 anos tendo em vista esse cenário, problematizando as disputas pela memória a partir de uma perspectiva das relações étnico-raciais. Desse modo, no segundo capítulo, através da análise de decretos, pronunciamentos presidenciais e das notícias veiculadas na mídia sobre os eventos comemorativos na Costa do Descobrimento, entendemos que o projeto e o cenário comemorativo reproduziram o cânone da identidade nacional, promovendo uma leitura e uma encenação do passado histórico que privilegiou as raízes identitárias branca e eurocêntrica da nação.

A leitura contra hegemônica protagonizada pelo Movimento Brasil Outros 500 não somente denunciou tal mobilização do passado, como também enunciou, a partir do contexto comemorativo, suas reivindicações e demandas pela garantia de seus direitos e demandas identitárias. Abordamos tal questão, a partir da mobilização do povo Pataxó de Coroa Vermelha e também das iniciativas organizadas pelo Movimento Indígena Brasileiro através da análise de manifestos e protestos realizados em abril de 2000. Nesse sentido, nossa hipótese se comprova no sentido de entender que a disputa em torno da memória do “descobrimento” expressa uma disputa no tempo presente pelo reconhecimento da identidade étnica e racial afirmada pelos movimentos sociais em questão, de modo que a enunciação do protagonismo e agência histórica na história é elemento fundamental nesse processo. Assim, o manifesto do Movimento Brasil Outros 500 e as ações das organizações dos povos indígenas articulados em torno do Movimento Indígena Brasileiro, mobilizaram uma narrativa histórica

que evidenciava sua resistência frente aos 500 anos de violência, exclusão e invisibilização. Em diálogo com as análises da Miriam Hernández Reyna (2017), entende-se que a crítica em torno do paradigma do *descobrimento*, ao exigir o reconhecimento do evento histórico como *conquista portuguesa*, estabeleceu o tom da narrativa que demarcava o conflito em contraposição à conciliação da narrativa oficial. Nesse sentido, consideramos que as Comemorações dos 500 anos representou o momento em que os povos indígenas organizados politicamente na ocasião, exigiram o deslocamento do sentido do passado indígena como parte da “fundação nacional” para uma semântica que evidenciasse a tragédia, a qual necessita ser reparada a partir do reconhecimento da identidade étnica e cultural das coletividades indígenas e da demarcação de suas terras.

Ao reproduzir os cânones da identidade nacional, o governo federal operou uma instrumentalização do passado que reafirmou a cultura política autoritária brasileira, bem como suas bases ideológicas da conciliação e da mestiçagem, ocultando os conflitos étnico-raciais da sociedade brasileira. Sustentadas pelo caráter eurocêntrico e homogeneizador das diferenças, tal modelo de regulação do passado não se sustentou frente às demandas memoriais e identitárias do final do século XX, visto o cenário concreto de tensão que se instalou na Costa do Descobrimento em abril de 2000 e a consequente repressão das forças estatais. Retomando os objetivos enunciados desta pesquisa, em pensar os sentidos em disputa em torno da comemoração, afirma-se que o conflito residiu nas premissas multiculturalistas e pluralistas da Constituição Federal de 1988, entendida como produto das demandas subalternas.

Nesse sentido, a análise da comemoração dos 500 anos do Brasil possibilita a percepção de que a rediscussão do passado nacional, explicitando a violência, o racismo, o estupro, a exclusão e a discriminação de indígenas e negros ao longo da história nacional, foi refutada pelo governo federal em um contexto de afirmação da democracia institucional. Nas Comemorações dos 500 anos chocaram-se a memória cultural institucionalizada e a memória da diversidade, isto é, uma visão naturalizada do passado expresso nos mitos nacionais frente a uma memória que afirma a alteridade e a resistência reivindicada pelos setores sociais subalternos que foram historicamente estigmatizadas em tais narrativas míticas.

À vista disso, consideramos que muitos pontos foram abordados superficialmente, podendo ser explorados com maior profundidade em outros estudos. Abordamos nosso objeto a partir de uma contraposição entre Estado e movimentos sociais, focando na tensão pela

regulação e gestão da memória nacional, porém, considera-se que a disputas de projetos alternativos dentro do governo federal devem ser consideradas. Ademais, a função da mídia rapidamente apontada, bem como das universidades, das editoras e das empresas de turismo histórico foram fundamentais nesse processo de narração e instrumentalização do passado nessa conjuntura. Nesse sentido, considera-se fundamental o mapeamento do posicionamento de historiadores e historiadores nesse cenário de discussão pública, bem como das associações especializadas e da Associação Nacional de História (ANPUH).

Ao propor novas leituras do passado nacional, mobilizando outros sentidos e temporalidades, os movimentos sociais analisados realizaram usos do passado em que ocorreram contatos e distanciamentos entre história e memória que podem ser explorados e problematizados com maior profundidade. Além disso, conforme destaca Reyna (2017), o questionamento do impacto do paradigma constitucional multiculturalista sobre as narrativas dos movimentos sociais também deve ser levada em consideração nessa conjuntura de redefinição de sentidos ao passado através dos discursos de memória.

Por fim, entendemos que o tema das comemorações, ao revelar as relações entre memória, história, identidade e poder, permite pensar sobre o lugar que a alteridade foi historicamente construída, produzida, estigmatizada e encenada pelo Estado-Nação. Em vista disso, o papel do historiador e da historiadora, no estudo das comemorações, implica em considera-las como monumentos que produzem visões do passado petrificadas, de modo que, utilizando as expressões de Albuquerque Júnior, a historiografia viria a “estragar o prazer da festa” (ALQUERQUE JÚNIOR, 2019). O enfoque deste trabalho mostrou que o papel de dessacralização dos festejos cívicos não passa somente pela historiografia, o passado é mobilizado no campo de luta e de conflitos na sociedade, destacadamente pelos movimentos sociais. A reflexão em torno dessas demandas pelo passado na cultura histórica do século XXI merece a atenção da historiografia, para além da verificação da verossimilhança de tais discursos.

## REFERÊNCIAS

### DECRETOS OFICIAIS

BRASIL. Decreto Legislativo nº87 de 1992. Aprova o texto do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 25/11/1992, Página 16245

BRASIL. *Decreto-Lei* de 12 de maio de 1993. Cria, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 13/5/1993, Página 6369.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.103*, de 4 de abril de 1994. Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Brasil e Portugal. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 5/4/1994, Página 8867.

PORTUGAL. *Decreto-Lei nº391* de 22 de novembro de 1986. Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Ministério da Defesa Nacional. *Diário da República* n.º 270/1986, Série I de 1986-11-22.

BRASIL. Decreto-Lei de 6 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre a transferência da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 7/2/1996, Página 1981.

BRASIL. Decreto-Lei de 15 de abril de 1999. Cria, no âmbito do Ministério do Esporte e Turismo, o Comitê Executivo das Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 16/4/1999, Página 6.

BRASIL. Decreto-lei nº1874. Define e delimita a área correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 23/4/1996, Página 6837.

## PRONUNCIAMENTOS

BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. *Discurso na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 4 de julho de 1996.

BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. *Mensagem por ocasião da inauguração do Museu do Descobrimento, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil*. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 8 de janeiro de 1997.

BRASIL, Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. *Discurso nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento*. Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1999.

BRASIL. Presidente (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso. *Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e senhora Maria José Rita*. Hotel Vila Branca, Porto Seguro, BA, 22 de abril de 2000.

## MANIFESTOS E DOCUMENTOS

CAPOIB repudia Museu Aberto do Descobrimento. *Jornal Porantim, Brasília*, Jun/Jul. 1996, Ano XVIII, n.186. p.2. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>> Último acesso em: 03 dez.2019.

BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. *Porantim, Brasília-DF*, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

CARTA DE ABRIL: Manifesto dos Caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe. *Proj. História, São Paulo*, abr.2000. p.347-348. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/752>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. *Jornal Porantim, Brasília*, Maio de 2000, p.13. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

## REPORTAGENS

ANTENORE, A. Comemorar o quê, cara pálida? *Folha de São Paulo*, São Paulo, sexta-feira, 3 de abril de 1998. Folha Ilustrada. s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03049822.htm>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

DE LA PENÃ, Bernardo. Fim da impunidade, o desejo de FH. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno O País, 1 jan. 2000, p. 3. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 11 dez. 2019.

VASCO. K. Caravanas vão sair de todas as regiões. *Jornal Porantim, Brasília*, Jan/Fev - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p.4. Disponível em:<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

ENCARTE BRASIL OUTROS 500. *Jornal Porantim*, Brasília, Jan/Fev - 2000, s/p. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso em: 03 dez.2019. .

AUTRAN, P. Cruz da discórdia na festa do descobrimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de março de 2000. O País, p.14. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 03 dez.2019.

FRANCO, I.MALA, M,T.LINS, L. FH não vai mais inaugurar monumento. *O Globo*, quarta-feira, 12 de abril de 2000. Caderno O País, p.10. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 28 nov.2019.

JÚNIOR, W. Governador da Bahia dá ordem contra marcha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, O País, p.8. Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs\\_X%E2%80%A6](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X%E2%80%A6)>. Último acesso em: 03 dez.2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO.. A tropa colonial continua viva. *Jornal Porantim*, Brasília, Março/ Abril de 2000, Opinião, p.2. Disponível em:<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

BONIN, I. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=4381>>. Último acesso em: 04 dez.2019.

O GLOBO. Festa oficial e protestos sem-terra e índios marcam hoje o 5º Centenário do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, Capa. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> Último acesso em: 03 dez.2019.

LINS, L. Movimento Brasil: Outros 500 quer reunir 40 mil em marcha de protesto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, O País, p.4.

AUTRAN, L. Igreja pede perdão e índios protestam em missa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 2000, Caderno O País, p.10.

VASCO, K. Monumento indígena é destruído pela PM. *Jornal Porantim*, Brasília, Maio de 2000, p.8. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

### **SITES**

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Protesto Marca 500 anos do Descobrimento. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>>.

BIBLIOTECA. Presidência da República. Ex-presidentes. Disponível em <<http://biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>>.

ACERVO DIGITAL. Jornal O Globo. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/>>.

### **DOCUMENTÁRIO**

AS GUERRAS DA CONQUISTA. In: *Guerras do Brasil.doc*. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Laís Bodanzky. Brasil: Netflix, 26 min. 2018.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A necessária presença do outro, mas qual outro?: reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. *In: O Tecelão dos Tempos (Novos Ensaios de Teoria de História)*. Editora Intermeios, 2019, p. 180-189.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de/FRAGA Jr., Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARANTES, Antônio Augusto, Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, PUC-SP, v. 20, n.20, p. 63-96, 2000.

ARMONY, Victor. Aportes teórico-metodológicos para el estudio de la producción social de sentido a través del análisis del discurso presidencial. *In: Revista Argentina de Sociología*. Año 3, n° 4 (2005), p. 32 - 54.

ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. **História Oral**, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira e Ciência Política**, n°11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp.89-117.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, Historiadores e Comissão Nacional da Verdade**. 1.ed – Jundiaí, SP: Paco, 2017. p.141.

BARBOSA, João Mítia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 10 N° 20, Julho - Dezembro de 2018.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, p. 247-273, 2002.

BHABHA, Homi (Compilador). Introducción: narra la nación. *In: BHABHA, H. Nación y Narración: entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 2010.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 2010, 468f. **Tese**. (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Brasília, 2010.

BONALDO, Rodrigo. Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na *Coleção Terra Brasilis* de Eduardo Bueno. 2010. 109f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26331>>.

CARDOSO, Lourenço; CONCEIÇÃO, Jessica Grava da. O Estado e as influências teóricas de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e um possível diálogo com os estudos pós-coloniais. **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**. número 01 - volume 02 -, p. 89-105, dezembro/2011.

CARDOSO, Cláudia Pons. Ameficanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

CERRI, L. F.. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. **Araucaria** (Madrid), Sevilla, Espanha, v. 8, n.15, p. 1-15, 2006.

CESAR, América Lúcia Silva. Lições de abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. **Sínteses (UNICAMP)**, Campinas-SP, v. 09, p. 105-115, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lições de abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. 01. ed. Salvador-Bahia: EDUFBA- Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011. v. 01. 234p.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX - o caso Vernhagen**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. Fundação Perseu Abramo, 20

COGO, Denise. Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 anos de Descobrimento do Brasil. **Ecos Revista**, Pelotas, v. 4, n.2, p. 21-39, 2000.

CUNHA, Eneida Leal. O Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento. **Semear (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 87-106, 2001.

DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987. p.58-85.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, 2007.

GAUER, Ruth M. Chittó. Violência e medo na fundação do Estado-Nação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Ano 1, nº 2, dez. 2001.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Estudios Sociológicos**, São Paulo, v. XX, n.61, p. 147-162, 2001.

FRANCO, Mauro. Conectar lo aparentemente inconexo es la labor clave de una historia crítica. HH Magazine, Universidade Federal de Ouro Preto. 10 jul.2019. Entrevista con Mario Rufer. Disponível em: <<https://hhmagazine.com.br/conectar-lo-aparentemente-inconexo-es-la-labor-clave-de-una-historia-critica-entrevista-con-mario-rufer/>>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&a Editora, 11º ed. 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. [s. l.], 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

HUYSSSEN, Andreas. Passado presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. São Paulo: Aeroplano Editora, 2000. pp.10-40.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?, en **Los trabajos de la memoria**, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. Las conmemoraciones "Las disputas en las fechas ""in-felices"". Buenos Aires: Editora Siglo XXI. 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Editora Contraponto, 2006, p. 14-18.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LORENZ, Chris. BEVERNAGE, Berber. Dividir el tiempo. Explorando las fronteras entre presente, pasado y futuro. In: **Entre filosofía e historia. Volumen 1: Exploraciones en filosofía de la historia**. Prometeo Libros, 2015, p. 251-280.

MANZANO, Virginia. Movimientos sociales y protesta social desde un perspectiva antropológica. **Colección Fichas de Cátedra**, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 2004, p.45-60.

MEINERZ, Carla Beatriz; PEREIRA, Júnia Sales. Apresentação da Seção Temática - Educação e Relações Étnico-Raciais. **EDucação e Realidade Edição eletrônica**, v. 42, p. 7-12, 2017.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória. **Revista Tempo & Argumento**, v.8, n.9, p. 236-253, 2016.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, Identidades discursivas e espaço público. **Revista Sociologia & Antropologia** | v.02.04: 81 –101, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Editora Autêntica, 2ºed, Belo Horizonte, 2006.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretador o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 211-245.

NORA, Pierre. **Pierre Nora em Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008. p.168-179.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de uma paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, v. 1, p. 11-40, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Revista Estudos Históricos**, [s. l.], v. 14, n. 26, p. 183–202, 2000.

OLIVEIRA NEVES, Lino João. Olhos Mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Porto: Edições Afrontamento, 2004, v. 3, p. 87-116.

ORIÁ, Ricardo. História Pública, comemorações e ensino de história: o centenário da República no Brasil (1989-1992). **Revista História Hoje**, v.8, n.15, p. 182-202, 2019. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/15/showToc>>.

\_\_\_\_\_. O direito à memória: a análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). II Seminário de Políticas Culturais, 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigos-do-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>

PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Martha. Prólogo. In: PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Martha (Orgs). *In: Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado: la elaboración social de la experiencia histórica*. Miño e Dávila Editores; Edição: 1; 2014, p. 7-16.

PORTELA, Cristiane de Assis. De aculturado exótico a raiz profunda: indigenismo e história indígena em narrativas de Ailton Krenak. **Diálogos**, v.21, n.3, (2017), 162 - 177.

RAMOS, Ana Perspectivas antropológicas sobre la memoria en contextos de diversidad y desigualdad”, en *Alteridades*, vol. 21, núm. 42, julio-diciembre, pp. 131-148, 2011.

REYNA, Miriam Hernández. Memoria histórica y pluralidade cultural em México: um nuevo imaginário sobre el pasado “indígena” para um futuro posible. *Cambios y Permanencias*, , Vol. 8 No. 2, julio-diciembre de 2017, pp. 736-768.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. Intelectuais, mídia e Estado nas comemorações dos “500 anos” do Brasil. **Ten. Mund.**, Fortaleza, v. 3, n. 5, jul/dez. 2007.

RODRÍGUEZ, Sandra Patrícia. Conmemoraciones del cuarto y quinto centenario del “12 de octubre e 1492”: debates sobre la identidad latinoamericana. **Revista de Estudios Sociales** No. 38 rev.estud.soc. enero de 2011:Bogotá, Pp. 64-75.

RUFER, Mario. Memorias sin garantías: usos del pasado y política del presente. **ANUARIO DE INVESTIGACIÓN 2009**. UAM-X. México. 2010. pp.107-140.

\_\_\_\_\_. The Bicentenennial Stamp: Nation and Difference in 2010 Argentinian Celebrations. **International Journal of Latin America Studies**, vol.02, july-december 2012.

\_\_\_\_\_. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. **Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente** (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

SÁVIO, Marcos. O movimento indígena e a Constituição de 1988. Entrevista com Ailton Krenak, julho de 2013. In: COHN, Sergio (Org.). **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. (Encontros, 50), p. 218-227.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Editora Claro Enigma, São Paulo, 2012.

SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO Rebeca (orgs). Apresentação. In: **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009, p. 11-17.

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. **RBCS** Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; VERRANGIA; Douglas. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafio e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.

TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). Introduction. In: **Performing the past: memory, history, and identify in Modern Europe**. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

TOLENTINO, Juliana Gonçalves. Apontamentos sobre a formação do povo brasileiro sob a óptica de Lélia Gonzalez. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, Jan.-Jun., p. 48-58, 2018.

VERDUM, Ricardo . O Indigenismo brasileiro e os anos FHC. In: Maria Angela D'Incao; Hermínio Martins. (Org.). **Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso**. 1a.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2010, v. , p. 313-330.

VISCARDI, Cláudia. PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Civilização Brasileira, 1ºed - Rio de Janeiro -, 2018.

WHITE, Hayden. The practical past. Tradução de Arthur Lima de Avila, Mario Marcello Neto, Felipe Radünz Krüger. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

## Capoib repudia Museu Aberto do Descobrimento

Nós, povos indígenas do Brasil, vimos de público denunciar a forma desrespeitosa, inconstitucional e inaceitável com a qual o governo do Estado da Bahia, com o apoio da Presidência da República e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pretende comemorar os quinhentos anos do chamado "descobrimento".

A chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil marcou, para nós, o início de quase cinco séculos de invasões, humilhações e massacres que nos retiraram a vida de cerca de cinco milhões de antepassados e parentes. Muitos de nossos povos foram completamente exterminados, tendo com eles desaparecido para sempre um inestimável patrimônio sócio-cultural, linguístico e ambiental, deles só restando nomes de ruas e de cidades, e peças inertes de museus empoeirados.

As duras penas, no texto Constitucional Federal vigente, conseguimos obter do Estado brasileiro um significativo resgate de parte de sua vida histórica para conosco, o que se expressa principalmente no reconhecimento às nossas formas próprias de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupamos. Governos municipais, estaduais e federal, no entanto, insistem em descumprir com nossos direitos constitucionais, mantendo a mesma postura de dominação e opressão que sobre nós utilizaram nestes cinco séculos.

É desta forma que, como parte dos preparativos destinados à grande comemoração do V Centenário do chamado "descobrimento", programada para o ano 2.000, vários atentados vêm sendo perpetrados contra o povo indígena Pataxó, aquele mesmo que em 1500 assistiu à chegada da esquadra portuguesa. Tendo bravamente re-

sistido no litoral do extremo sul da Bahia nestes quase quinhentos anos, e cumprindo relevante papel na preservação do meio ambiente local, o povo Pataxó se encontra hoje reduzido a pequenas áreas de sua terra de ocupação tradicional, insuficientes para a sua sobrevivência, mas ainda aguardando demarcação. Por tudo isso, seria de se esperar que passados 500 anos, pelo menos o mínimo fosse assegurado pelo governo federal ao povo Pataxó: a demarcação de suas terras e o respeito à sua autonomia.

Ao invés disso, porém, o governo do Estado da Bahia pretende comemorar o "descobrimento" simplesmente patrocinando novas invasões de terra indígena, em completo desrespeito à Constituição Federal. A implementação do Museu Aberto do Descobrimento (MAD) trará consequências diretas a três áreas dos Pataxó: Coroa Vermelha (1.450 ha), ainda em processo de demarcação pela Fundação Nacional do Índio, objeto de um absurdo Decreto estadual de desapropriação segundo o qual os indígenas devem ser removidos para outro local; as áreas de Imbiriba (398 ha) e Barra Velha (8.627 ha), ambas demarcadas, serão cortadas pela Rodovia Porto Seguro/Caraíba - a chamada Linha Verde, cujas obras já foram iniciadas, mesmo sem o indispensável Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o que tem causado enormes transtornos para as respectivas comunidades indígenas e o meio ambiente local.

Este aspecto desmascara o falso discurso de dimensão ecológica que se vem dando ao projeto. A região, ainda no interior da área de ocupação tradicional indígena, vem sendo alvo de grandes desmatamentos perpetrados pela empresa Veracruz Celulose.

As comemorações triunfalistas do V Centenário reservam para o povo indígena, que testemu-

nhou o início da invasão dos territórios indígenas no país e conseguiu sobreviver, o lugar de mera peça de museu e objeto de consumo turístico. Tudo para o deleite de visitantes nacionais e estrangeiros, lucro de empresas de construção civil e hoteleiras, projeção de personalidades políticas e propaganda político-ideológica do êxito do projeto histórico de dominação.

No entanto, juntamente com os Pataxó, atingidos estamos também todos nós, povos indígenas deste país, que através da força simbólica do projeto, de amplitude internacional, vemos os nossos mais caros direitos constitucionais serem espezinhados...

Nós, povos e organizações indígenas representados no Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), reunidos em Brasília, nos dias 08 a 10 de julho de 1996:

- Repudiamos veementemente o projeto do Museu Aberto do Descobrimento que vem sendo desenvolvido no Estado da Bahia;
- Repudiamos a comemoração triunfalista do V Centenário do chamado "descobrimento", feita sobre os cadáveres de nossos antepassados e através de novas invasões de terras indígenas;
- Denunciamos a atitude ilegal e arbitrária do governo do Estado da Bahia com tal projeto e as conivências do governo Fernando Henrique Cardoso e do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- Solidarizamos-nos com o povo Pataxó e conclamamos a opinião pública nacional e internacional a unir-se a nós na denúncia contra o projeto, para que os direitos constitucionais indígenas sejam respeitados.

\*Carta-aberta divulgada pelo Capoib, dia 10 de julho de 1996.

### Porantinas

#### Calúnia I

◆ O Jornal da Tarde, do Mato Grosso do Sul, através de matéria assinada por Cláudio Julio Tognoli, tentou caluniar o Cimi. Ao comentar as ameaças de morte que vem sofrendo a antropóloga Roseli Arruda, por ter divulgado um dossiê denunciando casos de homicídios que foram disfarçados como suicídio entre os Guaraní-Kaiowá, há dois meses, o jornal afirmou que o Cimi estaria sendo acusado pelo Ministério Público do MS por desvio de dinheiro público e emissão de documentos falsos.

#### Calúnia II

◆ O ministério já enviou uma certidão ao Cimi afirmando que não há nenhum inquérito contra a entidade. Estranhamente, o advogado da Empresa Sattim Agropecuária, que entrou com contestação contra a área Sete Cerros, dos Guaraní-Kaiowá, é citado na matéria, fazendo comentários fora do contexto. A Sattim deve estar plantando calúnia para colher terra indígena.

#### Pressões

◆ O ministro Jobim deve estar arrumando as malas para novas viagens à Europa e aos EUA. As pressões contra o Decreto 1775/96 aumentam. Há quase um mês, correu um boato de que o ministro iria conhecer a área Raposa/Serra do Sol, em Roraima; uma das que estão na lista para reestudos.

#### Coragem

◆ Parece, no entanto, que o ministro ainda não arranjou coragem para pedir aos Makuxi, Ingarihó e Taurepang a redução de suas terras para os fazendeiros engordar os bois e o bolso. O seu conterrâneo e presidente da Funai, Júlio Gaiger, depois de exonerar Isa Pacheco da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai por ter sido contra a revisão da área Ventarra, agora anda dizendo aos gaúchos que a área vai ficar com os Kaingang. Fontes do próprio Ministério da Justiça dizem o contrário.



### DORANTIM

PORANTIM é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa reme, arma, memória.

Dom Aparecido José Dias  
DIRETOR

Iêda Cavalcante  
EDITORA  
(RP 675/02/198/PA)

#### Conselho Editorial

Antônio Brand  
Augustino Veit  
Benedito Freiza  
Hamilton Pereira  
João Dal Poz  
Nello Ruffaldi  
Paulino Monteiro  
Paulo Guimarães  
Paulo Mello  
Paulo Suess  
Tomás Balduino

Editoração Eletrônica:  
Licurgo S. Botelho  
323-9263

Administração:  
Luciana S. Holanda

Redação e  
Administração: SDS  
Ed. Venâncio III,  
sala 310  
Caixa Postal 03.679  
CEP 70.084-970  
Brasília-DF  
Tel: (061) 225-9457  
Fax: (061) 225-9401

Registro nº 4,  
Port. 48.920,  
Cartório do 2º  
Ofício de Registro  
Civil - Brasília

Faça sua assinatura,  
enviando cheque  
ou vale postal em  
nome de  
CIMI-PORANTIM

#### Preços:

Ass. anual:  
R\$ 20,00  
Ass. de apoio:  
R\$ 25,00  
América Latina:  
US\$ 30,00  
Outros Países:  
US\$ 60,00

Permitimos a  
reprodução de  
nossas matérias e  
artigos, desde que  
citada a fonte.  
Solicitamos o envio  
de dois exemplares  
da Publicação.

## DOCUMENTOS



## RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

A REFLEXÃO SOBRE ESSES 500 ANOS DEVE PERMITIR UMA LEITURA CRÍTICA DE NOSSA HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA DAQUELES QUE SOFRERAM E LUTARAM CONTRA A ESPOLIAÇÃO E A EXPLORAÇÃO.

**A**proxima-se a data – 22 de abril de 2000 – que nos fará refletir sobre o dia, 500 anos atrás, em que um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial.

Aqui viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo – menos de anticorpos para doenças européias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam “descobrimdo um Novo Mundo” e que para estas terras trariam sua noção de civilização, progresso e evangelização.

Naquele dia foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, através da sua brutalidade letal e organizada, pronta para projetar-se contra tudo e contra todos que estivessem em seu caminho. Aquele 22 de abril de 1500 foi um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana, que continua até aos nossos dias.

## NOSSA LEITURA HISTÓRICA

Nós, povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articuladas no movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial.

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes, em que estas se colocam como protagonistas únicos e vencedores incontestáveis, tendo seus personagens guindados à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento, desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos:

– a verdade dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas heróicas e desiguais que sempre travou – e continua travando – para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida;

– a verdade dos povos africanos aprisionados, sequestrados para cá, escravizados e que, durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres – os quilombos – que até os dias de hoje são provas vivas da afirmação da dignidade humana frente a um poder infame; e

– a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade.

Durante a difícil constituição da sociedade brasileira nestes 500 anos, a violência sempre permaneceu, mudando sempre de forma. De igual maneira, os exemplos de generosidade, criatividade e de vontade de construir um território livre e independente e uma sociedade justa e humana sempre existiram e quem os legou a nós foram os povos indígenas, os escravizados e os setores populares. São estes, também, os que nos dias de hoje continuam a nos dar exemplos constantes de que é possível transformar a vida e a sociedade, em benefício de todos.

Pretendemos, através do nosso movimento, expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão festejar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a "contribuição voluntária" dos povos indígenas, dos africanos "traslados" para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, não existe a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro.

A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vítima quotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central de conflito – conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história.

### NOSSAS CELEBRAÇÕES

O nosso movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão os seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, mas as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e

esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe; de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança.

No quadro destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

### NOSSAS AÇÕES

Para atingir os nossos objetivos de refletir e celebrar a resistência indígena, negra e popular nestes 500 anos de história brasileira, comprometemo-nos com as seguintes ações:

- desencadear, em todos os movimentos e entidades nos quais participamos o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;

- lançar, durante a semana de 18 a 24 de Abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos sociais que se engajarem, o movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*;

- durante o mês de Abril do ano 2000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia – marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural – para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular; e

- articular o nosso movimento com as lutas sociais já existentes no âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente em Portugal.



LANÇAM ESTE DOCUMENTO O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI), A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP), A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), O CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL (CAPOIB), O GRUPO DE TRABALHO MISSIONÁRIO EVANGÉLICO (GMTE), O STUDIO R DE FOTOGRAFIA E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS (CONEN).

## ANEXO C

**CARTA DE ABRIL**

(Manifesto dos Caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe)

Nós, Caciques Pataxó e Pataxó HãHãHãe, reunidos em Eunápolis, nos dias 13,14 e 15 de abril de 1999, no auditório do Sebrae, para avaliar a situação do nosso povo e planejar nossas ações para o referido ano, vimos a público denunciar a situação de abandono que se encontram as comunidades indígenas do sul e extremo sul da Bahia, aproveitando a oportunidade para relatar o seguinte:

1. A maioria das terras indígenas na chamada Costa do Cacau e Costa do Descobrimento se encontra invadida e sem providências para sua demarcação ou desintrusão, em desrespeito à Constituição Federal de 1988, que determinou um prazo de cinco anos para demarcação e regularização de todas as terras indígenas do Brasil.

2. A maioria de nossas comunidades se encontram sem a mínima assistência na educação, saúde e subsistência ou, quando ocorre, as condições oferecidas são precárias e totalmente fora da nossa realidade sociocultural.

3. Por ocasião das comemorações dos 500 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil, nós, representantes indígenas perguntamos: **Comemorar o quê?**

- O extermínio de vários Povos indígenas?
- A imposição cultural e religiosa?
- O roubo de nossas terras e riquezas do solo e subsolo?
- A escravidão do nosso Povo e dos nossos irmãos negros?

4. Não temos nada para comemorar. Vamos sim, celebrar a nossa resistência, a nossa luta e as nossas conquistas. Nós queremos ajudar a construir uma Brasil diferente, por isso,

5. Exigimos das autoridades brasileiras:

- A demarcação e regularização das nossas terras;
- Assistência à saúde, educação e agricultura respeitando as especificidades;
- O respeito à nossa cultura e tradição, tanto nos bens materiais e imateriais;

– A imediata aprovação do Estatuto do Índio, baseado na proposta encaminhada pelas organizações indígenas ao Congresso Nacional.

6. Solicitamos o apoio da sociedade brasileira, especialmente da população do sul e extremo sul da Bahia, na luta pela reconquista das nossas terras tradicionais e pelos nossos direitos constitucionais. Só assim, quando todos tiverem seus direitos garantidos, vamos, juntos, comemorar a alegria de um Brasil que respeita o povo brasileiro.

7. Esperamos contar com o apoio de todos nesta luta.

Eunápolis – BA – 15 de abril de 1999.

Assinam os caciques



Maio - 2000 12

## Conferência Indígena

# Documento final

Texto estabelece diretrizes para uma nova política indígena a ser implementada no país

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país.

Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indígna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular.



Plenária aprovou, por unanimidade, o documento

## Nossas principais exigências e propostas:

São as seguintes as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado brasileiro, destacadas por esta Conferência:

**1** Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal:

- Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas;
- Revogação do Decreto 1.775/96;
- Garantia e proteção das terras indígenas;
- Devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro;
- Ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas;
- Desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o rio São Francisco;
- Reconhecimento dos povos ressurcidos e seus territórios;
- Proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados;
- Desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena;
- Respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria;
- Paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados;
- Apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas.

**2** A imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

**3** Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e

organizações indígenas (PL 2.057/91);

**4** O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;

**5** A punição dos responsáveis pela esterilização criminosa das mulheres indígenas a critério da comunidade;

**6** Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

**7** Reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

**8** Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

**9** A educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;

**10** Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;

**11** Reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;

**12** Fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;

**13** A educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;

**14** A Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, deve ser aplicada;

**15** Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;

**16** O atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;

**17** Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;

**18** Que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;

**19** Fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;

**20** Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500".

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000.